



SEMINÁRIO NACIONAL

CADEIAS DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE: AGREGAÇÃO DE VALOR E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS SUSTENTÁVEIS

Sociedade
Pátria
Amada

Instituto
Chico Mendes



Realização:



Ministério do Desenvolvimento
Social e Combate à Fome

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

Ministério do
Meio Ambiente



Brasília / DF, 15 a 18 DE JULHO DE 2008

Carta da Sociobiodiversidade

Os produtos da sociobiodiversidade¹ historicamente manejados pelos Povos e Comunidades Tradicionais e por Agricultores Familiares em todos os biomas brasileiros, têm uma importância determinante para a sua sobrevivência e reprodução socioambiental e cultural. Contribuem também de forma significativa para a conservação da biodiversidade, para a segurança alimentar e nutricional, a economia e o desenvolvimento sustentável local, regional e nacional. De forma crescente, eles têm assumido um papel de destaque também na economia formal e têm sido incluídos em ainda incipientes cadeias de produtos que consideramos estratégicas para a construção de alternativas ao atual modelo de desenvolvimento predatório que ainda vigora de forma significativa no país. Assim, no próprio curso deste processo, avanços foram garantidos como a inclusão de 10 produtos da sociobiodiversidade na Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e da promoção de mais 15 no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Além disso, os produtos da sociobiodiversidade são um foco importante da Legislação de Acesso ao Patrimônio Genético.

Nós, órgãos, instituições, representações de Povos, Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares, setor privado, todos participantes do processo de construção coletiva da estratégia que resultou no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, reafirmamos nossos compromissos de participação na implementação das propostas que o compõem, atuando no âmbito das diversas e diversificadas cadeias, fortalecendo e tornando-as mais eficientes e competitivas, contribuindo no enfrentamento e na superação dos entraves e dificuldades identificados, na perspectiva da segurança e soberania alimentar e nutricional e da superação do atual modelo de desenvolvimento predatório. Reafirmamos nosso compromisso com um mercado mais justo e solidário e com a sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental do Brasil.

Destacamos a forma participativa com que chegamos a este momento, em um seminário nacional com mais de 230 participantes de todos os estados brasileiros, antecedido por 07 Seminários Regionais com a presença de Órgãos Públicos – Federais, Estaduais e Municipais, representantes de Povos e Comunidades Tradicionais e da Agricultura Familiar, Organizações não Governamentais e do setor privado – empresas e algumas de suas associações representativas, Universidades e Instituições de Pesquisa além de uma reunião específica com o setor privado. Entre os seus resultados, destacamos a proposta de desenvolvimento do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade e esta Carta de Compromissos.

O Plano será instituído por meio de Decreto do Poder Executivo a ser assinado pelo Presidente da República. Reafirmamos as proposições e demandas nele apresentadas e consensuadas como Políticas Públicas, Políticas de Estado, que devem ser implementadas nos diferentes âmbitos de Governo, assegurando e intensificando o processo de geração de renda e valorização dos produtos da sociobiodiversidade, de forma democrática e participativa, com co-responsabilização governamental e dos diversos atores sociais. Uma iniciativa coletiva e permanente que trará resultados objetivos e assegurará condições essenciais de convivência socioambiental sustentável para as presentes e futuras gerações, com conservação e uso sustentável dos recursos naturais dos diversos biomas brasileiros e com respeito e valorização dos saberes e fazeres tradicionais e culturais dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares.

Brasília/DF, 18 de julho de 2008

¹ Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

SUMÁRIO

	Página
Introdução	03
Contexto do evento	04
Objetivos do seminário	05
Aspectos metodológicos	06
Produtos e serviços da sociobiodiversidade utilizados do seminário nacional	07
Programa do seminário nacional	13
Grupos de trabalho para validar a versão preliminar do plano nacional	19
Proposta de plano validada pela plenária – 17.07.2008	20
Grupos de articulação regional	58
Bioma Amazônia ocidental	59
Bioma Amazônia oriental	62
Bioma Caatinga	64
Bioma Cerrado	67
Bioma Pantanal	68
Bioma Mata Atlântica Nordeste	71
Bioma Mata Atlântica Sudeste	74
Bioma Mata Atlântica Sul e Pampa	77
Próximos passos para a consolidação do plano nacional	79
Avaliação do seminário nacional	80
Equipe de Coordenação dos Seminários	83
Equipe de Moderadores	84
Anexo 1 - Versão preliminar para validação no Seminário Nacional	85
Anexo 2 - Participantes do seminário	115
Anexo 3 - Imagens do seminário	133
Anexo 4 - Palestras niveladoras	139

CADEIAS DOS PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE: AGREGAÇÃO DE VALOR E CONSOLIDAÇÃO DE MERCADOS SUSTENTÁVEIS

SEMINÁRIO NACIONAL

Brasília/DF, 15 a 18 de Julho de 2008

INTRODUÇÃO

Este documento descreve as reflexões, debates e proposições geradas por ocasião do Seminário Nacional das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis, realizado nas dependências do Instituto Israel Pinheiro, na cidade de Brasília / DF, no período de 15 a 19 de julho de 2008.

Este Seminário concluiu o processo de coleta de subsídios dos diferentes povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares e demais atores envolvidos com a sociobiodiversidade, buscando contribuir para o desenvolvimento de mercados sustentáveis e agregação de valor às cadeias de produtos da sociobiodiversidade

Neste encontro, os subsídios coletados ao longo dos sete seminários regionais - Região Norte oriental e ocidental (Belém-PA e Rio Branco-AC); Região Centro-Oeste (Goiânia-GO e Chapada dos Guimarães); Região Sul (Curitiba-PR); Região Sudeste (Rio de Janeiro / RJ); Região Nordeste (Juazeiro-BA) - foram apresentados, de forma sistematizada, e organizados em formato de uma minuta de um plano institucional para a sociobiodiversidade. Esta minuta foi objeto de análise, ajustes e validação pelos participantes.

O Seminário Nacional foi coordenado pelo MMA, MDA e MDS, contando com o apoio do CONAB, Serviço Florestal Brasileiro, FUNBIO, GTZ, SEBRAE, MME (Luz para Todos), Instituto Chico Mendes, Ibama, CNI, ABDI, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, e Incra. Contou com a participação de representantes dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares (PCTAF), pesquisadores, representantes de órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), do setor empresarial e de ONG's de sete biomas brasileiros.

CONTEXTO DO EVENTO

O Brasil é o único país de dimensões continentais que ainda apresenta cerca de metade de seu território coberto por vegetação nativa, a maior parte constituída de florestas tropicais, como a Amazônia e a Mata Atlântica, além de importantes regiões ocupadas por outros biomas, como o Cerrado e Pantanal, a Caatinga, o Pampa, e a Zona Costeira e Marinha. Nestes ambientes, encontram-se cerca de 20% das espécies de seres vivos do planeta, o que coloca o país na primeira posição entre os mega-biodiversos. Além disso, o Brasil se destaca quanto à diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, agricultores familiares, dentre outras), detentoras de considerável conhecimento e habilidades sobre sistemas tradicionais de manejo dos recursos da biodiversidade.

Apesar deste animador cenário, o Brasil ainda não aproveita devidamente essa inesgotável fonte para a geração de bens e serviços de alto valor agregado. A economia tem sido desenvolvida a partir da substituição da paisagem, promovendo uma acelerada mudança no uso do solo dos ambientes naturais por atividades agropecuárias de alto impacto. Essas atividades, muitas vezes, provocam a exclusão e ou a subordinação econômica e tecnológica dos povos e comunidades tradicionais dos processos produtivos, além da perda potencial da biodiversidade. Ainda não se considera a possibilidade de que o uso sustentável dos recursos da biodiversidade brasileira possa agregar maior valor do que sua simples substituição por espécies exóticas que, muitas vezes, além de impactantes sobre a biodiversidade brasileira, demandam grandes quantidades de insumos importados de fora do país.

Especialistas consideram que o fortalecimento das cadeias produtivas de produtos e serviços gerados a partir dos recursos da sociobiodiversidade, é fundamental para possibilitar a integração da conservação e uso sustentável dos ecossistemas ao desenvolvimento econômico sustentável do país. Com a inclusão produtiva dos agricultores familiares, dos assentados da reforma agrária, e dos povos e comunidades tradicionais nesses processos, será possível a agregação de valor socioambiental a essas cadeias produtivas e a distribuição justa e equitativa de benefícios em todas as suas etapas. Assim, o país poderá desenvolver uma nova fronteira econômica, levando em conta as dimensões ambiental e social, com base em vantagens comparativas ainda inexploradas e a possibilidade de maiores rendas interna e externa, advindas da valorização dos recursos, bens e serviços que a sociobiodiversidade representa.

Existe um conjunto de políticas do governo federal e de alguns estados e municípios, ONGs, movimentos sociais, empresas com responsabilidade socioambiental e da academia que buscam estratégias para a reversão deste quadro. Estas iniciativas contribuem para a consolidação de experiências demonstrativas da competitividade destas cadeias e do grande potencial que estes produtos representam para a conservação da biodiversidade, para a geração de renda e para o desenvolvimento sustentável, mais acentuado ainda numa conjuntura de mudanças climáticas. Grandes avanços têm sido verificados nos últimos anos, mas ainda percebe-se que a maioria das iniciativas tem caráter piloto, com abrangência restrita no aspecto territorial, econômico e social, e pouco impacto na definição de prioridades político-econômicas do país e nos indicadores de desenvolvimento social e econômico. Assim, identifica-se a necessidade de evoluir das experiências-piloto para o contexto de políticas públicas.

Desta forma, o governo federal, por meio de articulação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social com outros parceiros do governo e da sociedade civil, vem trabalhando no sentido de promover a elaboração de uma estratégia política para o fortalecimento dessas cadeias e a consolidação de mercados sustentáveis para esses produtos. A estratégia prevê a integração das ações e projetos de apoio a cadeias e arranjos produtivos da sociobiodiversidade e busca, desde sua elaboração, envolver outros setores da sociedade e sua ampla discussão entre os diversos segmentos sociais e atores envolvidos.

O processo tem como objetivo criar um ambiente favorável para o desenvolvimento de sociobio-empresendimentos sustentáveis, fortalecendo a visão estratégica de apoio/fomento às cadeias de valor e arranjos produtivos locais e regionais, a partir de um enfoque sistêmico, participativo e descentralizado. Uma parte dessa estratégia foram os Seminários Regionais e o Fórum de Diálogo com o setor empresarial, que visaram proporcionar espaços de comunicação com os atores sociais envolvidos para o aperfeiçoamento da estratégia e o estabelecimento de uma visão mais convergente com as necessidades atuais. A culminância dessa parte da estratégia foi a realização do Seminário Nacional, objeto deste relatório.

OBJETIVO GERAL

Validar as proposições contidas no Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade e as propostas para a implementação do mesmo.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Apresentar as políticas já existentes no âmbito do governo federal.
- ✓ Ratificar o Plano, considerando os resultados dos seminários regionais.
- ✓ Validar as propostas de arranjos institucionais para a gestão e implementação do Plano Nacional.
- ✓ Estruturar planos de trabalho para implementação do Plano Nacional, por Bioma.

RESULTADOS E PRODUTOS ESPERADOS

- ✓ Plano Nacional estruturado,
- ✓ Modelo de gestão definido e
- ✓ Planos de trabalho, por bioma, elaborados.

PRODUTOS

Publicação e CD contendo a proposta do Plano Nacional; caderno técnico com as políticas existentes, textos base e compilação dos resultados dos grupos de trabalho de todos os seminários regionais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O Seminário Nacional, a exemplo dos Seminários Regionais, seguiu os princípios do enfoque participativo / construção participativa, que procura reunir técnicas e instrumentos que facilitem o processo de debate e de intercâmbio de experiências, melhorando a dinâmica dos eventos.

Uma equipe de moderadores coordenou o processo metodológico, apoiada por facilitadores e relatores que coordenaram os debates nos diversos grupos de trabalho (GTs). Funcionaram como catalisadores e sistematizadores para as diversas propostas que apareceram, procurando não interferir no conteúdo das discussões, tendo somente a responsabilidade de facilitar o processo de construção participativa.

Uma seqüência palestras e debates em plenária tiveram o objetivo de nivelar informações sobre o estado de arte das políticas já existentes relacionadas às cadeias dos produtos da sociobiodiversidade. Também foram apresentados os conceitos de cadeias e de produtos da sociobiodiversidade, a partir do acúmulo dos seminários regionais, no processo de construção desses conceitos.

Os grupos de trabalho debateram sobre os eixos transversais da política (ver documento preliminar, distribuído para todos os participantes do seminário), procurando também analisar os temas sob os distintos elos ou momentos das cadeias (produção, transformação, comercialização). A questão da gestão do trabalho e dos arranjos institucionais possíveis foi objeto de debate de um grupo e de detalhamento no plano de trabalho por bioma, elaborado no último dia de seminário. Quanto à definição de cadeias mais significativas, a experiência dos seminários regionais demonstrou que, mais que apontar cadeias, seria interessante elaborar critérios para sua priorização para que os grupos de articulação regional o façam; este trabalho foi realizado por um dos GTs durante o segundo dia de seminário.

Todos os debates em plenária foram apoiados pelo registro visual contínuo de todo o processo (digitação projetada em data show); assim ocorreu também nos diversos grupos de trabalho, buscando-se mais objetividade e transparência em todos os momentos.

O espaço dos grupos de trabalho buscou aumentar a eficácia da comunicação e garantir um momento intensivo de criação, gerando propostas que foram debatidas e validadas em plenária. É nos pequenos grupos que se estabelece o contato face a face e criam-se idéias de forma intensiva.

As sessões plenárias foram utilizadas para o aperfeiçoamento e validação das propostas geradas nos grupos, sendo o espaço para a socialização dos resultados, das tomadas de decisão e de se estabelecer a co-responsabilidade e cumplicidade nos resultados alcançados.

Entendeu-se por validação a análise das propostas, com sugestões para acrescentar aspectos que não estivessem claramente colocados; fazer ajustes de redação; ou propor supressões, desde que justificadas. As propostas de cada grupo, a partir do texto original, foram destacadas com marcador de alterações e as propostas da plenária foram simplesmente registradas como sugestões. A sistematização fina e final deste documento caberá a outras instâncias (grupo gestor, câmara setorial).

A documentação do seminário é descritiva de todo o processo e foi baseada na transcrição da palestra niveladora e nos documentos gerados durante os trabalhos de grupos e decisões em plenária.

PRODUTOS E SERVIÇOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE UTILIZADOS NO SEMINÁRIO NACIONAL

Durante o processo de contratação dos serviços e compra dos materiais utilizados por este Seminário, a coordenação do evento tomou todos os cuidados para que cada item estivesse coerente com o tema proposto, qual seja a Sociobiodiversidade.

Como pode ser visto a seguir, desde os materiais entregues aos participantes até os alimentos e as atrações culturais do evento, todos guardam alguma relação com o tema da Sociobiodiversidade, seus produtos ou atores envolvidos.

A coordenação do evento objetivou com este documento não é só explicitar e ressaltar as nossas escolhas por esses itens e atores, como também proporcionar a cada participante do evento a percepção nos detalhes da importância dos processos sociais e culturais envolvidos na produção e beneficiamento dos produtos selecionados.

Por fim, a coordenação do evento entende que como governo e promotor de tais políticas públicas voltadas para as cadeias dos produtos da Sociobiodiversidade têm o compromisso com a valorização de tais produtos e cadeias, e que tal compromisso deve iniciar “dentro de casa”, como pode ser visto pelas parcerias que firmamos para a realização deste evento.

Alimentação

Coquetel de Abertura e Festa Julina: Central do Cerrado

A Central do Cerrado é uma iniciativa sem fins lucrativos estabelecida com 21 organizações comunitárias que desenvolvem atividades produtivas a partir do uso sustentável da biodiversidade do Cerrado.

Funciona como uma ponte entre produtores comunitários e consumidores, oferecendo produtos de qualidade como: pequi, baru, farinha de jatobá, farinha de babaçu, buriti, mel, polpas de frutas, artesanatos, dentre outros, que são coletados e processados por agricultores familiares e comunidades tradicionais no Cerrado.

O CEPPEC, Grupo Sabor do Cerrado e ASSEMA são parte dos grupos compõe a Central do Cerrado.

O coquetel e lanche do dia 15 e alimentação da Festa Julina foram fornecidos pela Central do Cerrado através Grupo Sabor do Cerrado. Sabor do Cerrado é um grupo de mulheres do Assentamento Colônia I em Padre Bernardo que produzem bolos, salgados, doces, etc com base na culinária regional. Na integração à Central do Cerrado o grupo desenvolveu receitas especiais incorporando os produtos de uso sustentável do Cerrado desenvolvidos pelas organizações que compõe a Central.

Contatos: www.centraldocerrado.com.br

61. 3327-8085, com Luis Carrazza

Almoços e Jantares: Israel Pinheiro

A maioria das verduras, legumes e frutas encontradas nos almoços e jantares do evento provém da própria horta do Centro de Convenções Israel Pinheiro. Esta horta não pode ser considerada orgânica, pois utiliza ainda adubos químicos na sua produção, porém encontra-se em transição agroecológica, uma vez que não mais conta com agrotóxicos. De igual maneira, os sucos de tais refeições, na maioria de frutas nativas, têm origem em árvores frutíferas plantadas pelo Instituto em seu terreno. Tudo isso faz parte do cuidado que a instituição tem com seus clientes e hóspedes, visando aliar uma alimentação diversa e balanceada nutricionalmente, com o compromisso com a sustentabilidade.

Contatos: www.israelpinheiro.com.br
(61) 3367-2505

Lanches da tarde: SESI (Programa Cozinha Brasil)

O Programa Cozinha Brasil, desenvolvido pelo SESI, está em seu quinto ano de funcionamento e presente em todos os estados brasileiros, tendo como objetivo levar à população orientações sobre uma alimentação nutritiva e de baixo custo e com respeito às diferenças regionais.

A maior parte dos nutrientes das frutas, verduras e legumes encontram-se em partes que culturalmente nós não temos o hábito de consumir. Assim, por meio de um curso de Educação Alimentar que é oferecido pelo programa, informações quanto à utilização do alimento de forma integral, ou seja, aproveitamento das cascas, sementes e talos são disponibilizados.

Durante o curso são elaborados pratos como por exemplo, o bolo de casca de banana, onde a casca é utilizada para elaboração da massa do bolo, enquanto a polpa é utilizada na ornamentação. A vantagem de utilizarmos a casca da banana é devido ao seu alto teor de potássio que chega a ser 6 vezes maior quando comparado à polpa. Por sua vez, o enriquecimento do bolo com as fibras da casca da melancia é poder ser utilizado para elaboração do salpicão que é rico em fibras e oferece um sabor excelente ao prato. Já da polpa da melancia é feito o molho para massas que é rico em licopeno, substância antioxidante que age em nosso organismo prevenindo por exemplo o câncer de próstata.

Contatos: SESI – Cozinha Brasil-DF
Clarissa M. P. Siqueira Araújo Benício (Supervisora do Programa)
(61) 3383-9612

Materiais

Crachás e blocos de anotação: Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues - AMTR

Os crachás e blocos de anotação foram produzidos com fibra da palha da palmeira de babaçu, produzidos por um grupo de mulheres trabalhadoras rurais e quebradeiras de coco babaçu do município de Lago dos Rodrigues – MA. Após anos de conflitos agrários elas fundaram a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues – AMTR. Com essa iniciativa e com o uso sustentável da floresta do babaçu, ampliaram suas fontes de renda. A AMTR possui hoje quatro núcleos de produção, entre eles, o de papel reciclado que usa a fibra da palha da palmeira do babaçu para produzir papel natural sem o uso de agentes químicos que agredam o meio ambiente, as cores são obtidas a partir de extratos naturais de plantas cultivadas organicamente e em consórcios com a floresta de babaçu como o urucum, o açafrão e a folha do maracujá. A AMTR é Sócia da Associação em Área de Assentamentos no Estado do Maranhão – ASSEMA.

Contatos: www.assema.org.br

99.3642-2152 – AMTR e ASSEMA

Canecas de cerâmica: Artesanato Vila Bola

O conjunto de canecas de cerâmica (para café e água) foram confeccionados por uma pequena olaria localizada na Cidade de Goiás/GO, que trabalha há algumas décadas confeccionando produtos de argila, comooringas, copos, vasos e canecas.

Contatos: Artesanato Vila Bola

(62) 3372-1676, com Raquel

Copos de Bambu: Produtores Familiares do Vale do Ribeira

Os copos de bambu foram confeccionados por um artesão da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar do Bairro Pé da Serra, município de Jacupiranga – SP, no Vale do Ribeira. Essa associação é composta por 30 produtores. Nesta associação também existe um grupo de mulheres - “Mulheres em Ação” - que trabalha com artesanato em fibra da bananeira e com banana chips.

Contatos: Associação dos Produtores da Agricultura Familiar Pé da Serra/SP:

(13) 9726 – 4458, com José Luis Cerri ou na Casa da Agricultura:

(13) 3864-1055; 3864 – 3095, com Márcio L. Alves

Camisetas: Natural Fashion (algodão natural)

As camisetas são um produto da Natural Fashion que tem como missão o fortalecimento da cadeia têxtil do algodão colorido. A Natural Fashion também disponibiliza produtos artesanais, orgânicos, ecológicos e socialmente corretos, subsidiando o desenvolvimento da agricultura familiar e da mão-de-obra de cooperativas, clube de mães e associações de bairros da periferia de Campina Grande.

Contatos: www.naturalfashion.com.br

(83) 3337-7077

Sacolas – Assentamento Andalúcia/MS

As bolsas do evento são resultado do trabalho realizado na Oficina de Tecelagem Andalúcia, no assentamento Andalúcia, no município de Nioaque – MS e faz parte de um dos Núcleos de Produção do Ceppec – Centro de Produção, Pesquisa e Capacitação do Cerrado. Esse é um produto totalmente artesanal, que agrega desenvolvimento rural sustentável, conservação do Cerrado e geração de renda para um grupo de aproximadamente 30 mulheres.

Além de renda a Oficina de Tecelagem gera também auto-estima e empoderamento efetivo sob a coordenação das mulheres, para o assentamento e até mesmo para o município. Participaram diretamente da produção as tecelãs, as tintureiras que preparam os corantes naturais a partir de cascas e sementes de plantas do Cerrado: Capitão do Campo - Urucum e Barbatimão, para o tingimento dos fios e do tecido (algodão cru), e também as costureiras, que finalizam todo o trabalho. Todo o processo produtivo é realizado dentro do assentamento. As mulheres que fazem parte da Oficina se organizam em núcleos de Tecelagem, de Corantes Naturais ou de Costura. A Oficina de Tecelagem é totalmente auto-sustentável, agindo como cadeia produtiva completa, desde o plantio do algodão colorido, fiação, produção dos corantes naturais, das fibras vegetais e de toda mão de obra necessária dentro do assentamento.

Contatos: www.ceppec.org.br

(67) 3347-3130/9928-4158 ou rosane-b@uol.com.br, com Rosane Bastos (Gestora de Projetos)

Atrações culturais

Mamulengo Mulungu

A família de Lili, 9 anos, e Thalassa, 10 anos, trabalha com um tipo muito especial de bonecos: os mamulengos. Carlos Machado, pai delas, é brincante: se apresenta com os bonecos fazendo as vozes e criando as peças. Mônica Nogueira, mãe das meninas, é quem faz os bonecos. Eles formam, há 10 anos, o grupo Mamulengo Mulungu. Este grupo apresenta um espetáculo candango-nordestino para o público de todas as idades.

O grupo Mamulengo Mulungu se apresenta em escolas e outros eventos. Também promove oficinas para crianças de confecção de mamulengos.

Contatos: Grupo Mamulengo Mulungu
61. 8126-1667, com Carlos Machado.

Dércio Marques

O violeiro e cantador mineiro Dércio Marques, viaja por todo o Brasil apresentando seu trabalho e coletando material sobre a cultura popular brasileira. Viajou pela América Latina das décadas de 60 e 70 divulgando músicas brasileiras.

Seu primeiro disco foi lançado em 1977, pelo selo Marcus Pereira, com o título de “Terra, vento, caminho”, e relançado em CD em 2000 pela Kuarup. Em 1979, lançou pelo selo Copacabana o disco “Canto forte-Coro da primavera”, do qual tomaram parte os músicos Oswaldinho do Acordeom e Heraldo do Monte, ex-integrante do Quarteto Novo.

Como produtor lançou a cantora Diana Pequeno e o violeiro Elomar. Em 1996 foi indicado para o prêmio Sharp de Melhor Disco Infantil com “Monjolear”, gravado em Uberlândia (MG), com 240 crianças.

Seu repertório é marcado não só pelas suas pesquisas envolvendo cultura popular brasileira, como também, pela sua forte ligação com a natureza e a convivência harmônica que deve prevalecer entre o ser humano e o meio ambiente, como pode ser visto também em seus discos: “Folias do Brasil” (2000), “Cantos da Mata Atlântica” (2000), “Espelho d’Água – Sons e Sentimentos da Natureza” (1999), “Segredos Vegetais” (1988) e “Canto Forte – Coro da Primavera” (1979).

Contatos: 71.9129-9310, com Dércio

Lorota Boa (Forró)

Em julho de 2005, um grupo de amigos apaixonados pela cultura brasileira resolveu experimentar fazer um forró diferente, substituindo a sanfona e a zabumba por instrumentos como bandolim (Dudu Maia), gaita, flauta (Pablo Fagundes), baixo (Wava El Afiouni), bateria (Rafael dos Santos) e viola caipira (Cacai Nunes). Apesar de ter restado somente o triângulo (George Lacerda) da formação tradicional, a mistura deu certo e chamou a atenção de muita gente. Estava formada a banda Lorota Boa, uma mentira bem contada para quem achava que não existia forró sem sanfona.

O repertório, sempre escolhido a dedo, tem sucessos de grandes compositores e intérpretes da música nordestina, como João Silva, Gordurinha, Jackson do Pandeiro, Luiz Gonzaga, Assisã, Azulão, Abdias, Ary Lobo, Zito Borborema, Trio Nordestino, Marinês, Dominginhos e outros tantos talentosos representantes desse universo.

Contatos: 61. 7813-6248, com Cacai Nunes

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO

**Seminário Nacional das
Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade:
Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis**

Brasília, 15 a 18 de julho de 2008

PROMOÇÃO: Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome

ORGANIZAÇÃO: MMA (SBF, SEDR, SFB), MDA (SAF, SDT, INCRA), MDS (SAIP, SESAN), FUNBIO, GTZ, MME (Luz para Todos)

APOIO: SEBRAE, Conab, ICMBio, Banco do Nordeste do Brasil, Banco da Amazônia, CNI, Sociedade Pátria Amada, Sesi/Cozinha Brasil, AMMA e parceiros regionais.

Objetivo Geral:

Validar as proposições contidas no Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade e as propostas para a implementação do mesmo.

Objetivos Específicos:

- ✓ Apresentar as políticas já existentes no âmbito do governo federal.
- ✓ Ratificar o Plano, considerando os resultados dos seminários regionais.
- ✓ Validar as propostas de arranjos institucionais para a gestão e implementação do Plano Nacional.
- ✓ Estruturar planos de trabalho para implementação do Plano Nacional, por Bioma.

Material de apoio: Publicação e CD contendo a proposta do Plano Nacional, Caderno técnico com as políticas existentes, textos base e compilação dos resultados dos grupos de trabalho de todos os seminários regionais.

Produto do seminário: Plano Nacional estruturado, modelo de gestão definido e planos de trabalho, por bioma, elaborados.

Local: Centro de Convenções Israel Pinheiro (SHDB, QL 32, conj. A, Entrada do Parque Ecológico Hermida Dom Bosco, Lago Sul, Brasília, DF)

Participantes: até 300 participantes dentre representantes dos agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais, órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), setor empresarial, ONGs e pesquisadores.

Contato

Izáuria Moura (MMA/MDA) (61) 3214.8396 ou 8401 – izauria.moura@mma.gov.br ou sociobiodiversidade@mma.gov.br

PROGRAMAÇÃO DO SEMINÁRIO**Dia 15 de Julho – Terça-feira: Apresentação das Políticas Ministeriais para a Sociobiodiversidade****Credenciamento:**

16h00 – Credenciamento dos participantes

Abertura:

18h30 – Cerimônia de abertura: Apresentação das Políticas Ministeriais para a Sociobiodiversidade

Sr. Guilherme Cassel – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Sra. Arlete Sampaio – Ministra-Interina de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Sr. Egon Krakhecke – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente

21h00 – Coquetel da Sociobiodiversidade e atividade cultural: show do violeiro Dércio Marques

Dia 16 de Julho – Quarta-feira: O estado da arte das Políticas e ações para apoio/fomento/regulamentação relacionadas aos Produtos da Sociobiodiversidade

9h00 – Introdução ao Seminário: aspectos metodológicos (**Sr. Sérgio Cordioli**)

9h15 – Abertura dos Trabalhos

Coordenação da mesa: **Sr. Egon Krakhecke** – Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR/MMA)

Sr. Helmut Eger – Diretor de Programa de Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais do Brasil da GTZ

Sr. Fábio Leite – Representante do Funbio

9h45 – Retrospectiva do processo Sra. Claudia Calorio – Coordenadora de agroextrativismo da SEDR/MMA

10h15 – Mesa 1: **O estado da arte das políticas regulatórias incidentes nas cadeias de produtos da Sociobiodiversidade**

Coordenação da mesa: **Sr. José Batista** – Coordenador de diversificação econômica da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA)

Sra. Maria Celeste Emerick – Diretora do Departamento de Patrimônio Genético (SBF/MMA)

Sr. Carlos Bicalho – Assessor do Secretário de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA)

Sra. Maria Cecília Martins Brito – Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA/MS)

Debate aberto

12h30 às 14h00 – Almoço

14h00 – Mesa 2: O papel das instituições de Apoio e Fomento

Coordenação da mesa: **Sra. Márcia Muchagata** – Gerente de Florestas Comunitárias do Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA)

Sr. Márcio Hirata – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da SAF/MDA

Sr. José Feldkircher – Departamento de Financiamento e Proteção da Produção / SAF/MDA

Sr. Antonio Haroldo Pinheiro Mendonça – Coordenador Geral de Comércio Justo / SENAES/MTE

Sr. Silvio Porto – Diretor de Gestão Empresarial da CONAB

Debate aberto

16h00 – Intervalo da Sociobiodiversidade

16h30 -18h00 – Apresentação do Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB)

1. Objetivos, linhas gerais, princípios e diretrizes do Plano Nacional

2. Eixos Temáticos (produtivo, comercial, industrial, organização social) e suas linhas de ação (capacitação, Ater, financiamento, pesquisa e tecnologia e marco regulatório)

3. Mecanismos de Gestão (Arranjos institucionais, Atribuições, Composição)

Sra. Muriel Saragoussi – Diretora do Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA

Sr. Arnoldo de Campos – Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da SAF/MDA

Dia 17 de Julho – Quinta-feira: Grupos de trabalho temáticos para discussão da proposta de Plano Nacional

8h30 as 12h00 – **Grupos de trabalho temáticos**

Objetivo: Validar os eixos estruturantes considerando as linhas de ação e a estrutura de gestão do plano nacional.

GT1 – Eixo Estruturante INCLUIR EIXOS

GT2 – Eixo Estruturante

GT3 – Eixo Estruturante

GT4 – Eixo Estruturante

GT5 – Eixo Estruturante

GT6 – Eixo Estruturante

GT7 – Proposta de critérios para a escolha de cadeias prioritárias

GT8 – Arranjos institucionais para a gestão do plano nos diferentes níveis

Obs. - Organização dos grupos, por livre adesão, no momento da inscrição, limitando em 30 o número máximo de componentes por grupo.

13h30 as 18h30 – **Plenária para a apresentação e validação das propostas de aperfeiçoamento do Plano Nacional** (intervalo da sociobiodiversidade as 16h00)

19h00 – Sr. Carlos Minc – Ministro de Estado do Meio Ambiente

Dia 18 de Julho – Sexta-feira: Elaboração de Plano de Trabalho, por bioma, para a implementação dos eixos temáticos do Plano Nacional e encaminhamentos gerais

Objetivo: Preparar os primeiros passos para a implementação do Plano nacional em cada um dos biomas representativos.

8h30 as 12h30 – **Grupos de trabalho regionais**

GT1: Bioma Mata Atlântica e Zona Costeira (RJ, SP, MG, ES)

GT2: Bioma Mata Atlântica e Pampa (RS, SC, PR)

GT3: Bioma Mata Atlântica e Zona Costeira (BA, SE, AL, PI, PB, PE, RN, CE, MA)

GT4: Bioma Pantanal

GT5: Bioma Amazônia Oriental

GT6: Bioma Amazônia Ocidental

GT7: Bioma Cerrado

GT8: Bioma Caatinga

Agenda de trabalho 2008	Cronograma	Coordenador da ação

12h30 às 14h00 – Almoço

14h00 -15h00: **Próximos Passos**

15h00 -13h30: **Plenária de Apresentação de Carta da Sociobiodiversidade às autoridades presentes**

15h30 – 16h00 – Avaliação final

16h00 – **Mesa de Encerramento** - Representantes dos Ministérios e da CONAB.

Sra. Muriel Saragoussi – Diretora do Departamento de Extrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA

Sr. Arnoldo de Campos – Diretor do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor da SAF/MDA

Sr. Silvio Porto – Diretor de Gestão Empresarial da CONAB

Sra. Divani Ferreira de Souza – Consultora do Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor

GRUPOS DE TRABALHO PARA VALIDAR O PLANO**Objetivo Geral:**

Validar as proposições contidas no Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade e as propostas para a implementação do mesmo.

Orientações para os grupos

Seguir diretamente para os locais de trabalho.

Fazer a apresentação dos participantes. (10min).

Fazer uma leitura sobre o tema correspondente ao grupo. (10 min).

Abrir espaço para comentários gerais (30 min) – Qual a nossa impressão sobre o grupo.

Revisar o texto proposto: 10h00 – 12h30min.

- ✓ Ajustes / aperfeiçoamentos na redação do texto.
- ✓ Linhas de ação / atividades que deverão ser incluídas do documento.

Considerar na análise:

- ✓ Observar se os diferentes elos da cadeia foram considerados (eixos finalísticos): produção, industrialização, comercialização e organização.
- ✓ Obs. Novas propostas a serem incluídas devem constar no arquivo sistematizado dos seminários regionais (verde).
- ✓ Utilizar marcador de alteração.

Indicar o relator do grupo para a plenária na parte da tarde.

Acordo de convivência

A opinião de todos é muito importante.

Ser breve nas falas, para dar chance a todos.

Respeitar os horários propostos.

Ter uma participação ativa em todos os momentos.

Celulares em silencioso.

Grupos de Trabalho: (9:00 – 12:30)**GT1 – Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (plenária 301)**

Facilitador: Luiz Rebelato - GTZ

Relator: Inês Burg - MDA

GT2 – Assistência Técnica e Extensão Rural e Capacitação (plenária)

Facilitador: Maria Virgínia - MDA

Relator: Oraida - MDA

GT3 – Crédito, Fomento e incentivos fiscais (Capela)

Facilitador: Ana Muller - MDA

Relator: Yandra Bastos- MMA

GT4 – Divulgação e Comunicação (sala 303)

Facilitador: Klinton Senra - MMA

Relator: Rafaela - MMA

GT5 – Marco Regulatório (sala 304)

Facilitador: João Marcelo Intini - MDA

Relator: Sonja Righetti - MMA

GT6 - Organização social e produtiva (Sala 305)

Facilitador: Leonel Pereira - MMA

Relator: Igor - MDA

GT7 – Critérios para a escolha de cadeias prioritárias (sala 306)

Facilitador: Rodrigo Noleto - MMA

Relator: Leila Swerts - MMA

GT8 – Estrutura de gestão do plano (sala 307)

Facilitador: Francine Cunha - MMA

Relator: Hélio Pontes - SFB

GRUPOS DE TRABALHO PARA ESTRUTURAR AGENDA DE TRABALHO**Objetivos:**

- Articular arranjos institucionais (Grupos de articulação regional) para articular a execução das ações
- Estabelecer os acordos de como a política será operacionalizada nos diferentes territórios.

Orientações para os grupos

- Rever a composição do grupo de articulação regional
- Criar a agenda de trabalho para a primeira reunião do Grupo de articulação regional. (o que deve ser feito, quando e quem coordena).
- Indicar os representantes institucionais dos PCTAF - titular e suplente na câmara setorial.

Grupos de Trabalho: (10:00 – 12:30)**GT1 – Caatinga (plenária 301)**

Facilitador: Leonel Pereira - MMA

Relator: Igor - MDA

GT2 – Pantanal (Capela)

Facilitador: Maria Virgínia - MDA

Relator: Luiz - MDA

GT3 – Mata Atlântica Sul / Pampa (sala 303)

Facilitador: Sérgio Cantuária - MMA

Relator: Zaré Brum - MMA

GT4 – Cerrado (sala 304)

Facilitador: Haroldo Oliveira - MMA

Relator: Sonja Righetti - MMA

GT5 – Mata Atlântica Nordeste (Sala 305)

Facilitador: Luiz Rebelato - GTZ

Relator: Inês Burg - MDA

GT6 – Amazônia Oriental (sala 306)

Facilitador: Rodrigo Noleto - MMA

Relator: Mônica Melo ICMBIO

GT7 – Amazônia Ocidental (sala 307)

Facilitador: Oraida Parreiras - MDA

Relator: Karla - SFB

PROPOSTA DE PLANO VALIDADA PELA PLENÁRIA 17.07.2008

A minuta de proposta de plano para as cadeias dos produtos da sociobiodiversidade foi apresentada em plenária e discutida por meio de oito grupos temáticos, que apresentaram suas sugestões de aperfeiçoamento em plenária. O documento a seguir descrito incorpora todas as sugestões indicadas pelos GTs.

A minuta de plano original encontra-se anexo a este documento.

PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE:

VERSÃO PRELIMINAR
PARA VALIDAÇÃO NO SEMINÁRIO NACIONAL

Brasília, 15 a 18 de Julho de 2008

SUMÁRIO

Siglas Utilizadas, i
APRESENTAÇÃO, 1

Parte I – INTRODUÇÃO, 2

1. JUSTIFICATIVA PARA A ELABORAÇÃO DESTE PLANO, 2
2. METODOLOGIA UTILIZADA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO, 3
3. FORMATO E CONTEÚDO DA VERSÃO FINAL DO PLANO, 4

Parte II – O PLANO: VERSÃO PRELIMINAR, 5

1. CONCEITOS E DEFINIÇÕES UTILIZADOS, 5
2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS, 6
3. OBJETIVO GERAL, 7
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS, 7
5. EIXOS ESTRUTURANTES, 7
6. EIXOS TRANSVERSAIS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES, 8
 - 6.1. EIXO 1: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO, 8
 - 6.2. EIXO 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO, 10
 - 6.3. EIXO 3: CRÉDITO, FOMENTO & INCENTIVOS FISCAIS, 12
 - 6.4. EIXO 4: DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 14
 - 6.5. EIXO 5: MARCO REGULATÓRIO, 14
7. EIXOS FINALÍSTICOS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES, 16
 - 7.1. EIXO 1: PROCESSO PRODUTIVO, 17
 - 7.2. EIXO 2: PROCESSO INDUSTRIAL & AGROINDUSTRIAL, 17
 - 7.3. EIXO 3: PROCESSO COMERCIAL, 17
 - 7.4. EIXO 4: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA, 18
8. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO, 18
9. ESTRUTURA DE GESTÃO DO PLANO, 19

ANEXO:

I - Matriz dos principais produtos por Bioma indicados pelos Seminários Regionais, 22

SIGLAS UTILIZADAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ANVISA – Agência Brasileira de Vigilância Sanitária
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Banco Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
FUNBIO – Fundo Brasileiro
GTZ – Cooperação Técnica Alemã
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização Não-Governamental
PCTAFs – Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar (MDA)
SAIP – Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (MDS)
SBF – Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA)
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA)
SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDR – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA)
SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção das Políticas de Igualdade Racial
SFB – Serviço Florestal Brasileiro (MMA)

APRESENTAÇÃO

Como parte da estratégia de articular as políticas de governo e de implementar medidas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável associado à geração de renda e justiça social, os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social se reuniram com outros parceiros do governo e da sociedade civil para elaborar uma estratégia política para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e consolidação de mercados sustentáveis para esses produtos.

Neste sentido, foi realizada uma série de eventos de consulta, envolvendo os diversos segmentos sociais interessados nesta temática. Entre setembro de 2007 e julho de 2008 foram organizados sete Seminários Regionais nos diferentes biomas contando com a participação de cerca de 800 pessoas, em sua maioria representantes de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares. Em um outro seminário específico, estabeleceu-se uma plataforma de diálogo com representantes do setor empresarial.

Este documento traz a versão preliminar do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, construído a partir das propostas e recomendações resultantes do processo de consulta realizado. Esta versão foi organizada como um documento de trabalho para validação no Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, a ser realizado em Brasília, de 15 a 18 de julho de 2008.

Desta forma, esta primeira versão do Plano está organizada em duas partes. A primeira parte traz informações sobre os antecedentes que levaram a esta iniciativa, a metodologia de elaboração do Plano e o formato que o mesmo terá ao final do processo. A segunda parte traz o Plano propriamente dito. Primeiramente são apresentados as diretrizes, o objetivo geral e os objetivos específicos. Em seguida são apresentados os eixos estruturantes, as linhas de ação e respectivas atividades. A parte final traz uma proposta de estratégia de implementação do Plano e de estrutura de gestão. A matriz com os produtos potenciais indicados nos Seminários Regionais encontra-se como anexo.

Considerando que durante os seminários de consulta os participantes tiveram a oportunidade de debater e indicar um conjunto de propostas, entende-se que o Seminário Nacional tem como principal propósito validar a proposta de plano. Não se trata de abrir novamente a discussão das propostas, mas de uma consulta final para orientar as próximas etapas para formalização do Plano. Cabe também aos participantes do Seminário Nacional contribuir com elementos para o detalhamento da estratégia de implementação e a validação da estrutura de gestão. Frente à diversidade de realidades e prioridades, os participantes do Seminário Nacional são convidados a colocar o foco das discussões nos elementos convergentes e no detalhamento de mecanismos para transformar este Plano em realidade.

Bom Trabalho!

A Comissão Organizadora

PARTE I : INTRODUÇÃO

1. JUSTIFICATIVA PARA A ELABORAÇÃO DESTE PLANO

O Brasil é um país de dimensões continentais, abrigando uma biodiversidade exuberante nos Biomas Amazônico, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Zona Costeira Marinha e Pampa. Esta riqueza biológica está associada a uma grande diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares, dentre outras), detentoras de conhecimento considerável e habilidades sobre sistemas tradicionais de manejo da biodiversidade.

Embora tenha uma importância significativa na geração de renda e segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais, as estatísticas oficiais apontam que os valores registrados para a produção extrativista não-madeireira representam aproximadamente 0,48 % da produção primária nacional, o que equivale, no segmento de produção primária, apenas 480 milhões de Reais. Estes valores indicam a pouca visibilidade e o pequeno espaço ocupado pelos produtos da sociobiodiversidade na economia formal.

Nas duas últimas décadas, diversas iniciativas do governo federal, de alguns estados e municípios, ONGs, movimentos e organizações sociais, empresas e instituições acadêmicas vêm buscando reverter este quadro. Multiplica-se por todo o país projetos que sinalizam o potencial de competitividade das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, revelando a grande possibilidade que este mercado representa para o desenvolvimento sustentável.

Todavia, a maior parte das iniciativas têm caráter pontual, com restrita abrangência territorial, econômica e social, exercendo pouca influência na definição de prioridades político-econômicas do país. No âmbito governamental, as medidas de apoio aos produtos da sociobiodiversidade encontram-se dispersas em diferentes Ministérios, sem uma articulação que possibilite coordenar ações e potencializar investimentos. Ao mesmo tempo, os inúmeros espaços de consulta à sociedade civil implementados nos últimos anos – como as Conferências Nacionais de Meio Ambiente, Saúde, Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, e Desenvolvimento Rural Sustentável – têm referendado a necessidade de evoluir de experiências localizadas para a universalização de políticas públicas que promovam o uso e conservação dos produtos da sociobiodiversidade e fortaleçam os PCTAFs.

Neste sentido, o governo federal, por meio de articulação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social em parceria com os Ministérios da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Trabalho e Emprego e com outros setores do governo, o setor empresarial e a sociedade civil, decidiu elaborar um plano de ação para fortalecer as cadeias de produtos da sociobiodiversidade e consolidar mercados sustentáveis para estes produtos.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

A elaboração do Plano compreendeu, até o momento, as seguintes etapas:

- Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares: Esta consulta foi realizada em sete Seminários Regionais “*Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis*”, realizados entre setembro de 2007 e junho de 2008, nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste, envolvendo os Biomas Amazônia Ocidental e Oriental, Cerrado, Pantanal, Pampa, Mata Atlântica Sul/Sudeste e Norte e Caatinga. Os Seminários Regionais foram organizados pelo MMA (SBF, SEDR, SFB, ICMBio), MDA (SAF, SDT, INCRA), MDS (SAIP e SESAN), FUNBIO, GTZ, SEBRAE, MME (Luz para Todos) e CONAB.. Cada Seminário reuniu, em média, cerca de cem participantes, incluindo, além de representantes dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, pesquisadores, representantes de órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), ONG’s e setor empresarial.
- Sistematização das propostas dos Seminários Regionais: Nos Seminários Regionais os participantes apresentaram um conjunto de propostas, as quais foram construídas em grupos de trabalho, seguido de apresentação, discussão, ajustes e validação, por consenso, em plenária. O conjunto de propostas dos sete Seminários foi consolidado em um documento específico, o qual foi utilizado como um dos documentos base para a elaboração do Plano.
- Consulta ao Setor Empresarial: O seminário “*Diálogo com o Setor Empresarial*” foi realizado em São Paulo, em de 08 de julho de 2008, promovido pelo MMA, MDA, MDS, com apoio da ABDI, Cooperação Técnica Alemã - GTZ, CEBDS, Instituto Ethos e Fundação Getúlio Vargas. O evento reuniu 34 participantes, incluindo representantes de associações empresariais e representantes de órgãos do governo federal.
- Sistematização das Propostas do Seminário de Consulta ao Setor Empresarial: As propostas resultantes da consulta ao setor empresarial foram sistematizadas em relatório específico, o qual foi utilizado como um dos documentos base para elaboração do Plano.
- Reunião técnica para definição da estrutura do Plano: Técnicos dos diferentes órgãos do governo federal engajados nesta iniciativa reuniram-se em Brasília para definir a estrutura, validar as diretrizes e objetivos do Plano e discutir a estrutura de gestão. A discussão foi feita com base em uma primeira proposta elaborada a partir dos resultados dos Seminários Regionais.
- Elaboração da versão preliminar do Plano: Com base nas decisões aprovadas na reunião técnica, as propostas aprovadas nos Seminários Regionais com os PCTAFs e no Diálogo com o Setor Empresarial foram compiladas e agrupadas dentro dos eixos de ação definidos. Os resultados destas consultas também orientaram a definição das diretrizes, objetivos específicos, estratégia de implementação e estrutura de gestão. Uma primeira versão do Plano foi submetida à equipe técnica de coordenação do Seminário Nacional, composta por técnicos do MMA, MDA e MDS. As sugestões e correções indicadas pela equipe técnica foram incorporadas nesta versão preliminar, a qual será objeto de discussão durante o Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

As próximas etapas para finalização do Plano são:

- Validação da estrutura e das propostas no Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, a ser realizado em Brasília, de 15 a 18 julho de 2008.
- Negociação política do Plano no âmbito do Governo Federal em reunião específica com representantes dos diferentes Ministérios e Órgãos que comporão o grupo gestor e envolvidos na sua implementação, detalhando metas, orçamento, responsáveis e os arranjos institucionais no âmbito do governo federal.
- Validação da Versão Final com as instituições que comporão a Câmara Setorial
- Elaboração da Minuta de Decreto com o apoio da assessoria jurídica dos Ministérios.
- Publicação de Decreto oficializando o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

3. FORMATO DA VERSÃO FINAL DO PLANO

A versão preliminar apresentada neste documento contém os itens essenciais do Plano. A versão final deverá incluir outros elementos, contendo os seguintes itens:

- Introdução: apresenta os antecedentes e a motivação que levou à elaboração do Plano.
- Estado da Arte: descreve o diagnóstico da situação atual dos produtos da sociobiodiversidade, limites, potenciais e o marco regulatório vigente.
- Diretrizes Estratégicas: descreve os fundamentos que norteiam a concepção e a estratégia de implementação do Plano.
- Objetivo Geral: descreve qual o grande objetivo do Plano, ou seja, seu ponto de partida.
- Objetivos Específicos: descreve outros objetivos que devem ser alcançados, justificando as ações e atividades propostas.
- Eixos Estruturantes, Linhas de Ação e Atividades: descreve as linhas de ação e respectivas atividades para cada um dos eixos estruturantes definidos.
- Metas, Orçamento e Responsáveis: Indica os resultados esperados, o custo de execução e os responsáveis pela realização das atividades
- Estratégia de Implementação: descreve os princípios que nortearam a implementação do plano e os arranjos institucionais para a sua execução.
- Estrutura de gestão: descreve os mecanismos e espaços para o planejamento, monitoramento e avaliação da implementação do Plano.

PARTE II - O PLANO: VERSÃO PRELIMINAR

1 CONCEITOS UTILIZADOS

- **Agricultor Familiar:** empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família².
- **Arranjos Produtivos Locais – APLs:** Agrupamentos de empreendimentos de um mesmo ramo, localizados em um mesmo território, que mantêm algum nível de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os demais atores locais (governo, pesquisa, ensino, instituições de crédito).
- **Avaliação de Conformidade:** Processo sistematizado, acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas e regulamentos técnicos com o menor custo para a sociedade³.
- **Cadeia Produtiva:** É um sistema constituído de atores inter-relacionados e pela sucessão de processos de produção, transformação e comercialização do produto.
- **Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade:** Um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais dos PCTAF e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios.
- **Desenvolvimento Sustentável:** o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras⁴.
- **Povos e Comunidades Tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição⁵.
- **Produtos da Sociobiodiversidade:** Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e

² Conforme definição da Lei 11.322/06 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

³ Conforme definição do INMETRO

⁴ Conforme definição do Decreto 6.040/07 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

⁵ Idem 3

valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

- **Sistema:** Um conjunto de partes que se relacionam entre si.
- **Sociobiodiversidade:** Conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais.
- **Territórios Tradicionais:** os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, resguardando as especificidades dos povos indígenas e quilombolas conforme previsto em lei⁶.
- **Biodiversidade ou Diversidade Biológica:** a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.⁷

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade se assenta em dez diretrizes estratégicas, as quais estão em conformidade com as políticas públicas e o marco regulatório nacionais e acordos internacionais dos quais o país é signatário. As mesmas estão em consonância com as demandas sociais apresentadas nos Seminários de consulta realizados em cada um dos biomas brasileiros. São elas:

- 2.1. Conservação e uso sustentável da biodiversidade
- 2.2. Reconhecimento do direito dos PCTAFs de acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e equitativa de benefícios
- 2.3. Valorização e respeito da diversidade cultural e conhecimento tradicional
- 2.4. Promoção da segurança alimentar e nutricional a partir da alimentação diversificada
- 2.5. Agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social
- 2.6. Mercados regidos por valores de cooperação, solidariedade e ética
- 2.7. Abordagem de cadeias e arranjos produtivos, com enfoque participativo, territorial e sistêmico como elementos de concepção e implementação do Plano
- 2.8. Promoção do empoderamento e controle social
- 2.9. Articulação intra e interinstitucional, e intersetorial
- 2.10. Compartilhamento de responsabilidades entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada.

⁶ Idem 2

⁷ Artigo 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica

3. OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Promover a conservação, o manejo e o uso sustentável dos produtos da sociobiodiversidade
- ✓ Fortalecer cadeias produtivas em cada um dos biomas agregando valor aos produtos da sociobiodiversidade
- ✓ Fortalecer a organização social e produtiva dos PCTAFs
- ✓ Ampliar, fortalecer e articular instrumentos econômicos necessários à estruturação das cadeias produtivas
- ✓ Fortalecer redes de conhecimento integrando as ações de pesquisa, assistência técnica e capacitação
- ✓ Fortalecer a articulação intra/interinstitucional e intersetorial
- ✓ Adequar o marco legal de maneira a atender as especificidades dos produtos da sociobiodiversidade

5. EIXOS ESTRUTURANTES

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade está organizado em dois grandes eixos estruturantes, constituídos por um conjunto de atividades voltadas a atingir os objetivos propostos. São eles:

- **Eixos Transversais** incluem as linhas de ação e respectivas atividades relacionadas aos diferentes meios necessários para o fortalecimento e estruturação das cadeias produtivas;
- **Eixos Finalísticos** incluem as linhas de ação e respectivas atividades finalísticas relacionadas à estruturação de cadeias e arranjos produtivos, considerando todas as etapas.

Os eixos estruturantes propostos são os seguintes:

5.1. EIXOS TRANSVERSAIS

- Eixo 1: Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação 8
- Eixo 2: Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação 11
- Eixo 3: Crédito, Fomento e Incentivos Fiscais 8
- Eixo 4: Divulgação e Comunicação 4
- Eixo 5: Marco regulatório 6

5.2. EIXOS FINALÍSTICOS

- Eixo 1: Processo produtivo 2
- Eixo 2: Processo industrial 1
- Eixo 3: Processo comercial 4
- Eixo 4: Organização Social e Produtiva 2

6. EIXOS TRANSVERSAIS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES

Para atingir os objetivos propostos se propõe, para cada um dos Eixos Transversais, um conjunto de atividades agrupadas em linhas de ação específicas. São elas:

6.1. EIXO 1: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

6.1.1. Ações para o Fortalecimento de Redes de Conhecimento

- 6.1.1.1. Organização de **redes de pesquisa participativa** envolvendo todos os elos da cadeia produtiva, incentivando a participação de jovens pesquisadores das comunidades

6.1.2. Estudos exploratórios:

- 6.1.2.1. Realização de **estudo sobre o estado da arte** da pesquisa e desenvolvimento tecnológico e inovação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, identificando lacunas e demandas
- 6.1.2.2. Realização de estudo sobre as **lacunas existentes nas políticas públicas**
- 6.1.2.3. Realização de estudos para a **conformação de uma política industrial** e de outros processos de agregação de valor para as cadeias produtivas dos ~~os~~ produtos da sociobiodiversidade tendo como foco indústrias comunitárias
- 6.1.2.4. Realização de estudos sobre as **vias de escoamento e logística de nas cadeias produtivas** da sociobiodiversidade
- 6.1.2.5. Realização de estudos voltados ao mapeamento e criação de um banco de dados das cadeias produtivas da sociobiodiversidade existentes em cada Bioma
- 6.1.2.6. **Mapeamento** de ações voltadas as cadeias produtivas da sociobiodiversidade no âmbito governamental, privado e não-governamental

6.1.3. Ações de P&D&I na área de Produção e Manejo:

- 6.1.3.1. Desenvolvimento de programas de pesquisa em recursos genéticos, valorizando e priorizando as espécies nativas sob o enfoque da sociobiodiversidade e assegurando manutenção da variabilidade genética
- 6.1.3.2. Desenvolvimento, em todos os biomas, de pesquisas em agroecologia e manejo sustentável com base nas espécies nativas considerando os aspectos relacionados à captação, uso, manejo e conservação da água e processos ecológicos

- 6.1.3.3. Desenvolvimento de pesquisas na área de fauna para subsidiar projetos de criadouros e abatedouros de fauna silvestre
- 6.1.3.4. Desenvolvimento de pesquisas voltadas ao manejo sustentável de recursos pesqueiros
- 6.1.3.5. Criação de unidades de referência e de experimentação em manejo, produção e beneficiamento participativas dos produtos da sociobiodiversidade
- 6.1.3.6. Desenvolvimento de pesquisas visando potencializar sistemas de agregação de valor com redução dos custos de produção

6.1.4. Ações de P&D&I na área de Beneficiamento, Industrialização e Desenvolvimento de Produtos das cadeias da sociobiodiversidade:

- 6.1.4.1. Desenvolvimento de pesquisas em bioprospecção buscando atributos nutricionais, medicinais, ornamentais e outros
Realização de pesquisas para desenvolvimento de novas linhas de produtos de matéria prima da biodiversidade nativa
- 6.1.4.2. Desenvolver pesquisas para o melhor aproveitamento dos produtos e subprodutos da sociobiodiversidade
- 6.1.4.3. Desenvolvimento de pesquisas sobre equipamentos e tecnologias para sistemas produtivos, de beneficiamento e industriais de pequena escala com prioridade para fontes renováveis de energia
- 6.1.4.4. Desenvolvimento de protocolos de boas práticas de fabricação (BPF) e perfis em processos de produção envolvendo cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- 6.1.4.5. Desenvolvimento de pesquisas sobre embalagens reaproveitáveis e biodegradáveis com base em insumos ecológicos
- 6.1.4.6. Fomentar pesquisas em tecnologias sociais para as cadeias de produtos da sociobiodiversidade

6.1.5. Ações de P&D&I sobre Aspectos Econômicos e de Mercado:

- 6.1.5.1. Desenvolvimento de pesquisas em socioeconomia para aprimoramento técnico, econômico e social das cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- 6.1.5.2. Realização de pesquisas sobre instrumentos econômicos para remuneração dos serviços ambientais gerados pelas cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- 6.1.5.3. Realização de estudos sobre as oportunidades de mercado para as cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- 6.1.5.4. Desenvolvimento de mecanismos de avaliação de conformidade de produtos da sociobiodiversidade, inclusive sistemas participativos de garantia e sistemas de certificação

6.1.6. Ações de P&D&I sobre Repartição de Benefícios & Conhecimento Tradicional:

- 6.1.6.1. Desenvolvimento de pesquisas sobre o processo de geração, valorização e registro do saber local das comunidades de PCTAF
- 6.1.6.2. Desenvolvimento de pesquisas sobre a repartição de benefícios nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade

6.1.7. Ações de P&D&I para o Desenvolvimento de Indicadores

- 6.1.7.1. Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para as cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade manejados por PCTAFs
- 6.1.7.2. Desenvolvimento de indicadores para avaliação de serviços ambientais das cadeias produtivas da sociobiodiversidade

6.1.8. Ações de Fomento para P&D&I

- 6.1.8.1. Criação de bolsas de pesquisa para projetos envolvendo produtos das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, prevendo bolsas específicas para pesquisadores comunitários
- 6.1.8.2. Lançamento de editais específicos diferenciados e contínuos para projetos de pesquisa para o aprimoramento de processos, produtos e serviços das cadeias produtivas da sociobiodiversidade por meio de formas inovadoras de acesso e avaliação (apresentação oral, manuscrita, audiovisual, etc.)
- 6.1.8.3. Lançamento de editais de pesquisa envolvendo as ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
- 6.1.8.4. Ampliação das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico para os produtos as cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- 6.1.8.5. Criação de um fundo de apoio de pesquisa e desenvolvimento, a exemplo dos fundos setoriais para as cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- 6.1.8.6. Desenvolvimento de mecanismos de valorização e fixação de agentes/talentos locais (detentores do conhecimento tradicional e jovens)

Quais são as lacunas existentes?

- Pesquisa em tecnologia social para biomassa.
- Papel do consumidor.
- Desenvolvimento de um selo para os produtos da sociobiodiversidade.
- Pesquisa voltada ao desenvolvimento de patentes.
- Ampliação, financiamento e infra-estrutura para a pesquisa federal, estadual, municipal e distrital.
- Público beneficiário em fundos já existentes.

6.2. EIXO 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO

6.2.1. Articulação e Fortalecimento das políticas e programas existentes:

- 6.2.1.1. Ampliação e fortalecimento da Política Nacional de ATER –PNATER, nos programas de ATER em todas as Unidades da Federação, nas cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com ênfase em ações de agroecologia, conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental.
- 6.2.1.2. Integração e coordenação de ações entre os programas de ATER e os demais órgãos/setores/programas governamentais que trabalham com os PCTAFs
- 6.2.1.3. Adequar o marco legal da relação Governo/Instituições de ATER da sociedade civil para a execução de convênios e parcerias que ofereçam condições de prestação de serviços continuados de ATER aos PCTAFs (exemplo: prazos de vigência dos convênios alongados, investimento em infra-estrutura e manutenção de equipes técnicas)

6.2.2. Investimentos em Recursos Humanos e Infra-estrutura :

- 6.2.2.1. Ampliação do quadro técnico disponível para os Programas de ATER, com ênfase em equipes locais, voltados aos PCTAFs com o foco nos produtos da sociobiodiversidade, agroecologia e extensão agroflorestal
- 6.2.2.2. Investimentos em infra-estrutura para ampliar e melhorar a capacidade de trabalho dos Programas de ATER, com ênfase em equipes locais, com os PCTAFs
- 6.2.2.3. Composição de equipes multidisciplinares nos Programas de ATER, , com ênfase em equipes locais, incluindo profissionais da área de design com especialidade na área de sustentabilidade socioambiental, para assessorar as cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.2.4. Composição de equipes multidisciplinares nos Programas de ATER, com ênfase em equipes locais, incluindo profissionais para assessorar Cooperativas e Associações de PCTAFs na área jurídica, organizacional e administrativa

6.2.3. Aperfeiçoamento da estratégia metodológica:

- 6.2.3.1. Incorporação nos programas de ATER de metodologias participativas para a formulação, planejamento, implementação e avaliação de projetos voltados à estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade

6.2.4. Fortalecimento de Parcerias

- 6.2.4.1. Ampliação das parcerias entre órgãos governamentais e organizações da sociedade civil para implementar os programas de ATER/ATES voltados aos PCTAFs
- 6.2.4.2. Criação de linhas de fomento para programas de extensão universitária em ITCPs- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

6.2.5. Ações de Capacitação em Produção e Manejo, para PCTAFs e Técnicos

- 6.2.5.1. Atividades de capacitação em manejo sustentável dos recursos da sociobiodiversidade
- 6.2.5.2. Campanhas e atividades de capacitação contra o uso do fogo, em todos os biomas, bem como do uso de agrotóxicos.
- 6.2.5.3. Atividades de capacitação em diversificação da produção para os diferentes atores das cadeias produtivas
- 6.2.5.4. Campanhas e atividades de capacitação contra a pesca predatória e respeito ao período de defeso.

6.2.6. Ações de Capacitação em Beneficiamento e Industrialização, para PCTAFs e Técnicos

- 6.2.6.1. Atividades de capacitação para PCTAFs e agentes de Ater na área de colheita e pós-colheita
- 6.2.6.2. Atividades de capacitação para PCTAF na área de beneficiamento e industrialização da produção
- 6.2.6.3. Atividades de capacitação sobre agregação de valor para os diferentes atores das cadeias produtivas

6.2.7. Ações de Capacitação em Organização e Gestão, para PCTAFs e Técnicos

- 6.2.7.1. Atividades de capacitação para os PCTAF na organização de empreendimentos de produção de mudas de espécies nativas e repovoamento de animais de espécies nativas
- 6.2.7.2. Atividades de capacitação para PCTAF na área de gestão da produção
- 6.2.7.3. Atividades de capacitação em elaboração, administração e gestão financeira de projetos produtivos desenvolvidos por PCTAF
- 6.2.7.4. Atividades de capacitação na área de informática associadas a um amplo programa de inclusão digital dos territórios de PCTAFs
- 6.2.7.5. Atividades de capacitação das comunidades na área de políticas públicas voltadas aos PCTAFs e produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.7.6. Atividades de capacitação em elaboração de planos de negócios para os produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.7.7. Atividades de capacitação sobre organização e gestão de grupos sociais envolvendo todos os agentes das cadeias produtivas
- 6.2.7.8. Atividades de capacitação dos agentes das cadeias produtivas para o associativismo/cooperativismo respeitando as especificidades culturais dos PCTAFs

6.2.8. Ações de Capacitação sobre Marco Regulatório, para PCTAFs e Técnicos

- 6.2.8.1. Atividades de capacitação de organizações dos PCTAFs e demais agentes das cadeias produtivas sobre a legislação que incide nos produtos da sociobiodiversidade e no associativismo/cooperativismo.
- 6.2.8.2. Atividades de capacitação sobre as especificidades dos PCTAF e produtos da sociobiodiversidade para técnicos das instituições responsáveis pela elaboração do marco regulatório

6.2.9. Ações para a Qualificação de Técnicos e Profissionais de Órgãos Governamentais e não-governamentais

- 6.2.9.1. Atividades de capacitação de agentes de ATER em temas relacionados à sociobiodiversidade, agroecologia, agricultura sustentável e extensão florestal e pesqueira.
- 6.2.9.2. Atividades de capacitação em metodologias participativas para agentes de ATER
- 6.2.9.3. Atividades de capacitação em organização comunitária para agentes de ATER
- 6.2.9.4. Atividades de capacitação em gestão de empreendimentos para agentes de ATER
- 6.2.9.5. Atividades de capacitação em comercialização de produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.9.6. Atividades de capacitação sobre o marco regulatório atual aplicável aos produtos da sociobiodiversidade para técnicos dos órgãos de fiscalização e agentes de ATER. Atividades de capacitação de técnicos das instituições financeiras para o uso de coeficientes técnicos adequados às especificidades das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e ao contexto regional

6.2.10. Ações para o Fortalecimento de Redes de Conhecimento

- 6.2.10.1. Atividades de capacitação e intercâmbio na modalidade “produtor/a-produtor/a”

6.2.11. Ações de Suporte à Capacitação

- 6.2.11.1. Criação de bolsas de estudos para ensino fundamental, médio, cursos técnicos, de graduação e especialização em áreas relacionadas às cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.11.2. Construção e adequação de centros de educação formal e não-formal nos territórios para atender as demandas dos PCTAFs, em parceria com instituições públicas, privadas e do terceiro setor, abrangendo as políticas públicas relacionadas ao tema.
- 6.2.11.3. Reformulação e adequação dos currículos e processos pedagógicos para todos os níveis educacionais, em conformidade com as demandas dos PCTAFs e relacionados às cadeias de produtos da sociobiodiversidade, nos diferentes territórios.

Quais são as lacunas existentes?

- Drogas veterinárias / uso racional da água / uso de carboreto – monitoramento.
- Especificar tipos de agrotóxicos que deverão ser combatidos.
- Definição e elaboração de projetos voltados à sociobiodiversidade.
- Observar outras vegetações naturais / savânicas (“Hot Spots”) e não somente as florestais.
- Incluir nos currículos universitários a questão da sociobiodiversidade (6.2.11.3).
- Esclarecimentos que deverão ser feitos aos comerciantes e consumidores.
- Assessoria para os grupos de produção familiar e destacar alternativas ao uso do fogo e não somente o seu combate.
- Valorizar a questão do comércio voltado ao comércio solidário.
- Representantes de PCTAF na gestão da ATER.

6.3. EIXO 3: CRÉDITO, FOMENTO & INCENTIVOS FISCAIS

6.3.1. Ações de Apoio à Produção e Manejo Sustentável

- 6.3.1.1. Ampliar, adequar e promover o PRONAF Florestal para a aplicação em projetos com produtos da sociobiodiversidade sob gestão de PCTAFs
- 6.3.1.2. Ampliação do acesso a linhas de crédito para o desenvolvimento da unidade produtiva, com enfoque sistêmico, sem o caráter “safrista por produto”, orientado aos produtos da sociobiodiversidade sob gestão dos PCTAFs
- 6.3.1.3. Criação de um fundo de fomento não reembolsável para a averbação da reserva legal e licenciamento de projetos produtivos de PCTAFs, com acesso direto pelas organizações de PCTAFs
- 6.3.1.4. Ampliação dos recursos do PAA e dos limites individuais, das linhas de crédito e apoio para os PCTAFs, diretamente às organizações sociais, voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional local com base em produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.1.5. Criação de linhas de fomento não reembolsáveis para a elaboração de planos de manejo em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e outros territórios ocupados por PCTAF
- 6.3.1.6. Criação de linhas de fomento não reembolsáveis para o plantio de espécies nativas na recuperação e recomposição de áreas degradadas
- 6.3.1.7. Criação de linhas de seguro para sistemas de produção agrobiodiversos
- 6.3.1.8. Criação de um fundo de fomento aos produtos da sociobiodiversidade, de acesso simplificado e ágil, que contemple todos os elos da cadeia produtiva

6.3.2. Ações de Apoio à Organização Social e Produtiva

- 6.3.2.1. Ampliação dos recursos e do acesso das organizações de PCTAFs às linhas de crédito e fomento para os produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.2.2. Criação de linhas de crédito diferenciadas para unidades multifuncional de beneficiamento com a infra-estrutura necessária para a adequação às boas práticas de fabricação (BPF)
- 6.3.2.3. Criação de linhas de fomento para apoiar as atividades de grupos, organizações e cooperativas

6.3.3. Ações de Apoio à Comercialização

- 6.3.3.1. Criação de linhas de crédito para a divulgação comercial e comercialização dos produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.3.2. Ampliação dos instrumentos de política agrícola de garantia de preços para os produtos da sociobiodiversidade, incluindo produtos de todos os biomas
- 6.3.3.3. Criação de linhas de fomento para implantar mecanismos de avaliação de conformidade para os produtos da sociobiodiversidade, incluindo o reconhecimento dos sistemas participativos de garantia

6.3.4. Ações de Apoio à Estruturação de Cadeias Produtivas & Arranjos Produtivos Locais (APLs)

- 6.3.4.1. Mapeamento e divulgação das fontes de financiamento para a estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.4.2. Ampliação do acesso às linhas de crédito que atendem as especificidades regionais das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, adequando o cronograma de liberação dos recursos ao calendário de atividades produtivas da região
- 6.3.4.3. Ampliar os recursos e o acesso das organizações de PCTAFs às linhas de micro-crédito para o empreendedorismo com produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.4.4. Criação de linhas de fomento com acesso de forma cooperativa para a estruturação de arranjos produtivos locais de produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.4.5. Criação de linhas de fomento para elaboração, implementação de Planos de Negócio e Planos de Gestão

6.3.5. Ações para ampliação das Fontes de Financiamento

- 6.3.5.1. Criação de um Fundo de Aval para os PCTAFs que trabalham com produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.5.2. Criação de um Fundo Setorial para apoio à pesquisa, extensão, desenvolvimento e inovação tecnológica em cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.5.3. Revisar os critérios para alocação dos fundos constitucionais, destinando pelo menos 10% para apoiar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.5.4. Inclusão de linhas orçamentárias no PPA (Plano Plurianual) específicas para o financiamento das ações propostas neste Plano
- 6.3.5.5. Criação de fundo de remuneração dos serviços ambientais prestados pelos PCTAFs

6.3.6. Ações para o Aprimoramento de Critérios, Procedimentos e Serviços

- 6.3.6.1. Incluir indicadores socioambientais como um dos critério para a distribuição de recursos para as cadeias da sociobiodiversidade e para o acesso às linhas de crédito
- 6.3.6.2. Criação nas agências bancárias de um serviço qualificado de atendimento diferenciado aos PCTAFs
- 6.3.6.3. Desenvolvimento de pesquisas sobre coeficientes técnicos para subsidiar a implementação de políticas de crédito e seguro para produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.6.4. Revisar a política dos agentes financeiros, principalmente os governamentais de forma a eliminar o apoio a projetos que causem o desmatamento e a queimada e outras práticas predatórias

6.3.7. Ações na área Tributária

- 6.3.7.1. Criação de mecanismos de isenção de tributos e/ou alíquotas diferenciadas para os produtos da sociobiodiversidade dos PCTAFs (ICMS, Cofins, outros)
- 6.3.7.2. Criação de mecanismos de isenção de tributos e/ou alíquotas diferenciadas para empresas que atuem nas cadeias dos produtos da sociobiodiversidade que incorporem critérios de responsabilidade socioambiental, mercado justo, da lei de acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional e repartição de benefícios
- 6.3.7.3. Criação de linhas de incentivo fiscal ao extrativismo sustentável
- 6.3.7.4. Implementação de medidas de incentivos fiscais para pesquisa e desenvolvimento de produtos da sociobiodiversidade

6.3.8. Ações para a Integração de Políticas

- 6.3.8.1. Integração das diferentes linhas de fomento e crédito voltadas aos produtos da sociobiodiversidade, coordenando com as demais políticas públicas estruturantes, com caráter adaptativo às especificidades dos diferentes processos produtivos da sociobiodiversidade.

Quais as lacunas observadas?

- Uniformizar termos: beneficiamento – produção – transformação.
- Os tópicos envolvendo de pesquisa devem migrar para o eixo pesquisa.
- Emissão / homologação de DAP por parte do MDA – rever os critérios excludentes para PCTAF.
- Os créditos não reembolsáveis devem ser orientados para investimentos.
- Troca de produtos das cadeias por cadeias – uniformizar linguagem.

6.4. EIXO 4: DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO**6.4.1. Desenvolvimento de estratégia de Marketing & Comunicação respeitando diferentes públicos e utilizando mídias e linguagens apropriadas, atualizada conforme a necessidade**

- 6.4.1.1. Elaboração e implementação de estratégia de marketing para os produtos e serviços da sociobiodiversidade, que oriente as demais ações contempladas neste plano
- 6.4.1.2. Organização de campanhas para sensibilização sobre o valor dos produtos e serviços da sociobiodiversidade, identificando especificidades locais (cultura, origem, endemismos, etc)

6.4.2. Promoção do acesso à informação sobre os produtos da sociobiodiversidade para diferentes públicos

- 6.4.2.1. Criação e manutenção de um portal sobre os produtos e serviços da sociobiodiversidade integrando informações sobre: projetos e empreendimentos; oferta e demanda de produtos, cadastro de diferentes agentes das cadeias produtivas; biblioteca virtual com estudos de caso de projetos/cadeias, soluções tecnológicas, pesquisas desenvolvidas, indicadores econômicos, etc.
- 6.4.2.2. Divulgação de estratégias de uso dos produtos da sociobiodiversidade: instrumentos e receitas com ingredientes da sociobiodiversidade para chefs de cozinha; artesanatos para lojas de decoração; popularização de receitas; eventos gastronômicos e turísticos.
- 6.4.2.3. Difusão de informações aos setores empresarial, governamental e acadêmico sobre as oportunidades de parcerias, pesquisas e negócios

6.4.3. Produção de materiais pedagógicos e de divulgação

- 6.4.3.1. Produção de instrumentos pedagógicos (livretos, manuais) sobre as cadeias de produtos da sociobiodiversidade, em linguagem e formato acessível
- 6.4.3.2. Divulgação de experiências bem sucedidas de cadeias produtivas da sociobiodiversidade através de diferentes meios (impresso, vídeo, etc)

6.4.4. Promoção de parcerias

- 6.4.4.1. Articulação de parcerias para a sistematização e divulgação de iniciativas, empreendimentos e pesquisas com produtos e serviços da sociobiodiversidade

Quais são lacunas observadas?

- Promover a divulgação interna para os PCTAF, observando as especificidades dos diferentes povos.
- Informar a sociedade como um todo sobre os produtos das cadeias.
- Enfocar outros indicadores além dos econômicos – sociais, culturais. Etc. e não somente voltados ao mercado / academia.
- Desenvolver estratégias e não somente estratégia, considerando as especificidades existentes.
- Buscar o reconhecimento cultural local.
- Observar as regras e legislações para a promoção / divulgação de produtos.
- Quais as interfaces com embalagem e identificação de origem dos produtos?
- Inserir elementos relativos ao marco legal, relatórios em relação as diferentes instâncias de gestão do plano.
- Ser mais claro em relação ao uso dos meios, podendo pecar pelo excesso e não pela falta.
- Abordar o uso das rádios / TV / jornais, abrindo espaços para espaços sociais de debate dos produtos / cadeias da sociobiodiversidade.
- Pensar em um selo para os produtos das cadeias.
- Cuidar com a generalidade, indicando detalhes que precisam de atenção especial.

6.5. EIXO 5: MARCO REGULATÓRIO**6.5.1. Estudos exploratórios**

- 6.5.1.1. Sistematização de lacunas, entraves e demandas existentes em relação ao marco regulatório nacional e internacional, com participação plena e efetiva dos PCTAFs e demais atores das cadeias produtivas.
- 6.5.1.2. Levantamento das ações/projetos/iniciativas que já geraram jurisprudência

6.5.2. Adequação das Normas com incidência sobre a Produção e Manejo

- 6.5.2.1. Adequação da legislação florestal de maneira a atender as especificidades dos PCTAFs, incluindo a implantação e manejo de Sistemas Agroflorestais - SAFs
- 6.5.2.2. Simplificação de procedimentos para obtenção do licenciamento ambiental do uso da terra e dos empreendimentos voltados aos produtos e serviços da sociobiodiversidade
- 6.5.2.3. Elaboração de legislação federal para a criação e manejo territorial de flora, fauna e ictiofauna (peixes) com incentivos a produção e comercialização, embasados nas legislações estaduais, municipais e distrital já existentes
- 6.5.2.4. Elaborar legislação para garantir o acesso aos recursos naturais tradicionalmente utilizados por PCTAFs

6.5.3. Adequação das Normas com incidência sobre os Processos de Beneficiamento, Industrialização e Comercialização

- 6.5.3.1. Desenvolvimento de pesquisas para subsidiar a definição de normas sanitárias adequadas aos produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.3.2. Elaboração e/ou adequação da legislação para validar a comercialização de plantas medicinais de uso popular tradicional
- 6.5.3.3. Revisão do marco regulatório de maneira a ampliar a participação dos produtos da sociobiodiversidade de PCTAFs nas compras governamentais
- 6.5.3.4. Definição de normas sobre os padrões mínimos dos produtos industrializados que utilizam a matéria prima da sociobiodiversidade respeitando suas particularidades (ex: quantidade de óleo de andiroba no sabonete), quando aplicável
- 6.5.3.5. Estimular a declaração na rotulagem às especificidades dos produtos da sociobiodiversidade, incluindo a indicação de origem da matéria prima georreferenciado
- 6.5.3.6. Adequação das normas para o transporte e escoamento de produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.3.7. Desenvolvimento de princípios e critérios de avaliação de conformidade dos produtos da sociobiodiversidade, reconhecendo a certificação social participativa e sistemas participativos de garantia e com a participação efetiva dos PCTAFs
- 6.5.3.8. Ampliação da participação dos atores envolvidos nas cadeias de produtos da sociobiodiversidade nos processos de consulta pública, inclusive presencial, das legislações sanitárias
- 6.5.3.9. Garantir a representação dos atores envolvidos na cadeia de produtos da sociobiodiversidade nos canais institucionais das diversas agências e órgãos de regulação e fiscalização

6.5.4. Adequação das Normas com incidência sobre o Acesso, Repartição de Benefícios e Direitos dos PCTAFs sobre a biodiversidade

- 6.5.4.1. Adequação da legislação para regular o acesso de PCTAFs à matéria prima de produtos da sociobiodiversidade existente em áreas públicas e privadas, garantindo o direito de estabelecer condições para o seu uso
- 6.5.4.2. Consolidação da legislação de proteção do conhecimento tradicional, garantindo aos PCTAFs o direito de consulta pública para qualquer finalidade de acesso e preservando integralmente os direitos já estabelecidos
- 6.5.4.3. Revisão das restrições legais para o acesso aos recursos genéticos, garantindo a indicação de origem do recurso genético em todas as finalidades de acesso e assegurando integralmente os direitos dos PCTAFs
- 6.5.4.4. Adequação da legislação de cultivos, sementes e mudas no sentido de garantir o direito dos PCTAFs coletarem, produzirem, multiplicarem, guardarem, trocarem e comercializarem sementes e mudas,
- 6.5.4.5. Garantir a realização de consultas públicas presenciais para todos os marcos legais que afetem direta ou indiretamente os PCTAFs, suas práticas, recursos e conhecimentos tradicionais.

6.5.5. Adequação de normas com incidência sobre o Crédito e Fomento

- 6.5.5.1. Revisão e adequação das normas de crédito, em particular o PRONAF, de maneira a atender as especificidades dos produtos da sociobiodiversidade, como por exemplo, a sazonalidade
- 6.5.5.2. Revisão das normas do PRONAF Agroecologia estendendo o rebate a esta modalidade
- 6.5.5.3. Adequação das normas de crédito de maneira a contemplar os diversos segmentos de PCTAFs, incluindo moradores de RESEX, Unidades de Conservação de Uso Sustentável e agricultores sem título da terra
- 6.5.5.4. Simplificar as normas e procedimentos aplicados pelas instituições financeiras de maneira a possibilitar o acesso dos PCTAFs às linhas de crédito e fomento
- 6.5.5.5. Adequação das normas do crédito de maneira a possibilitar que as dívidas contraídas pelos PCTAFs possam ser renegociadas e pagas através da adoção de práticas socioambientais, socioeducacionais e agroecológicas.
- 6.5.5.6. Adequação das normas, principalmente sanitárias e ambientais, no que se refere à obrigatoriedade de responsabilidade técnica para os produtos da sociobiodiversidade, desde que não haja risco à sociedade e de acordo com as especificidades do produto
- 6.5.5.7. Revisão dos critérios de acesso e alocação dos recursos dos fundos constitucionais para os PCTAFs, destinando no mínimo 10% destes recursos para apoiar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.5.8. Revisão das normas do ICMs Ecológico de maneira a destinar uma parte dos recursos para a promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.5.9. Revisão das normas de compensação ambiental, destinando parte dos recursos obtidos para a recuperação ambiental de territórios ocupados por PCTAFs, em particular as Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural
- 6.5.5.10. Alteração da Instrução Normativa no/1/97 da Secretaria do Tesouro Nacional e Portaria de Regulamentação do Decreto nº 6.170/2008 que dispõe sobre convênios e repasse de recursos, facilitando o repasse de recursos para organizações dos PCTAFs para o atendimento de demandas associadas às cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- 6.5.5.11. Criação e ou Revisão das normas do Fundo de Restauração da Mata Atlântica e de outros Biomas para que o mesmo receba e apóie projetos voltados aos produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.5.12. Adequação de normas sobre Tributos e Incentivos Fiscais
- 6.5.5.13. Implementação de medidas de taxaçaõ progressiva de atividades agropecuárias causadoras de degradação e poluição ambiental
- 6.5.5.14. Revisão da legislação tributária de maneira a definir instrumentos de incentivo fiscal para os produtos da sociobiodiversidade, incluindo a remuneração por serviços ambientais e reduzindo a carga tributária nos diferentes elos da cadeia produtiva dos produtos provenientes dos PCTAFs

Quais são as lacunas existentes?

- Necessário a conceituação de “empreendimentos da sociobiodiversidade”.
- Definir parâmetros de uso de princípios ativos, por produto e por bioma, respeitando diferenciais existentes.
- Evitar mudanças no código florestal.
- Resguardar informações sobre a localização de produtos estratégicos – sementes, plantas, etc.
- Revisão da política de plantas medicinais e a participação dos PCTAF.
- Rever a política / legislação para criação de animais silvestres.
- Produzir um banco de informações, com georreferenciamento em uma escala mais adequada.
- Incluir o georreferenciamento no pedido de licenciamento ambiental.
- Incentivar outros mecanismos de regulamentação das legislações da participação dos PCTAF.
- Rever a questão de inserir taxas progressivas para atividades agropecuárias, entrando em choque com a bancada ruralista.
- Dar mais ênfase a questão fundiária dos PCTAF.
- Como serão incorporados os aspectos relativos aos impactos das mudanças globais nas cadeias de produtos da sociobiodiversidade.
- Como tratar os conflitos com a criação de UC's.

7. EIXOS FINALÍSTICOS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES

As linhas de ação e as atividades dos Eixos Finalísticos serão definidas em mais detalhes no âmbito regional e fazem parte do processo de implementação do Plano. Desta forma, as atividades descritas abaixo tão somente apontam ações já identificadas nas consultas realizadas, não esgotando todas as ações que serão necessárias para a estruturação das cadeias produtivas. São elas:

7.1. EIXO 1: PROCESSO PRODUTIVO

7.1.1. Ações de promoção da produção sustentável

- 7.1.1.1. Promoção de sistemas de produção agroecológicos e biodiversos
- 7.1.1.2. Organização de bancos vivos de sementes e mudas de espécies nativas
- 7.1.1.3. Mapeamento das comunidades e organizações com boas práticas de manejo dos produtos da sociobiodiversidade
- 7.1.1.4. Campanhas de licenciamento para legalização de projetos produtivos
- 7.1.1.5. Macro-zoneamento dos produtos da sociobiodiversidade

7.1.2. Promocão do Acesso à Tecnologia e Serviços

- 7.1.2.1. Facilitação do acesso dos PCTAF a tecnologias na área de energia renovável para o funcionamento de máquinas e equipamentos
- 7.1.2.2. Criação de capacidade nos laboratórios públicos reconhecidos pelo MAPA/SUASA para análises de produtos da sociobiodiversidade de PCTAFs

7.2. EIXO 2: PROCESSO INDUSTRIAL & AGROINDUSTRIAL

7.2.1. Aprimoramento dos serviços de inspeção e vigilância sanitária

- 7.2.1.1. Realização de campanhas junto aos municípios e estados para a adesão ao SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, priorizando os territórios de PCTAFs.

7.3. EIXO 3: PROCESSO COMERCIAL

7.3.1. Ações para promoção comercial dos produtos da sociobiodiversidade

- 7.3.1.1. Criação de feiras permanentes de comercialização de produtos da sociobiodiversidade
- 7.3.1.2. Criação de centrais de comercialização com telecentro instalado para facilitar comércio eletrônico
- 7.3.1.3. Criação de pólos de recepção de produtos nativos do extrativismo
- 7.3.1.4. Criação de um sistema integrado de informação sobre a oferta, demanda e preços dos produtos da sociobiodiversidade nas diferentes praças

7.3.2. Ações de apoio à infra-estrutura e logística

- 7.3.2.1. Otimização da infra-estrutura e logística disponível para armazenamento, escoamento e comercialização, especialmente nas localidades de difícil acesso
- 7.3.2.2. Investimento em infra-estrutura para criação de capacidade nas cooperativas dos PCTAFs para o pré-beneficiamento, beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade

7.3.3. Ações de apoio à organização para a comercialização

- 7.3.3.1. Criação e fortalecimento de redes de comercialização dos PCTAFs envolvendo os produtos da sociobiodiversidade
- 7.3.3.2. Criação e fortalecimento de espaços e dinâmicas e redes de economia solidária envolvendo os produtos da sociobiodiversidade, articulando organizações rurais e urbanas

7.3.4. Ações para Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade

- 7.3.4.1. Realização de estudos e articulação para criação de um selo/marca social para os produtos da sociobiodiversidade de cada Bioma
- 7.3.4.2. Desenvolvimento de mecanismos e processos para a avaliação de conformidade de produtos e serviços da sociobiodiversidade
- 7.3.4.3. Implementar mecanismos de remuneração dos serviços ambientais dos produtos da sociobiodiversidade, incluindo no cálculo do custo de produção dos produtos
- 7.3.4.4. Articulação com a Política de Sistemas Estaduais de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (SECAFs/MDA)

7.4. EIXO 4: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA

7.4.1. Ações de Apoio à gestão

- 7.4.1.1. Desenvolvimento de pesquisa-ação participativa sobre instrumentos de gestão e modelos organizacionais baseados em princípios adequados às especificidades das organizações dos PCTAFs
- 7.4.1.2. Promover e implementar processos de formação continuada com troca de saberes baseados no acúmulo de conhecimento gerados, envolvendo as etapas da cadeia produtiva (desenvolvimento organizacional, processos produtivos, gestão de mercados, tecnologias e valorização da identidade cultural)
- 7.4.1.3. Promover processos de sistematização, difusão e circulação interna e externa, em linguagem acessível, de informações sobre políticas públicas e exigências legais para a formalização de empreendimentos e seu desenvolvimento nos diversos elos da cadeia produtiva, bem como o conhecimento acumulado nas diversas experiências existentes
- 7.4.1.4. Promover ações de adequação e simplificação das normas de criação e funcionamento de organizações e empreendimentos de PCTAFs

7.4.2. Ações de promoção e fortalecimento institucional/organizacional do associativismo e cooperativismo solidário

- 7.4.2.1. Fortalecer as organizações e instituições de apoio que prestam assessoria e assistência técnica a todos os elos da cadeia assegurando que esse processo respeite a cultura local e as relações de troca já existentes, apoiando a criação e fortalecimento de redes de “animadores locais” envolvendo os próprios produtores
- 7.4.2.2. Apoio à organização e fortalecimento de redes de intercâmbio (sementes, comercialização solidária, gestão, tecnologias, informações e saberes) entre PCTAFs
- 7.4.2.3. Realização de campanhas promocionais, interativas e de mobilização da sociedade sobre os arranjos produtivos sustentáveis e solidários
- 7.4.2.4. Promover o acompanhamento permanente da dinâmica das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, desenvolvendo mecanismos de informação para inserção adequada dos produtos no mercado

Lacunas observadas

- Envolver os próprios PCTAF nos processos de pesquisa-ação, envolvendo-se na pesquisa e fazendo uso dos seus resultados.
- Criar mecanismos de envolver os meios educacionais na divulgação dos produtos da sociobiodiversidade.
- Regularização fundiária e incubadoras de base comunitária.
- A pesquisa não deve-se ser limitada a pesquisa-ação, havendo outros modelos de pesquisa que devem ser bem-vindas.
- Trabalhar a questão ambiental, preservação ambiental, aproveitamento da biodiversidade, etc, nas escolas envolvendo PCTAF.
- Linha financeira para que os PCTAF possam adquirir áreas de terra.
- Ter um eixo transversal de apoio à comercialização.

8. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

A estratégia de implementação tem como principais elementos:

- Evitar a duplicação de estruturas e iniciativas, valorizando e reforçando o que já existe.
- Articular e fortalecer os espaços, políticas e programas já existentes em torno dos produtos da sociobiodiversidade, buscando a complementaridade entre as ações.
- Buscar a gestão compartilhada, articulando os setores governamental, privado e as organizações sociais, nas escalas federal, regional, estadual municipal, local. Ou seja, o Plano não é de responsabilidade exclusiva do Governo Federal, mas de todos os segmentos interessados no fortalecimento das cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade.
- Dinamizar redes descentralizadas nos diferentes biomas e territórios
- Criar espaços específicos para a formulação, monitoramento e avaliação continuada das cadeias de produtos da sociobiodiversidade

9. ESTRUTURA DE GESTÃO

9.1. Princípios

Tendo como princípio a gestão compartilhada, descentralizada e a co-responsabilidade entre os diversos segmentos – governo, instituições acadêmicas e de pesquisa, instituições financeiras, setor privado, organizações dos PCTAFs e demais organizações da sociedade civil–, a estrutura de gestão proposta busca: (i) estimular a organização de cada setor em torno da temática, nas diferentes escalas – local, municipal, estadual, regional, federal- e; (ii) estabelecer mecanismos para que estes “agrupamentos setoriais” se **conectem e se articulem**, seja no âmbito territorial ou por áreas de interesse.

Desta forma, a estrutura de gestão sugerida aposta em **fortalecer dinâmicas** e não tem a intenção de criar estruturas verticalizadas ou duplicar Fóruns e Conselhos já existentes. No formato proposto, entende-se que o Governo Federal é um dos segmentos fundamentais para a promoção destas dinâmicas, mas não é o único. No âmbito governamental, as esferas Estaduais e Municipais são fundamentais para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a dinamização de arranjos produtivos locais.

As organizações dos PCTAFs, demais organizações da sociedade civil e os agentes privados têm um papel fundamental na promoção de dinâmicas locais, e são estes processos que alimentarão as demais escalas de ação, incluindo a nacional. Não se implementa um Plano Nacional sem processos locais dinâmicos e articulados, com a participação e envolvimento de todos os segmentos.

9.2. Instâncias de Gestão

A estrutura de gestão proposta estabelece responsabilidades para o conjunto de parceiros nos 3 níveis. A tabela 1 detalha as instâncias e respectivas atribuições.

9.2.1. Nível Nacional

- **Câmara Setorial** das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade composta por representações do governo, representações de redes do setor empresarial, redes de organizações sociais, instituições pesquisa, suporte e fomento
- **Comitê Gestor** no âmbito do Governo Federal (MMA, MDA, MDA, MAPA, MDIC, MCT, MTE), tendo como objetivo executar as políticas deliberadas na câmara setorial e em consonância com as atribuições desta escala de governo.

9.2.2. Nível Regional

- **Grupo Articulador Regional** por Bioma, composto por representantes do governo nas escalas municipal, **estadual** e federal; setor empresarial, organizações sociais, instituições de suporte e fomento,

9.2.3. Nível Local

- **Grupos de Ação** por Cadeia ou Arranjo Produtivo, de acordo com as composto por representantes dos diversos segmentos envolvidos na cadeia e/ou arranjo produtivo, de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas pelo Grupo Articulador Regional do bioma.

9.3. Estruturas e suporte para funcionamento da Gestão

Os Grupos de articulação regional por bioma e de ação por cadeia deverão ser reconhecidos, formalmente, a partir de critérios predefinidos pela câmara setorial.

Construir e estabelecer termo de cooperação de gestão entre os governos federal, estadual e municipal para legitimar e apoiar as instancias de articulação regional e ação por cadeia, definindo recursos de cada uma das partes.

A implementação do plano deverá contar com dotação orçamentária federal própria e contrapartidas dos Estados e Municípios e da iniciativa privada, com vista a operacionalização das ações dos grupos de articulação por cadeia e por Bioma.

Prever ações de capacitação de cadeias de valor para todos os atores envolvidos no plano.

Integração as diversas ações governamentais nas diferentes instâncias (territórios da cidadania e outros).

Tabela 1: Descrição das instancias de gestão propostas para o Plano Nacional de Promoção das CPS

INSTÂNCIA	ABRANGÊNCIA/ ESFERA	CARÁTER	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
CÂMARA SETORIAL	Nacional	<p>Multissetorial com no máximo 50% de representantes do governo na composição</p> <p>Tripartite Governo, Sociedade Civil e Iniciativa Privada.</p> <p>Obs. Deverá ser assegurado igualdade de assentos entre os três setores</p>	<p>Governo: Comitê Gestor + ANVISA/MS, INCRA, ICMBio, SFB/MMA, FUNAI, SEAP, SEPPIR, ABDI, CONAB, Fundação Palmares/MINC, MEC, IBAMA</p> <p>Pesquisa: Embrapa, Universidades e institutos de pesquisa (que desenvolvam pesquisa com Cadeias de Prod. Sociobiod.),</p> <p>Agências de Fomento e Suporte: Banco do Brasil, SEBRAE, BNDES, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, entidades de fomento à pesquisa</p> <p>Sector Empresarial: Associações representativas dos setores: alimentícios, cosméticos, fitoterápicos, artesanato, turismo, moda, decoração, gastronomia, moveleiro e afins.</p> <p>Sociedade Civil: representantes indicados por redes/articulações dos PCTAF (2 por bioma) , 2 representantes de entidades de caráter nacional da agricultura familiar, uma ONG por Bioma indicada pelas ONGs participantes dos Grupos regionais (obs. Rever a representatividade por bioma e entre biomas, inclusive de PCTAF)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Formulação e proposição de estratégias que venham a colaborar para implementação do plano. 2. Planejamento, acompanhamento e avaliação do andamento do Plano 3. Definição de prioridades / exclusividade. 4. Definir critérios para reconhecimento dos grupos de articulação regional e grupo de ação por cadeia. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por Ato Oficial da Presidência da República ▪ Cada segmento indica seus representantes ▪ Coordenada por 1 membro do Grupo Gestor ▪ Reuniões: Ordinárias (2/ano) e extraordinárias ▪ Custeio: recursos do Plano.

INSTÂNCIA	ABRANGÊNCIA/ ESFERA	CARÁTER	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
COMITÊ GESTOR	Federal	Governamental	MMA, MDA, MDS, MAPA, MDIC, MCT, MTE	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação das ações de Governo na esfera Federal • Operacionalização e implementação de ações de sua responsabilidade • Elo de ligação entre a Câmara Setorial e outras instâncias de Governo • Organização e Viabilização de reuniões da Câmara Setorial • Fazer o reconhecimento formal dos grupos de articulação regional e grupos de ação por cadeia, a partir de critérios definidos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por Ato Oficial da Presidência da República ▪ Ministérios Indicam representantes ▪ Reuniões periódicas ordinárias (2 a 3/ ano) e extraordinárias

Continuação Tabela 1: Descrição das instancias de gestão propostas para o Plano Nacional de Promoção das CPS

INSTÂNCIA	ABRANGÊNCIA/ ESFERA	CARÁTER	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL POR BIOMA	REGIONAL por BIOMA: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Amazônia Oriental ▪ Amazônia Ocidental ▪ Cerrado ▪ Pantanal ▪ Caatinga ▪ Mata Atlântica (SE/NE) ▪ Mata Atlântica Sul + Pampa 	Multissetorial Avaliar a possibilidade / necessidade de uma secretaria executiva permanente	<p>Governo: Gov. Estadual, eventuais Prefeituras engajadas na área, Representações de Órgãos Governo Federal presentes na região</p> <p>Pesquisa: Universidades, Embrapa, Instituições Estaduais.</p> <p>Setor Empresarial: Empresas e Associações representativas do setor</p> <p>Agências de Fomento e Suporte: Banco do Brasil, SEBRAE, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia (no Bioma), Banco do Nordeste (no Bioma), Instituições de fomento à pesquisa.</p> <p>Sociedade Civil: representantes indicados por redes/articulações locais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular e animar processos regionais ▪ Elaborar Plano de Ação Regional indicando prioridades e metas ▪ Subsidiar a Câmara Setorial ▪ Indicar representantes para a Câmara Setorial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por iniciativa dos atores regionais ▪ Reuniões periódicas segundo definições dos membros do Grupo de Articulação ▪ Um articulador por grupo. Prever contratação, custos operacionais e infra-estrutura.

INSTÂNCIA	ABRANGÊNCIA/ ESFERA	CARÁTER	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
GRUPO DE AÇÃO POR CADEIA COMITÊ	LOCAL, ESTADUAL, REGIONAL	Multissetorial	Atores dos diferentes elos da cadeia (organizações dos PCTAFs, empresas, Sindicatos e Igrejas.) + ONGs + Prefeituras + Órgãos do Governo Estadual + Universidades e Instituições de Pesquisa	<ul style="list-style-type: none">▪ Articular os diferentes elos da cadeia▪ Tratar das especificidades da cadeia▪ Apresentar propostas para o Grupo de Articulação Regional e /ou Câmara Setorial▪ Identificar gargalos e entraves• Elaborar planos de ação com responsabilidades compartilhadas	<ul style="list-style-type: none">▪ Criação por iniciativa dos atores interessados▪ Um articulador por cadeia. Prever contratação, custos operacionais e infraestrutura.

CRITÉRIOS PARA A ESCOLHA DE CADEIAS PRIORITÁRIAS**1. Critérios Sociais**

- Fortalecimento e resgate da identidade e da cultura local
- Risco para a saúde dos PCTAF
- Comunidades com baixa presença do poder público
- Áreas de grande desigualdade social e baixo IDH
- Processo coordenado pelos produtores
- Cadeias com maior diversidade de produtos
- Segurança no trabalho
- Produtos com maior associação à cultura local
- Cadeias com maior inclusão e equidade de gênero e geração
- Grau de organização social do grupo
- Gestão participativa da cadeia (sistema de parceria por produtos locais)
- Cadeias que minimizem o impacto (ambiental, social, cultural) de grandes empreendimentos

2. Critérios Tecnológicos

- Multiplicidade de utilidade da unidade de beneficiamento coletivo
- Tipo de processamento (Ecológico, Artesanal, Industrial)
- Apropriação dos processos tecnológicos pelos PCTAF's
- Qualidade do produto (sanitária, nutricional ...)

3. Critérios Ambientais

- Prioridade às espécies nativas
- Uso múltiplo das espécies e dos ecossistemas
- Capacidade do produto proteger o Recurso Natural em risco de extinção
- Melhoria da qualidade dos produtos, da saúde humana e ambiental
- Atender áreas protegidas e prioritárias para a conservação da biodiversidade
- Boas práticas de manejo
- Associação do produto com serviços (turismo sustentável, serviços ambientais)
- Risco de exploração predatória para produtos do extrativismo
- Produtos cultivados adaptados às condições ambientais e socioeconômicas
- Sazonalidade como complementação de renda

4. Critérios Econômico

- Potencial para mercados diversificados (convencional, alternativos e institucional)
- Organização do sistema produtivo (cadeia frágil, intermediária, avançada)
- Sistema de comercialização (incipiente,....., avançada)
- Importância socioeconômica local (mais para menos)
- Necessidade regional (social, econômico e ambiental)
- Eleger cadeias com diferentes perfis
- Cadeias que fortalecem arranjos produtivos locais
- Enfoque no consumo e mercado local, regional, nacional e internacional (em seqüência de prioridade)
- Capacidade de geração de trabalho remunerado, emprego e renda
- Agregação da indicação de origem
- Atender demandas específicas (p. ex.: arco de violino pau-brasil)
- Apropriação local dos resultados de agregação de qualidade e valor

ANEXO I – Matriz síntese dos principais produtos de cada Bioma indicadas nos Seminários Regionais⁸ por ordem de frequência.

Produtos e Serviços		Amazônia Oriental	Amazônia Ocidental	Cerrado	Pantanal	Caatinga	Mata Atlântica Sudeste e ZCM	Mata Atlântica Sul e ZCM	Pampa
1	Artesanato								
2	Frutas nativas								
3	Plantas medicinais e aromáticas								
4	Mel de <i>Apis</i> e derivados								
5	Farinha/mandioca								
6	Pesca artesanal								
7	Ecoturismo / Turismo Rural Comunitário								
8	Plantas Ornamentais								
9	Espécies madeireiras nativas								
10	Óleos								
11	Mel de Meliponas								
12	Castanha-do-Brasil								
13	Corantes, pigmentos								
14	Fibras naturais e cipós nativo								
15	Sementes nativas/crioulas								
16	Açaí								
17	Condimentos, pimentas								
18	Animais silvestres								

⁸ O documento que consolida os resultados dos Seminários Regionais traz a matriz detalhada de cada Bioma com indicação das espécies potenciais por cada grupo.

Continuação Anexo I

Produtos e Serviços		Amazônia Oriental	Amazônia Ocidental	Cerrado	Pantanal	Caatinga	Mata Atlântica Sudeste e ZCM	Mata Atlântica Sul e ZCM	Pampa
19	Pinhão da Araucária								
20	Cana – derivados de produção familiar								
21	Borracha								
22	Extratos / seivas vegetais								
23	Carvão vegetal (babaçu),								
24	Quelônios - tracajás, tartaruga								
25	Palmitos - pupunha, açaí, outros,								
26	Produtos culturais indígenas (dança, desenhos, pinturas, música)								
27	Algodão – espécies nativas (produção indígena).								
28	Guaraná								
29	Feijão de praia, amendoim (mandubim),								
30	Árvores e arbustos ornamentais								
31	Serviços socioambiental de base comunitária (vegetação nativa, solo, fauna, água, etc).								
32	Juçara (polpa, palmito, sementes e mudas)								
33	Erva mate de SAF ou manejo de floresta nativa								
34	Raízes								
35	Grãos nativos								
36	Variedade cultural e folclore								

Continuação Anexo I

Produtos e Serviços		Amazônia Oriental	Amazônia Ocidental	Cerrado	Pantanal	Caatinga	Mata Atlântica Sudeste e ZCM	Mata Atlântica Sul e ZCM	Pampa
37	Lã bruta								
38	Banana da terra, Cacau e Café orgânico								
39	Bambu nativo, Taioba, Araruta, Piaçava, Candeia, Taboa, bucha, sapê								
40	Madeiras morta e silvicultura de nativas – pau brasil, angico, ipê, pau ferro, abajerú, etc								
41	Sal (produção artesanal)								
42	Mudas de espécies nativas								
43	Ovino/Caprinocultura com espécies tradicionais;								
44	Avicultura de capoeira;								
45	Algodão Mocó								
46	Peixes – isqueiros / coletores de iscas, pescadores artesanais, variedades diversas.								
47	Plantas melíferas								
48	Grãos – arroz selvagem, milho selvagem e semente do fruto da vitória régia.								
49	Animais nativos de cativeiro								
50	Boi Tucura e Cavalos Pantaneiros								

GRUPOS DE ARTICULAÇÃO REGIONAL

Os representantes de cada bioma tiveram a responsabilidade de dar início ao processo de estruturação dos Grupos de Articulação Regional, por bioma. Nesta etapa, foram desenhadas as possíveis composições dos Grupos de Articulação em cada bioma e estruturado as agendas de trabalho para que a organização ocorra.

GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL DO BIOMA AMAZÔNIA OCIDENTAL

ABRANGÊNCIA/ ESFERA	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
<p>REGIONAL por BIOMA:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Amazônia Oriental ▪ Amazônia Ocidental ▪ Cerrado ▪ Pantanal ▪ Caatinga ▪ Mata Atlântica (SE/NE) ▪ Mata Atlântica Sul + Pampa 	<p>Governo: Gov. Estadual (SEF-Acre – Secretaria de Estado de Florestas do Acre); (SEMA-MT); (Casa Civil/MT – Superint. de Assuntos Indígenas); (Agentes de Negócios dos Estados); SUFRAMA; EMATER; SEDAM-RO; CIAT-RO; eventuais Prefeituras engajadas na área, Representações de Órgãos Governo Federal presentes na região (IBAMA – Sede e Superintendências); (ICMBio – Instituto Chico Mendes); Serviço Florestal; FUNAI Regionais;</p> <p>Pesquisa: Universidades (Universidade Federal de Roraima); (UFAM); (INPA); (UFAC), Embrapa-Acre, Embrapa Amazônia Ocidental Embrapa Rondônia; Instituições Estaduais (FUNTAC – Fundação de Tecnologia do Estado do Acre) UNIRO; Batalhão da Polícia Militar-RO.</p> <p>Setor Empresarial: Empresas e Associações representativas do setor (Fórum Amazônia Sustentável); (CAPEB - Cooperativa de Agricultores e Produtores Extrativistas de Brasília);</p> <p>Agências de Fomento e Suporte: Banco do Brasil, SEBRAE, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia (no Bioma), Banco do Nordeste (no Bioma), Instituições de fomento à pesquisa</p> <p>Sociedade Civil: representantes indicados por redes/articulações locais (ACS Amazônia – Associação de Certificação Sócio-participativa da Amazônia – ACRE); (ISA – Instituto Socioambiental); (FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/AM (Rede de Produtores Indígenas do Rio Negro)); (FASE); (IPA - Instituto de Permacultura do Amazonas); GT MFC.org; CNS (Conselho Nacional de Seringueiros); FETAGRIS/CONTAG; ADAAÇAÍ; KANINDÉ; Ass. GRAMA; Rei Terra; WWF; IUCN; COOPERFLORESTA-AC; CTA; Comissão Pró-Índio; PESACRE; AMAZONLINK; Assessoria Indígena do Acre; GTA; SOS Amazônia</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular e animar processos regionais ▪ Elaborar Plano de Ação Regional indicando prioridades e metas ▪ Subsidiar a Câmara Setorial ▪ Indicar representantes para a Câmara Setorial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por iniciativa dos atores regionais ▪ Reuniões periódicas segundo definições dos membros do Grupo de Articulação ▪ Um articulador por grupo. Prever contratação, custos operacionais e infraestrutura.

ABRANGÊNCIA/ ESFERA	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
LOCAL, ESTADUAL, REGIONAL	Atores dos diferentes elos da cadeia (organizações dos PCTAFs, empresas, Sindicatos e Igrejas.) + ONGs + Prefeituras + Órgãos do Governo Estadual + Universidades e Instituições de Pesquisa	<ul style="list-style-type: none">▪ Articular os diferentes elos da cadeia▪ Tratar das especificidades da cadeia▪ Apresentar propostas para o Grupo de Articulação Regional e /ou Câmara Setorial▪ Identificar gargalos e entraves▪ Elaborar planos de ação com responsabilidades compartilhadas	<ul style="list-style-type: none">▪ Criação por iniciativa dos atores interessados▪ Um articulador por cadeia. Prever contratação, custos operacionais e infraestrutura.

Encaminhamentos:

1 – O governo federal irá articular uma apresentação do Plano nas reuniões da Secretaria de Articulação Federativa para os governadores e prefeitos

2 – Promover a articulação regional (Governos Estaduais e Prefeituras chave)

AGENDA DE TRABALHO - AMAZÔNIA OCIDENTAL

O quê?	Quem?	Quando?	Obs*
1.Estabelecer contatos 2.Definir a pauta e marcar a reunião 3.Buscar recursos para a articulação	* Colaborador do Comitê: Frederico (SEF-AC) e Assis (ACS) – irão auxiliar como pontos focais do grupo que estabelecerá contatos com as instituições	Data limite: 10/ago/2008	Informar sobre as deliberações deste seminário (com o documento da sistematização do evento); informar sobre o convite da instituição para participar do grupo de articulação do bioma amazônia ocidental; informar das atribuições do grupo de articulação; convidar para a primeira reunião do grupo de articulação. (www.mma.gov.br/sociobiodiversidade).
Acre	Frederico – SEF/AC; Assis – ACS; Silvia - FUNTAC		
Amazonas	Duarte – COOPMEL; Henry* – ISA		
Rondônia	Iluska – ADAAÇAÍ; Adriano – APOIKA; Rosilene – Associação de Mulheres de Rondônia		
Mato Grosso	Plácido* – PNUD (BRA 00 G 31); Jussara Oliveira - SEMA		
Roraima	Auriane* – FETAG-RR		

* serão substituídos por outros articuladores

GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL DO BIOMA AMAZÔNIA ORIENTAL

COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
<p>Governo: Gov. Estadual, - Eventuais Prefeituras engajadas na área. - Representações de Órgãos Governo Federal presentes na região (CONAB, ICMBIO).</p> <p>Estado Pará Secretaria de Estado de Meio Ambiente. PARATUR Instituto de Floresta- IDEFLOR Secretaria de Agricultura; Ciência e Tecnologia e Educação</p> <p>Estado Tocantins Séc. Ação Social e Trabalho; Planejamento e Meio Ambiente e Educação</p> <p>Estado Mato Grosso Séc. Indústria e Comércio; Ciência e Tecnologia; Educação; Agricultura e Meio Ambiente/ Superintendência de Biodiversidade.</p> <p>Estados AP e MA Séc. Meio Ambiente e Educação</p> <p>Pesquisa: Universidades, Embrapa, Instituições Estaduais. Univ. Federal do Pará; Federal Rural da Amazônia, Federal do Tapajós e Federal do Amapá Univ. Est. do Pará Museu Goeldi CEFET de Belém IPAM; IMAZON; UNIFAP; SIPAM; UFMT; UNEMAT; UEMA; UFMA; UFT Univ. Fed. Tocantins IPEAM Inst. Pesquisa Amapá UNITINS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular e animar processos regionais ▪ Elaborar Plano de Ação Regional indicando prioridades e metas ▪ Subsidiar a Câmara Setorial ▪ Indicar representantes para a Câmara Setorial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por iniciativa dos atores regionais ▪ Reuniões periódicas segundo definições dos membros do Grupo de Articulação ▪ Um articulador por grupo. Prever contratação, custos operacionais e infra-estrutura.

COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
<p><u>Setor Empresarial:</u> Empresas e Associações representativas do setor</p> <ul style="list-style-type: none">- Conselho de Meio Ambiente da Federação da Indústria do Pará- NATURA- UNEFLOR União das Entidades Florestais- BERAKA- CHAMMA da Amazônia (PA)- Insumos da Amazônia (PA)- Juruá (PA) <p><u>Agências de Fomento e Suporte:</u> Banco do Brasil (DRS), SEBRAE, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Instituições de fomento à pesquisa.</p> <p>BANPARA.</p> <p>COOPTER (TO).</p> <p>MT – Regional.</p> <p><u>Sociedade Civil:</u> representantes indicados por redes/articulações locais</p> <ul style="list-style-type: none">- Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Pará- FAOR Fórum da Amazônia Oriental- FETAGRI; - FETRAF; - CNS;- Central das Reservas Extrativistas (PA)- GTA; - COIAB;- FETAET (TO)- Estados Mato Grosso e Maranhão (indicações posteriores).- CEFTBAM (PA); - FVPP (PA);- AMAM Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó.- Fórum do Norte do Mato Grosso Portal da Amazônia. <p>MOPEBAM – Movimentos dos pescadores e pescadoras artesanais do baixo Amazonas.</p> <p>CEAAF – Conselho Executivo de Ações da Agricultura Familiar (MT)</p> <p>FIESUN – Fundação Intermunicipal de Ensino Superior (MT)</p>		

GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL DO BIOMA CAATINGA

Instituições:

PCTAFs Indígenas

- APOINME (regional); ANAI (Rosário)
- AL – Movimento Minha Terra (Jorge Izidro); INSTITUTO PALMAS
- BA – NECTAS/UNEB (Ticiano); UEFS (Fabio); AGENDHA (Mauricio); Sindicato de Trabalhadores Rurais de Curaçá (Benedita); Secretaria da Justiça (Jerri Matalaue)
- PE – COPIPE (AQCC - Antonio); IPA (Iran)
- PB – Potiguares (Maria)
- RN – Potiguar (FITOVIDA/Maria); Amarelão (Artmar - Jeane)
- SE – Instituto Palmas (Ana Margarida)

PCTAFs Quilombolas

- AL – Movimento Minha Terra (Jorge Izidro);
- BA – **ACOMQST (Manuel)**; NECTAS/UNEB (Ticiano); UEFS (Fabio); AGENDHA (Mauricio)
- CE – CEPEMA (Luis Eduardo)
- PE - Quilombolas (Antonio) AQCC e CONAQ
- PB – LTF (Maria)
- PI – Reserva extrativista da Chapada Grande (Francisca)
- RN – Comunidade Negros do Riacho (FITOVIDA/Maria); Artmar (Jeane)
- SE – Instituto Palmas (Ana Margarida)
- MG – Comunidade dos Negros de Pedra de Maria da Cruz (FITOVIDA/Maria)

PCTAFs Pescadores artesanais

- MONAP (Toinho/Penedo)
- AL – Movimento Minha Terra (Jorge Izidro);
- BA – NECTAS/UNEB (Ticiano); AGENDHA (Mauricio);
- RN – Comunidade do Alto e Médio Trairi e Potiguar (FITOVIDA/Maria)
- SE – Instituto Palmas (Ana Margarida)

PCTAF Fundos de Pastos

- BA – IRPAA/COOPERCUC (Benedita); Senhor do Bom Fim ACOMQST (Manuel); NECTAS/UNEB (Ticiano); UEFS (Fabio); AGENDHA (Mauricio)

PCTAFs Agricultores Familiares

- AL – Movimento Minha Terra (Jorge Izidro);
- BA – ACOMQST (Manuel); UEFS (Fabio); AGENDHA (Mauricio); COOPERCUC e STTR (Benedita); IRPAA e ASSAPEC (Edson Couto)
- CE – CEPEMA (Luis Eduardo)
- PE – MMTR e STR (Antonio); CNMP (Celerino); APNE (José Luis)
- PI – FETAG/PIAUÍ e STTR Tanque do Piauí (Francisca)
- RN – (FITOVIDA/Maria);
- MG –UNIMONTES (Dario)

Universidades e Instituições de Pesquisa

- BA –UEFS (Fabio); UNEB (Ticiano)
- CE – UFC (Maria)
- PE – UFPE e UFRPE - CNMP (Celerino); APNE (José Luis); IPA (Emilia)
- PB – UFPB (Maria)
- RN – UFRN (FITOVIDA/Maria);
- MG –UNIMONTES (Dario)

Obs: Embrapa (será apresentada as indicações – Ivan)

AGENDA DE TRABALHO – BIOMA CAATINGA

LOCAL DA PRIMEIRA REUNIÃO DO GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL: Natal - RN

O QUE	QUANDO	QUEM
Articulação	Agora até início de setembro.	Todos e todas acima
Preparação	Reunião preparatória: 4 de agosto em Natal - RN	FITOVIDA; Projeto MMA/PNUD/GEF Caatinga: IBAMA/RN; SEMAR/RN; UEFS
Organização	Agora até início de setembro	FITOVIDA; Projeto MMA/PNUD/GEF Caatinga: IBAMA/RN; SEMAR/RN; UEFS
Realização	De 11 e 12 de setembro em Natal	
Sistematização/relatório	De 11, 12, 13 e 14 de setembro em Natal	

Indicar os representantes institucionais dos PCTAF - titular e suplente na câmara setorial (representantes institucionais)

Propostas:

- Para câmara setorial os governos irão fazer suas indicações
- Pesquisa:Universidades; Institutos; EMBRAPA
- Setor empresarial:Titular e suplente
- PCTAFs (um titular e um suplente de cada representação abaixo):
- Quilombolas;
- Indígenas;
- Agricultura Familiar;
- Comunidades Tradicionais
- ONGs: 2 ONGs (titular e suplente em cada uma)

GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL DO BIOMA CERRADO

O que fazer?	Quando?	Coordenação
Rever a composição do grupo de articulação regional	Criar a agenda de trabalho para a primeira reunião do Grupo de articulação regional. (o que deve ser feito, quando e quem coordena).	Indicar os representantes institucionais dos PCTAF - titular e suplente na câmara setorial.
<p>Governo: Secretarias de Meio Ambiente dos Estados, ATERs, Secretarias de Agricultura dos Estados, Secretarias de Economia Solidária dos Estados, Secretarias de Saúde dos Estados, VISAs Estaduais, DRTs, CONABs estaduais, ICMBio e Ibama, Funai, Incra, Institutos Estaduais de Floresta.</p> <p>Pesquisa: Universidades Federais dos estados (UFMT, UFMS, UFMG, UnB, UFT, UFBA, UFMA), Universidades Estaduais (Unemat, Unimontes, Unitins, UEMA, Uneb, Católica de Goiás, Ucb), Embrapas, Empresas de Pesquisa Estaduais, INPE, IBGE.</p> <p>Setor Empresarial: Empresas de atuação nas áreas de cosméticos, de alimentos, de fitoterápicos, vestuário, artesanato, ecoturismo, turismo rural sustentável, entre outros.</p> <p>Agências de Fomento e Suporte: Banco do Brasil, SEBRAE, Caixa Econômica Federal, PPP-Ecos, CNPq, Capes, FNMA, Brasil-Itália, CESE-BA, BNDES, Banco da Amazônia (no Bioma), Banco do Nordeste (no Bioma), FAPs, GEF, Fundações de Bancos públicos e privados, Sistema S.</p> <p>Sociedade Civil: Redes, UNICAFES, Centrais de Economia Solidária, Fóruns Estaduais de Economia Solidárias, Cooperativas, Associações, ONGs e PCTAFs.</p>	<p>- Reunião local/estadual da sociedade civil – para definir quem participará para reunião do Comitê Regional. Prazo da reunião estadual: agenda dos próprios estados. Coordenação: Rede Cerrado – TO: Aprup; MA: Centru; BA: Sema; MT: ANSA; MS: CEPPEC; MG: Coperjap; DF: Ecodata; GO: Articulação Pacari.</p> <p>- Reunião do Bioma Cerrado – Comitê Regional Prazo para reunião regional: 2ª quinzena de outubro de 2008. Articulação Geral : MMA Articulação da sociedade civil -Rede Cerrado Coordenação: MMA, MDA e MDS</p> <p>Obs 1: Preocupação com os recursos para viabilizar as reuniões do Bioma Cerrado</p> <p>Obs 2: Na Primeira Reunião Regional – Comitê Regional sairão as indicações para a Reunião do Comitê Nacional</p>	Estas indicações sairão das Reuniões propostas no item anterior onde haverá uma representação mais ampla.

GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL DO BIOMA PANTANAL

Nome	Município	Organização/Instituição
Cleide	Campo Grande – MS	Programa Pantanal, Conselho da reserva da biosfera e IBAMA
Isido Salomão	Cáceres – MT	Rede Pantanal e Conselheiro Municipal de Meio Ambiente
Rogério	Cáceres – MT	UNEMAT, Rede de Economia Solidária
Renata	Campo Grande – MS	IBAMA
Jean Fernandes	Campo Grande e Região de Corumbá	Ecoa
Rosangela	Corumbá – MS	Ecoa
Paulo Robson de Souza	Campo Grande	Ecoa e UFMS
Rosana Pereira	Corumbá – MS	IBAMA
Manoel Francisco Chavier	Miranda – MS	Associação de pescadores de Incas
Lígia	Cuiabá –MT	Secretaria de Meio Ambiente do MT
Claudia Calorio	Brasília	MMA

Governamental

Programa Pantanal/MMA, IBAMA (MS e MT), IMASUL, AGRAER, EMPAER, Séc. Meio ambiente do MT, INCRA (MS e MT), Funai (MS e MT), Fundação de Cultura do MS e Secretaria de Cultura do MT(Casa do Artesão), ICMBio – Instituto Chico Mendes , EAFC, CEPa/UEMS

Pesquisa

EMBRAPA Pantanal, EMBRAPA Agropecuário Oestes, EMBRAPA Gado de Corte, UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, UNEMAT – Universidade Estadual do Mato Grosso, UEMS – Universidade estadual do Mato Grosso do Sul, EMPAER – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, UNIDERP - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, AGRAER/MS - Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul, CPP Centro de Pesquisa do Pantanal, UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso, FAPEMAT – Fundação de Pesquisa do Mato Grosso, FUNDECT - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

Setor Empresarial

SEBRAE (MT e MS), ACERT, COCRIJAPAN/MT, ATRATUR/MS, Associação de Pousadas Pantaneiras- APPAN, AGTB – Associação de Guias de Turismo de Bonito

Agentes de fomento e suporte

SEBRAE (MT e MS), SESC Pantanal, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federa,

Sociedade Civil**ONG's**

ECOIA - Ecologia e Ação (Campo Grande), APPEP, PNP, Vida Pantaneira, OCCA Corumbá, Comissão Pastoral da Terra MS e MT, SEAPAN (MS) Instituto Homem Pantaneiro (MS), Associação Brasil Bonito (MS), Centro de Direitos Humanos de Cáceres/ MT, Conselho Indigenista Missionário, ARTEMS, FASE MS, Instituto Gaia MT, ABRAÇO, Rádio Comunitário Voz do Cerrado (MT), Grupo Cultural e Ambiental Raízes, Paróquia Cristo Trabalhador/ Rede,WWF, GENNUS (Campo Grande) e Vida Pantaneira (Porto Murtinho) IDDHAIA – Instituto de Defesa do Desenvolvimento Humano, Agrário, Indígena e Ambiental (Cuiabá), AMEC - Associação Ecológica Melgassense, ASPADAMA, CENPER;

PCTAF

Associação de pescadores de Iscas, Associações das mulheres do couro de peixe MS (ARPEIXE, AMORPEIXE e ARTPEIXE), CEPPEC (BAP - Bacia do Alto Paraguai), Federação de Pescadores (Cuiabá)

REDES e FORUNS

REMSOL - Rede de Economia Solidária (MT), Rede Pantanal,

OBS.: A lista de atores sociais será concluída posteriormente pela comissão organizadora da próxima reunião

AGENDA DE TRABALHO PARA A PRIMEIRA REUNIÃO DO GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL.

O que deve ser feito?	Como fazer?	Quando?	Quem coordena?
1. Organizar a 1ª reunião de articulação regional Pauta: <ul style="list-style-type: none">• Identificar as instituições com abrangência regional e que trabalham as cadeias da sociobiodiversidade e PCTAF;• Identificar os critérios para estabelecer as cadeias;• Discutir o plano Nacional;• Traçar estratégia para articular os movimentos sociais nos estaduais através das suas organizações para capilarizar o debate a cerca do plano;• Construir o plano de trabalho para o grupo de articulação regional,• Definição dos representantes do grupo para comitê gestor.	Mobilização, definição de local, (Utilizar como critério a lista dos atores sociais representativos do Bioma Pantanal .	setembro	Programa Pantanal, Sec. Meio Ambiente do MT (Superintendia da Biodiversidade), ECOA
2. Articulação com os governos Estaduais (Secretarias Estaduais de meio Ambiente). AGRAER/MS,	Fazer com que a organização do evento encaminhe os resultados do seminário Nacional para as Instituições Estaduais; Fazer debate interno dos presentes no Seminário Nacional junto às duas Instituições.	julho	Comissão Organizadora; e, Cada representante da Instituição no Seminário Nacional
3. Fazer repasse dos resultados do Seminário Nacional para grupos/ eventos próximos de interesse (INTECOL Cuiabá, Agricultores Familiares em Cáceres MT, GTISCAS em Miranda MS, Reunião de Ordenamento da Pesca em Corumbá)	Reuniões e encontros	julho/agosto	Grupo de trabalho
4. Representantes que estiveram presentes nos seminários estaduais e nacional, discutir os resultados destes seminários e o plano nas suas respectivas bases.	Reuniões, encontros, e-mail	julho/agosto	Grupo de trabalho
5. Finalizar a lista de atores sociais representativos do Bioma Pantanal	Por e-mail	julho	Grupo de trabalho

GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL DO BIOMA MATA ATLÂNTICA NORDESTE

COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
<p><u>Comissão de articulação, articulador regional e representantes das microrregiões:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>1 de Piauí, Maranhão, Ceará; ITCP/UFRJ –Vânia</u> • <u>1 de RN, Paraíba, Sergipe, Pernambuco, Alagoas; Ivana- Instituto Bioterra/UFS</u> • <u>1 da Bahia; Marcos/UESC</u> • <u>Articulador regional- Escolha via edital</u> <p><u>Governo:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Gov. Estadual: <u>departamentos ligados à agricultura familiar das secretarias dos estados de agricultura, de meio ambiente, da saúde e de turismo</u> • <u>Associações de municípios</u> • Representações de Órgãos Governo Federal: <u>nacional indica um representante por Bioma</u> • <u>IBAMA; Instituto Chico Mendes; CEPLAC; FUNAI; INCRA; CONAB; MDA; ANVISA; MDS; TEM; MTUR; MAPA</u> <p><u>Pesquisa:</u> <u>Universidades federais e estaduais de todos os estados, Embrapa (nacional indica participação), Instituições Estaduais (CEPEC/ CEPLAC), que tiverem pesquisas na área</u></p> <p><u>Setor Empresarial:</u> <u>Empresas e Associações representativas do setor; Natura e Centroflora</u></p> <p><u>Agências de Fomento e Suporte:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Banco do Brasil, SEBRAE, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Instituições de fomento à pesquisa.</u> • <u>Agência de desenvolvimento local (estaduais ou interestaduais)</u> <p><u>Sociedade Civil:</u> <u>representantes indicados por redes/articulações locais</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>FETAG; FETRAF; MST; MTL; MLT; APOIMI; UMB;</u> • <u>Articulação Nacional de Agroecologia</u> • <u>REDE ATER NORDESTE; Rede dos Quilombolas; Representante dos territórios; Rede de cooperativas populares; RMA; Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.</u> 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular e animar processos regionais ▪ Elaborar Plano de Ação Regional indicando prioridades e metas ▪ Subsidiar a Câmara Setorial ▪ Indicar representantes para a Câmara Setorial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por iniciativa dos atores regionais ▪ Reuniões periódicas segundo definições dos membros do Grupo de Articulação ▪ Um articulador por grupo. Prever contratação, custos operacionais e infra-estrutura.

AGENDA DE TRABALHO PARA A PRIMEIRA REUNIÃO DO GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL

<u>O quê?</u>	<u>Quem?</u>	<u>Quando?</u>
1. Realizar Mapeamento/convite das empresas e associações representativas do setor empresarial junto as Federações de indústrias de cada estado	Cláudio IBIO-centraliza/sistematiza as contribuições de todos	Até 15 de agosto
2. Realizar Mapeamento de outros representantes da sociedade civil: Consumidores, quilombolas	Ivana - UFS/BIOTERRA	Até 15 de agosto
3. 1º Encontro do Bioma	Comissão de articulação	Até 31 agosto definir local e data
4. Criação do Grupo eletrônico	Maíra/IBENS	Durante seminário
5. Eventos previstos: Seminário de Redes de cooperativas em Delta do Parnaíba	- Vânia/ITCP	-29 e 30/08
6. Identificar e aproveitar editais para elaborar projetos para eventos e apoiar funcionamento do fórum no Bioma	Todos Encontro: a comissão	A definir
7. Incidir sobre a definição dos produtos do Bioma na PGPM	Durval/Cabruca e Ianeli/Conab: responsáveis dentro do grupo para levantar informações e desenvolver a estratégia	Até o Encontro pré-proposta pronta
8. Reunião do grupo (presente no seminário) para elaboração do projeto e organização do Encontro	A comissão	A definir

Indicar os representantes institucionais dos PCTAF - titular e suplente na câmara setorial.

Nome	Entidade/instituição
Titular: Jagatiri Pataxó (Edmilson Ferreira)	ASPECTUR- Associação Pataxó de ecoturismo/Santa Cruz de Cabralia/BA
Suplente: Joelson Ferreira de Oliveira	Associação dos Assentados do Terra Vista- Arataca/BA
Titular: Marcos Arruda	APEMB- Associação dos Produtores Ecologistas do Maciço do Baturité- Mulungu/CE
Suplente: representante quilombola	CONAQ

Obs. Não foi identificada uma rede PCTAF que represente o Bioma

PARTICIPANTES GT MATA ATLÂNTICA

Nome	e-mail e telefone	Entidade/instituição
Cláudio Iyrio	chlyrio@yahoo.com.br claudio@bioatlantica.org.br tel. (73) 8832 2215	IBIO (instituto BioAtlantica)
Ianelli Sobral	ianelli.loureiro@conab.gov.br (61) 33126262	CONAB
Alexandro chaves	alexterraviva@yahoo.com.br 73 32941963	Terra viva
Vânia Sanches	vania@itcp.coppe.ufrj.br (86) 3323-0357 9928-7411	ITCP/COPPE/UFRJ
Maíra Lopes	lopes@ibens.org	IBENS
Marcos Andrade	marcossouza@uesc.br (73)3680-5021/8817-4176/99738316	Cooperuna / uesc
Durval Mello	durvalcabruca@gmail.com (73)3633-6899 / 9944-9511	Instituto cabruca / uesc
Ivana Sobral Oliveira	ivanasobral@yahoo.com.br (79) 3217-0810/99865210	UFS/ Instituto Bioterra
Edmilson Ferreira		Edmilson Ferreira

GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL DO BIOMA MATA ATLÂNTICA SUDESTE

COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
<p>Governo: Gov. Estadual, eventuais Prefeituras engajadas na área, Representações de Órgãos Governo Federal presentes na região, INCRA, FUNAI, IPHAN, MAPA (CPORGS, CONAB), MDA, MDS (ANVISA), MMA (IBAMA, ICMBIO), MEC, ANA</p> <p>Governo Estadual: Secretaria Agricultura, de Meio Ambiente, Saúde e Educação</p> <p>Grupos de articulação regional já existentes</p> <p>Pesquisa: Universidades, (UFRRJ, UERJ, USP, UNESP, UNICAMP, Embrapa, Instituições Estaduais,</p> <p>Setor Empresarial: Empresas e Associações representativas do setor</p> <p>Agências de Fomento e Suporte: Banco do Brasil, SEBRAE, Caixa Econômica Federal, Banco da Amazônia (no Bioma), Banco do Nordeste (no Bioma), Instituições de fomento à pesquisa.</p> <p>Sociedade Civil: representantes indicados por redes/articulações locais</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Articular e animar processos regionais▪ Elaborar Plano de Ação Regional indicando prioridades e metas▪ Subsidiar a Câmara Setorial▪ Indicar representantes para a Câmara Setorial	<ul style="list-style-type: none">▪ Criação por iniciativa dos atores regionais▪ Reuniões periódicas segundo definições dos membros do Grupo de Articulação▪ Um articulador por grupo. Prever contratação, custos operacionais e infraestrutura.

AGENDA DE TRABALHO PARA A PRIMEIRA REUNIÃO DO GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL

O que?	Quando?	Quem?
Identificação e mobilização de grupos que atuam com PCTAFs e caracterizar as experiências	Até 30 dias	Silvana=Serra Mar RJ/SP Ronaldo= Angra Reis RJ Roberto= Ilha Gr. RJ Dalva= Baixada litoranea RJ Fernanda = N, NO RJ A. Mico L. Dourado= Região Serrana RJ Mariella= Lacunas RJ Fabiana= Ag. Familiar ES Simone = Quilombola/indígena ES APOENA= Pontal SP Fund. Florestal= Ribeira SP ESALQ= Ribeira/Cerrado SP Proter=Ribeira SP IPÊ = Lagamar/ Gr. São Paulo SP
Elaborar um roteiro	Até 15 dias	Silvana
Sistematizá-las a partir de um roteiro (ANA)	Até 60 dias	Mariella =RJ
Mobilização por setor (governo, pesquisa, ONGs, empresas) para reunião regional		Fund. Florestal (Feijó): governo, empresas, e lacunas SP APOENA: Ongs Pontal SP Proter: Ongs Vale Ribeira SP Serra Acima: Ongs Serra Mar/Bocaina SP Cássio: empresas SP ESALQ: pesquisa SP Claudia (ANA): agroecologia SP/RJ/MG/ES FunBio:empresas, ongs SP/RJ Elizeti: ONGs, pesquisa ES Fabiana (INCAPER): governo ES Mariella: pesquisa RJ Fernanda: Superintendência MicroBacia RJ
Reunião regional;	Até 90 dias	
Divulgação	-----	TODOS

Próximos Passos – preparatório para a reunião:

- Elaborar documento base (termo de referência para o grupo) para apoiar a mobilização de instituições que irão compor o grupo de articulação regional, CONTENDO objetivos, diretrizes e estratégia para o funcionamento inicial do grupo de articulação regional.
 - Material de referencia: relatório Seminário Nacional
 - Material específico voltado aos PCTAFs
 - Definição do grupo preparatório para a reunião (ANIMADOR)
- PROPOSTA INICIAL DE PAUTA REUNIÃO:
 - Apresentar o levantamento realizado pelo grupo de articulação inicial, das iniciativas em estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade;
 - Apresentação de experiências de sucesso
 - Nivelamento do conceito e estratégia do Plano Nacional da sociobiodiversidade para a estruturação das cadeias e APLs, a partir da experiência já iniciada (MMA- Diretoria de Extrativismo)
 - Discutir a especificidade da região por ser um grande consumidor de produtos da sociobiodiversidade (Consumo Sustentável)
 - Definir grupo de articulação
 - Planejamento das próximas ações.

GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL DO BIOMA MATA ATLÂNTICA SUL E PAMPA

a) Definir a composição do grupo de articulação regional;

1. Passo Mapeamento dos Atores envolvidos com as Cadeias de produtos da Sociobiodiversidade.

Sociedade Civil: FETRAF SUL, Rede Ecovida, Representação das Associações de Quilombolas (PR, RS e SC), Representação dos Caiçaras, Representação dos pescadores artesanais (Que organização ??), associação de produtores de plantas medicinais, representação dos faxinalenses, representação dos povos indígenas, Via Campesina, MMC, MAB, MPA, MST, FETAG's, Cresol, Representações da RBMA e RMA, Rede de Sementes SUL

Cooperativas de Prestação de Serviço de ATER (Nominar), Rede Permeiar.

Pesquisa e Ensino: Universidades

Mapeamento Preliminar: UFSC/CCA/NEABIO, UFSC/NPFT, UFSC/CFH/NMD, UFSC/CSE/NESOL, UFRGS/PGDR/DESMA, (UFPR/Dep. Florestas, Dep. Sociologia, Doutorado em Meio Ambiente e Nutrição e Dep. Arquitetura e Urbanismo) UDESC/Lajes, UDESC/CEART/PEST, UDESC/FAED/Mestrado em Planejamento Territorial, UEPG/LAMA, Unicentro/Dep. Agronomia/Mestrado, Unioeste, PUC RS Promata, PUC Paraná,

Instituições e Centros de Pesquisa:

EMBRAPA/Centro Nacional de Pesquisas Florestais

FEPAGRO, EPAGRI, IAPAR

Extensão: EMATERs (RS e PR) e EPAGRI

Governo:

INCRA, CONAB, CEASAs, FATMA, IAP e FEPAM, SEMA/DEFAP (PR, SC e RS), Sec. Est. de Agric. (PR, SC e RS), Sec. Est. de Meio Ambiente, Delegacias Estaduais do MDA, Secretarias de Saúde, SDR/SC, ICMBIO (UCs), IBAMA, Ministério Público,

Iniciativa Privada:

Cosméticos (Natura, Boticário, Solabia,), Alimentação (Herbarium, Cooperativas de beneficiamento e de comercialização, Nutrimental, Jasmine, Ervateiras, Associações de Apicultores).

Pontos Focais da Transição:RS: **Stefano (suplente)**, André, Gustavo

SC: Márcio, Mauro

PR: **Teresinha (titular)**, Beto e Tomacheski

Regionais: Paul

b) Definição de uma agenda regional preliminar de trabalho;

Sensibilização e mobilização dos Atores para estas atividades;

1. Seminários / Reuniões Estaduais **para a devolução das discussões ocorridas até o momento**, mapeamento dos atores e das cadeias (critérios do que é produto da sociobiodiversidade) definição de agendas e estratégias e representações (âmbito estadual);

2. Reunião regional para a amarração das estratégias estaduais.

O que ?	Quando ?	Quem ?	Como ?
1. Articulação e mapeamento de atores (Gov. e In. Privada)			Comitê Gestor contribua na interlocução com os Gov Estaduais para apoiar as reuniões
2. Sensibilização	agosto a outubro 2008	RS: Stefano, André, Gustavo SC: Márcio, Ângela, Mauro PR: Terezinha, Beto e Tomacheski Regionais: Paul e Comitê gestor	Comitê gestor faz a sensibilização dos atores governamentais e da iniciativa privada
3. Reuniões Estaduais *	última semana de outubro	Comitê Gestor, pontos focais de Transição regional e novas parcerias.	<i>Comitê Gestor contribua na interlocução com os Gov Estaduais para apoiar as reuniões</i>
4. Reunião regional *	última semana de novembro	Grupos de Articulação Estaduais	

* Condicionado ao processo de captação de recursos (responsabilidade do Comitê Gestor).

c) Indicação dos representantes e suplentes dos PCTAFS para a Câmara Setorial Nacional.

Este ponto é um dos produtos das reuniões agendadas acima.

PRÓXIMOS PASSOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO PLANO NACIONAL PARA A SOCIOBIODIVERSIDADE

O que será feito?	Até quando?	Coordenação
▪ <u>Instalação do comitê gestor provisório</u>	Setembro	MMA / MDS / MDA
▪ <u>Negociação política do Plano no âmbito do Governo Federal</u> em reunião específica com representantes dos diferentes Ministérios e Órgãos que comporão o grupo gestor e envolvidos na sua implementação, detalhando metas, orçamento, responsáveis e os arranjos institucionais no âmbito do governo federal.	Outubro	
▪ <u>Instalação da Câmara Setorial Provisória</u>	Setembro	
▪ <u>Validação da Versão Final</u> com as instituições que comporão a Câmara Setorial	Outubro	
▪ <u>Elaboração da Minuta de Decreto</u> com o apoio da assessoria jurídica dos Ministérios.	Novembro	
▪ <u>Publicação de Decreto</u> oficializando o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.	Novembro	
▪ <u>Instalação dos Grupos de Articulação Regionais</u>	Novembro	Biomass
▪ <u>Instalação de pelo menos 5 grupos de ação</u>	Dezembro	Biomass e MMA / MDS / MDA
▪ <u>Elaboração dos projetos de funcionamento dos grupos de articulação regional para captação de apoio.</u>	Dezembro	Biomass

AVALIAÇÃO DO SEMINÁRIO NACIONAL

Como avaliamos o nosso seminário?

- É um marco da interrelação entre os ministérios
- Um exercício de construção de uma política mais ampla, com um olhar mais amplo e sistêmico.
- Houve falha de representatividade neste evento, criando grandes dificuldades na implementação das decisões.
- Não sentimo-nos com legitimidade para comandar o processo.
- Há necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a articulação regional.
- Positivo e com uma participação excelente.
- Tivemos dificuldade para amarrar compromissos regionais.
- A filosofia, princípios e essência do seminário foram bem orientados.
- Precisamos de uma estratégia para mobilização de outros atores estaduais / regionais.
- O espaço é muito importante. Todos ficaram muito contentes com o que aconteceu.
- Devemos aprender com os erros e isto já está sendo feito.
- Devemos trazer as comunidades indígenas para dentro do processo.
- Os materiais utilizados foram adquiridos dos PCTAF. Isto tem que acontecer mais e mais vezes.
- Devemos promover mais eventos deste nível, com mais articulação e mobilização.
- Precisamos aprender uns com os outros.
- Quero dar os parabéns. É difícil criticar quem consegue reunir 300 pessoas em um lugar só, com conclusões.
- Todos foram gentis, mesmo com grupos difíceis.
- É muito difícil reunir tanta gente e conseguir tirar conclusões.
- Devemos envolver o MTur, que está fazendo muita coisa nesta área.
- Necessidade de envolvimento efetivo dos PCTAF e dos órgãos governamentais, estaduais e municipais na implementação deste processo.
- As comunidades indígenas e quilombolas deveriam estar aqui, neste seminário, com uma mobilização por bioma.
- Deveríamos encaminhar alguma manifestação em relação a medidas de adaptação às mudanças climáticas.
- O seminário foi bom, com participação das nossas comunidades indígenas, não na representação que gostaríamos de ter aqui.

- Gostaria de agradecer a participação e parabéns aos organizadores. De nossa parte, a ANVISA, gostaríamos de continuar sendo convidados a participar. Gostaria de ter a licença deste grupo para falar da sociobiodiversidade aos “quatro mundos”.
- Há uma maior identidade e auto-estima dos diferentes grupos aqui representados.
- É uma felicidade muito grande perceber que avançamos muito nos últimos anos.
- É um privilégio muito grande estarmos neste estágio em que nos encontramos. Mesmo assim, temos muitos desafios pela frente. É muito importante trazer os movimentos sociais para este processo.
- O desafio nos processos regionais será de ampliar a representatividade, de articular-se com os movimentos sociais e não ter medo do enfrentamento político. Nós não podemos nos dividir de maneira alguma.
- Parabéns pela equipe organizadora, que foi nota 10. Parabéns, também, a todos os grupos, que conseguiram aprimorar os textos existentes.
- Podemos utilizar mais as rádios comunitárias para podermos chegar mais perto de todos os povos.
- Este local foi resultado de uma licitação, por menor preço, em que o Israel Pinheiro foi bem mais barato que a outra proposta. Tudo foi resultado de um esforço muito grande de todos os ministérios e parceiros envolvidos.
- Parabéns pela escolha do local. Ajudou muito para evitar a dispersão do pessoal.
- A escolha do pessoal para vir aqui não foi feita de forma intensa. Por esta razão, os Quilombolas e Indígenas acabaram por ficar pouco representados.
- O Acre está bem representado. Tivemos algumas dificuldades nos grupos, mas os compromissos continuam.
- Devemos incluir a aquicultura artesanal, não presente neste evento.
- Parabéns ao nosso animador, de grande alegria e competência.
- 53 % de homens e 47% de mulheres.

AValiação Institucional do Seminário Nacional - Questionários

	Excelente+bom		Médio		Ruim		
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Total
Quanto a infra-estrutura:							
1. Espaço físico e equipamentos	101	100,0					101
2. Alimentação	100	99,0	1	0,99			101
3. Café e prosa	98	97,0	3	2,97			101
4. Hospedagem	86	97,7	2	2,273			88
5. Transporte	70	79,5	15	17,05	3	3,409	88
Quanto ao atendimento:							
6. Cortesia e educação no atendimento	94	95,9	4	4,082			98
7. Orientações adequadas	89	90,8	8	8,163	1	1,02	98
Quanto aos materiais recebidos:							
8. Materiais impressos	90	91,8	8	8,163		0	98
9. Produtos da sociobiodiversidade (bolsa, camiseta, bloco de anotações, copos de argila e bambu, erva-mate...)	93	94,9	4	4,082	1	1,02	98
Quanto às atividades culturais e animação:							
10. Alongamentos e animações durante as plenárias.	96	98,0	2	2,041		0	98
11. Apresentação da abertura	84	95,5	4	4,545		0	88
12. Mamulengo, festa julina e forró	96	97,0	2	2,02	1	1,01	99
Quanto a estrutura do Seminário:							
13. Metodologia	81	82,7	13	13,27	4	4,082	98
14. Conteúdo	94	95,9	3	3,061	1	1,02	98
15. Organização	93	92,1	8	7,921		0	101
16. Tempo	70	69,3	18	17,82	3	2,97	101
Quanto aos objetivos:							
17. As expectativas foram atendidas?	85	86,7	15	15,31		0	98

EQUIPE DE MODERADORES / RELATORES**Sérgio Cordioli**

Rua Manágua, 124

Bairro Jardim Lindóia

Cep 91050-300 Porto Alegre / RS

Fone/Fax 51.3366.0444 / 8155.9746

E-mail: cordioli@portoweb.com.br

sergio@scordioli.com.br

Site: www.scordioli.com.br

Mara Vanessa

Rua Senta Pua 320,

Edifício São Geraldo, Apto 302 Ondina

CEP: 40.170-180 Salvador / Bahia

Fone: 71-32377654/ 92046777

Email: maravaness@gmail.com

Tarcilene Jacinto Freitas da Silva

Av. Dr. José Rufino, 1141 Areias

Cep 50780-000 Recife / PE

Fone/Fax 81. 3251-0666 / 81. 9998-2253

Email: tarci@pe.senai.br

Site: www.pe.senai.br

EQUIPE DE COORDENAÇÃO DOS SEMINÁRIOS

Alberto Jorge da Rocha Silva
Andréa Arean Oncala
Arnoldo de Campos
Bruno de Carvalho Filizola
Cláudia Maria Calório
Divani Ferreira de Souza
Francine Soares da Cunha
Gilson Souza
Haroldo César Bezerra de Oliveira
Hétel Leepkaln dos Santos
Izáuria Márcia de Souza
João Cláudio Pompeu
José Adelmar Batista
Ladjane Ramos Caporal
Luiz Carlos Balcewicz
Luiz Carlos Rebelatto dos Santos
Marcelo de Sousa Nunes
Muriel Saragoussi
Oraida Maria Urbanetto de Souza Parreiras
Rodrigo Almeida Noleto
Sofia Araújo Alves
Sonja Mayra Righetti
Vanessa Neiva

ANEXO 1
PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DE
PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE
VERSÃO PRELIMINAR APRESENTADA PARA VALIDAÇÃO NO SEMINÁRIO



**PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS
CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE:**



VERSÃO PRELIMINAR
PARA VALIDAÇÃO NO SEMINÁRIO NACIONAL

Brasília, 15 a 18 de Julho de 2008

SUMÁRIO

Siglas Utilizadas, i

APRESENTAÇÃO, 1

Parte I – INTRODUÇÃO, 2

4. JUSTIFICATIVA PARA A ELABORAÇÃO DESTE PLANO, 2

5. METODOLOGIA UTILIZADA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO, 3

6. FORMATO E CONTEÚDO DA VERSÃO FINAL DO PLANO, 4

Parte II – O PLANO: VERSÃO PRELIMINAR, 5

10. CONCEITOS E DEFINIÇÕES UTILIZADOS, 5

11. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS, 6

12. OBJETIVO GERAL, 7

13. OBJETIVOS ESPECÍFICOS, 7

14. EIXOS ESTRUTURANTES, 7

15. EIXOS TRANSVERSAIS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES, 8

15.1. EIXO 1: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO, 8

15.2. EIXO 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO, 10

15.3. EIXO 3: CRÉDITO, FOMENTO & INCENTIVOS FISCAIS, 12

15.4. EIXO 4: DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 14

15.5. EIXO 5: MARCO REGULATÓRIO, 14

16. EIXOS FINALÍSTICOS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES, 16

16.1. EIXO 1: PROCESSO PRODUTIVO, 17

16.2. EIXO 2: PROCESSO INDUSTRIAL & AGROINDUSTRIAL, 17

16.3. EIXO 3: PROCESSO COMERCIAL, 17

16.4. EIXO 4: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA, 18

17. ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO, 18

18. ESTRUTURA DE GESTÃO DO PLANO, 19

ANEXO:

I - Matriz dos principais produtos por Bioma indicados pelos Seminários Regionais, 22

SIGLAS UTILIZADAS

ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ANVISA – Agência Brasileira de Vigilância Sanitária
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES – Banco Brasileiro de Desenvolvimento Econômico e Social
CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CHESF – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
FUNBIO – Fundo Brasileiro
GTZ – Cooperação Técnica Alemã
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
MS – Ministério da Saúde
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
ONG – Organização Não-Governamental
PCTAFs – Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares
SAF – Secretaria de Agricultura Familiar (MDA)
SAIP – Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias (MDS)
SBF – Secretaria de Biodiversidade e Florestas (MMA)
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA)
SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDR – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA)
SEPPIR – Secretaria Especial de Promoção das Políticas de Igualdade Racial
SFB – Serviço Florestal Brasileiro (MMA)

APRESENTAÇÃO

Como parte da estratégia de articular as políticas de governo e de implementar medidas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável associado à geração de renda e justiça social, os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social se reuniram com outros parceiros do governo e da sociedade civil para elaborar uma estratégia política para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e consolidação de mercados sustentáveis para esses produtos.

Neste sentido, foi realizada uma série de eventos de consulta, envolvendo os diversos segmentos sociais interessados nesta temática. Entre setembro de 2007 e julho de 2008 foram organizados sete Seminários Regionais nos diferentes biomas contando com a participação de cerca de 800 pessoas, em sua maioria representantes de Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares. Em um outro seminário específico, estabeleceu-se uma plataforma de diálogo com representantes do setor empresarial.

Este documento traz a versão preliminar do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, construído a partir das propostas e recomendações resultantes do processo de consulta realizado. Esta versão foi organizada como um documento de trabalho para validação no Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, a ser realizado em Brasília, de 15 a 18 de julho de 2008.

Desta forma, esta primeira versão do Plano está organizada em duas partes. A primeira parte traz informações sobre os antecedentes que levaram a esta iniciativa, a metodologia de elaboração do Plano e o formato que o mesmo terá ao final do processo. A segunda parte traz o Plano propriamente dito. Primeiramente são apresentados as diretrizes, o objetivo geral e os objetivos específicos. Em seguida são apresentados os eixos estruturantes, as linhas de ação e respectivas atividades. A parte final traz uma proposta de estratégia de implementação do Plano e de estrutura de gestão. A matriz com os produtos potenciais indicados nos Seminários Regionais encontra-se como anexo.

Considerando que durante os seminários de consulta os participantes tiveram a oportunidade de debater e indicar um conjunto de propostas, entende-se que o Seminário Nacional tem como principal propósito validar a proposta de plano. Não se trata de abrir novamente a discussão das propostas, mas de uma consulta final para orientar as próximas etapas para formalização do Plano. Cabe também aos participantes do Seminário Nacional contribuir com elementos para o detalhamento da estratégia de implementação e a validação da estrutura de gestão. Frente à diversidade de realidades e prioridades, os participantes do Seminário Nacional são convidados a colocar o foco das discussões nos elementos convergentes e no detalhamento de mecanismos para transformar este Plano em realidade.

Bom Trabalho!

A Comissão Organizadora



PARTE I : INTRODUÇÃO

1. JUSTIFICATIVA PARA A ELABORAÇÃO DESTE PLANO

O Brasil é um país de dimensões continentais, abrigando uma biodiversidade exuberante nos Biomas Amazônico, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Zona Costeira Marinha e Pampa. Esta riqueza biológica está associada a uma grande diversidade sociocultural, representada por mais de 200 povos indígenas e por inúmeras comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares, dentre outras), detentoras de conhecimento considerável e habilidades sobre sistemas tradicionais de manejo da biodiversidade.

Embora tenha uma importância significativa na geração de renda e segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais, as estatísticas oficiais apontam que os valores registrados para a produção extrativista não-madeireira representam aproximadamente 0,48 % da produção primária nacional, o que equivale, no segmento de produção primária, apenas 480 milhões de Reais. Estes valores indicam a pouca visibilidade e o pequeno espaço ocupado pelos produtos da sociobiodiversidade na economia formal.

Nas duas últimas décadas, diversas iniciativas do governo federal, de alguns estados e municípios, ONGs, movimentos e organizações sociais, empresas e instituições acadêmicas vêm buscando reverter este quadro. Multiplica-se por todo o país projetos que sinalizam o potencial de competitividade das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, revelando a grande possibilidade que este mercado representa para o desenvolvimento sustentável.

Todavia, a maior parte das iniciativas têm caráter pontual, com restrita abrangência territorial, econômica e social, exercendo pouca influência na definição de prioridades político-econômicas do país. No âmbito governamental, as medidas de apoio aos produtos da sociobiodiversidade encontram-se dispersas em diferentes Ministérios, sem uma articulação que possibilite coordenar ações e potencializar investimentos. Ao mesmo tempo, os inúmeros espaços de consulta à sociedade civil implementados nos últimos anos – como as Conferências Nacionais de Meio Ambiente, Saúde, Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional, e Desenvolvimento Rural Sustentável – têm referendado a necessidade de evoluir de experiências localizadas para a universalização de políticas públicas que promovam o uso e conservação dos produtos da sociobiodiversidade e fortaleçam os PCTAFs.

Neste sentido, o governo federal, por meio de articulação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social em parceria com os Ministérios da Ciência e Tecnologia, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Trabalho e Emprego e com outros setores do governo, o setor empresarial e a sociedade civil, decidiu elaborar um plano de ação para fortalecer as cadeias de produtos da sociobiodiversidade e consolidar mercados sustentáveis para estes produtos.

2. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO

A elaboração do Plano compreendeu, até o momento, as seguintes etapas:

- Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares: Esta consulta foi realizada em sete Seminários Regionais “*Cadeias de produtos da sociobiodiversidade: agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis*”, realizados entre setembro de 2007 e junho de 2008, nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste, envolvendo os Biomas Amazônia Ocidental e Oriental, Cerrado, Pantanal, Pampa, Mata Atlântica Sul/Sudeste e Norte e Caatinga. Os Seminários Regionais foram organizados pelo MMA (SBF, SEDR, SFB, ICMBio), MDA (SAF, SDT, INCRA), MDS (SAIP e SESAN), FUNBIO, GTZ, SEBRAE, MME (Luz para Todos) e CONAB.. Cada Seminário reuniu, em média, cerca de cem participantes, incluindo, além de representantes dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, pesquisadores, representantes de órgãos governamentais (federal, estadual e municipal), ONG’s e setor empresarial.
- Sistematização das propostas dos Seminários Regionais: Nos Seminários Regionais os participantes apresentaram um conjunto de propostas, as quais foram construídas em grupos de trabalho, seguido de apresentação, discussão, ajustes e validação, por consenso, em plenária. O conjunto de propostas dos sete Seminários foi consolidado em um documento específico, o qual foi utilizado como um dos documentos base para a elaboração do Plano.
- Consulta ao Setor Empresarial: O seminário “*Diálogo com o Setor Empresarial*” foi realizado em São Paulo, em de 08 de julho de 2008, promovido pelo MMA, MDA, MDS, com apoio da ABDI, Cooperação Técnica Alemã - GTZ, CEBDS, Instituto Ethos e Fundação Getúlio Vargas. O evento reuniu 34 participantes, incluindo representantes de associações empresariais e representantes de órgãos do governo federal.
- Sistematização das Propostas do Seminário de Consulta ao Setor Empresarial: As propostas resultantes da consulta ao setor empresarial foram sistematizadas em relatório específico, o qual foi utilizado como um dos documentos base para elaboração do Plano.
- Reunião técnica para definição da estrutura do Plano: Técnicos dos diferentes órgãos do governo federal engajados nesta iniciativa reuniram-se em Brasília para definir a estrutura, validar as diretrizes e objetivos do Plano e discutir a estrutura de gestão. A discussão foi feita com base em uma primeira proposta elaborada a partir dos resultados dos Seminários Regionais.
- Elaboração da versão preliminar do Plano: Com base nas decisões aprovadas na reunião técnica, as propostas aprovadas nos Seminários Regionais com os PCTAFs e no Diálogo com o Setor Empresarial foram compiladas e agrupadas dentro dos eixos de ação definidos. Os resultados destas consultas também orientaram a definição das diretrizes, objetivos específicos, estratégia de implementação e estrutura de gestão. Uma primeira versão do Plano foi submetida à equipe técnica de coordenação do Seminário Nacional, composta por técnicos do MMA, MDA e MDS. As sugestões e correções indicadas pela equipe técnica foram incorporadas nesta versão preliminar, a qual será objeto de discussão durante o Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

As próximas etapas para finalização do Plano são:

- Validação da estrutura e das propostas no Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, a ser realizado em Brasília, de 15 a 18 julho de 2008.
- Negociação política do Plano no âmbito do Governo Federal em reunião específica com representantes dos diferentes Ministérios e Órgãos que comporão o grupo gestor e envolvidos na sua implementação, detalhando metas, orçamento, responsáveis e os arranjos institucionais no âmbito do governo federal.
- Validação da Versão Final com as instituições que comporão a Câmara Setorial
- Elaboração da Minuta de Decreto com o apoio da assessoria jurídica dos Ministérios.
- Publicação de Decreto oficializando o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

3. FORMATO DA VERSÃO FINAL DO PLANO

A versão preliminar apresentada neste documento contém os itens essenciais do Plano. A versão final deverá incluir outros elementos, contendo os seguintes itens:

- Introdução: apresenta os antecedentes e a motivação que levou à elaboração do Plano.
- Estado da Arte: descreve o diagnóstico da situação atual dos produtos da sociobiodiversidade, limites, potenciais e o marco regulatório vigente.
- Diretrizes Estratégicas: descreve os fundamentos que norteiam a concepção e a estratégia de implementação do Plano.
- Objetivo Geral: descreve qual o grande objetivo do Plano, ou seja, seu ponto de partida.
- Objetivos Específicos: descreve outros objetivos que devem ser alcançados, justificando as ações e atividades propostas.
- Eixos Estruturantes, Linhas de Ação e Atividades: descreve as linhas de ação e respectivas atividades para cada um dos eixos estruturantes definidos.
- Metas, Orçamento e Responsáveis: Indica os resultados esperados, o custo de execução e os responsáveis pela realização das atividades
- Estratégia de Implementação: descreve os princípios que nortearam a implementação do plano e os arranjos institucionais para a sua execução.

Estrutura de gestão: descreve os mecanismos e espaços para o planejamento, monitoramento e avaliação da implementação do Plano.

PARTE II - O PLANO: VERSÃO PRELIMINAR

1. CONCEITOS UTILIZADOS

- **Agricultor Familiar:** empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; (iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família⁹.
- **Arranjos Produtivos Locais – APLs:** Agrupamentos de empreendimentos de um mesmo ramo, localizados em um mesmo território, que mantêm algum nível de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com os demais atores locais (governo, pesquisa, ensino, instituições de crédito).
- **Avaliação de Conformidade:** Processo sistematizado, acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas e regulamentos técnicos com o menor custo para a sociedade¹⁰.
- **Cadeia Produtiva:** É um sistema constituído de atores inter-relacionados e pela sucessão de processos de produção, transformação e comercialização do produto.
- **Cadeia Produtiva da Sociobiodiversidade:** Um sistema integrado, constituído por atores interdependentes e por uma sucessão de processos de educação, pesquisa, manejo, produção, beneficiamento, distribuição, comercialização e consumo de produto e serviços da sociobiodiversidade, com identidade cultural e incorporação de valores e saberes locais dos PCTAF e que asseguram a distribuição justa e equitativa dos seus benefícios.
- **Desenvolvimento Sustentável:** o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras¹¹.

⁹ Conforme definição da Lei 11.322/06 que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais

¹⁰ Conforme definição do INMETRO

¹¹ Conforme definição do Decreto 6.040/07 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

- **Povos e Comunidades Tradicionais:** grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição¹².
- **Produtos da Sociobiodiversidade:** Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.
- **Sistema:** Um conjunto de partes que se relacionam entre si.
- **Sociobiodiversidade:** Conceito que expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais.
- **Territórios Tradicionais:** os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, resguardando as especificidades dos povos indígenas e quilombolas conforme previsto em lei¹³.
- **Biodiversidade ou Diversidade Biológica:** a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.¹⁴

¹² Idem 3

¹³ Idem 2

¹⁴ Artigo 2 da Convenção sobre Diversidade Biológica

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade se assenta em dez diretrizes estratégicas, as quais estão em conformidade com as políticas públicas e o marco regulatório nacionais e acordos internacionais dos quais o país é signatário. As mesmas estão em consonância com as demandas sociais apresentadas nos Seminários de consulta realizados em cada um dos biomas brasileiros. São elas:

- 2.1. Conservação e uso sustentável da biodiversidade
- 2.2. Reconhecimento do direito dos PCTAFs de acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e equitativa de benefícios
- 2.3. Valorização e respeito da diversidade cultural e conhecimento tradicional
- 2.4. Promoção da segurança alimentar e nutricional a partir da alimentação diversificada
- 2.5. Agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social
- 2.6. Mercados regidos por valores de cooperação, solidariedade e ética
- 2.7. Abordagem de cadeias e arranjos produtivos, com enfoque participativo, territorial e sistêmico como elementos de concepção e implementação do Plano
- 2.8. Promoção do empoderamento e controle social
- 2.9. Articulação intra e interinstitucional, e intersetorial
- 2.10. Compartilhamento de responsabilidades entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada.

3. OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 4.1. Promover a conservação, o manejo e o uso sustentável dos produtos da sociobiodiversidade
- 4.2. Fortalecer cadeias produtivas em cada um dos biomas agregando valor aos produtos da sociobiodiversidade
- 4.3. Fortalecer a organização social e produtiva dos PCTAFs
- 4.4. Ampliar, fortalecer e articular instrumentos econômicos necessários à estruturação das cadeias produtivas
- 4.5. Fortalecer redes de conhecimento integrando as ações de pesquisa, assistência técnica e capacitação
- 4.6. Fortalecer a articulação intra/interinstitucional e intersetorial
- 4.7. Adequar o marco legal de maneira a atender as especificidades dos produtos da sociobiodiversidade

5. EIXOS ESTRUTURANTES

O Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade está organizado em dois grandes eixos estruturantes, constituídos por um conjunto de atividades voltadas a atingir os objetivos propostos. São eles:

- **Eixos Transversais** incluem as linhas de ação e respectivas atividades relacionadas aos diferentes meios necessários para o fortalecimento e estruturação das cadeias produtivas;
- **Eixos Finalísticos** incluem as linhas de ação e respectivas atividades finalísticas relacionadas à estruturação de cadeias e arranjos produtivos, considerando todas as etapas.

Os eixos estruturantes propostos são os seguintes:

5.1. EIXOS TRANSVERSAIS

- Eixo 1: Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação 8
- Eixo 2: Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação 11
- Eixo 3: Crédito, Fomento e Incentivos Fiscais 8
- Eixo 4: Divulgação e Comunicação 4
- Eixo 5: Marco regulatório 6

5.2. EIXOS FINALÍSTICOS

- Eixo 1: Processo produtivo 2
- Eixo 2: Processo industrial 1
- Eixo 3: Processo comercial 4
- Eixo 4: Organização Social e Produtiva 2

6. EIXOS TRANSVERSAIS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES

Para atingir os objetivos propostos se propõe, para cada um dos Eixos Transversais, um conjunto de atividades agrupadas em linhas de ação específicas. São elas:

6.1. EIXO 1: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

6.1.1. Estudos exploratórios:

- 6.1.1.1. Realização de **estudo sobre o estado da arte** da pesquisa e desenvolvimento tecnológico dos produtos da sociobiodiversidade, identificando lacunas e demandas
- 6.1.1.2. Realização de estudo sobre as **lacunas existentes nas políticas públicas**
- 6.1.1.3. Realização de estudos para a **conformação de uma política industrial** para os produtos da sociobiodiversidade tendo como foco indústrias comunitárias
- 6.1.1.4. Realização de estudos sobre as **vias de escoamento e logística de produtos** da sociobiodiversidade
- 6.1.1.5. Realização de estudos para criação de um cadastro sobre a **distribuição geográfica** dos produtos da sociobiodiversidade existentes em cada Bioma
- 6.1.1.6. **Mapeamento de cadeias** de produtos da sociobiodiversidade em cada um dos biomas
- 6.1.1.7. **Mapeamento** de ações voltadas aos produtos da sociobiodiversidade no âmbito governamental, privado e não-governamental

6.1.2. Ações de P&D&I na área de Produção e Manejo:

- 6.1.2.1. Desenvolvimento de programas de **melhoramento de espécies nativas** sob o enfoque da sociobiodiversidade e assegurando manutenção da variabilidade genética
- 6.1.2.2. Desenvolvimento, em todos os biomas, de pesquisas em **agroecologia e manejo sustentável** com base nas espécies nativas considerando os aspectos relacionados à captação, uso, manejo e conservação da água
- 6.1.2.3. Desenvolvimento de pesquisas na área de fauna para subsidiar **projetos de criadouros e abatedouros de fauna** silvestre
- 6.1.2.4. Desenvolvimento de pesquisas voltadas ao **manejo sustentável da pesca**
- 6.1.2.5. Criação de **unidades de referência** e de experimentação em manejo, produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade
- 6.1.2.6. Desenvolvimento de pesquisas visando reduzir **os custos** de produção e **agregação de valor**

6.1.3. Ações de P&D&I na área de Beneficiamento, Industrialização e Desenvolvimento de Produtos:

- 6.1.3.1. Desenvolvimento de pesquisas em **bioprospecção** buscando novos atributos funcionais em espécies não utilizadas
- 6.1.3.2. Realização de pesquisas para **desenvolvimento de novas linhas de produtos** a partir de matéria prima da biodiversidade nativa
- 6.1.3.3. Desenvolver pesquisas para o melhor **aproveitamento dos produtos** e subprodutos da sociobiodiversidade

- 6.1.3.4. Desenvolvimento de pesquisas sobre **equipamentos e tecnologias para a indústria** de pequena escala com prioridade para fontes renováveis de energia de alta eficiência
- 6.1.3.5. Desenvolvimento de pesquisas sobre **protocolos de boas práticas de fabricação (BPF)** e perfis em processos agroindustriais envolvendo produtos da sociobiodiversidade
- 6.1.3.6. Desenvolvimento de pesquisas sobre **embalagens reaproveitáveis e biodegradáveis** com base em insumos ecológicos

6.1.4. Ações de P&D&I sobre Aspectos Econômicos e Mercado:

- 6.1.4.1. Desenvolvimento de pesquisas sobre **a viabilidade técnica e econômica de cadeias produtivas** de produtos da sociobiodiversidade
- 6.1.4.2. Realização de pesquisas sobre **mecanismos para remuneração dos serviços ambientais** gerados pelos produtos da sociobiodiversidade
- 6.1.4.3. Realização de estudos sobre as **oportunidades de mercado** para os produtos da sociobiodiversidade

6.1.5. Ações de P&D&I sobre Repartição de Benefícios & Conhecimento Tradicional:

- 6.1.5.1. Desenvolvimento de pesquisas para **avaliar parâmetros para repartição de benefícios**
- 6.1.5.2. Desenvolvimento de pesquisas sobre o processo de geração, valorização e registro do **saber local das comunidades** de PCTAF

6.1.6. Ações de P&D&I para o Desenvolvimento de Indicadores

- 6.1.6.1. Realização de estudos de **indicadores de sustentabilidade** de produtos da sociobiodiversidade manejados por PCTAFs
- 6.1.6.2. Realização de estudos sobre mecanismos de avaliação de conformidade de produtos da sociobiodiversidade, inclusive **sistemas participativos de garantia e sistemas de certificação**

6.1.7. Ações de Suporte Financeiro para P&D&I

- 6.1.7.1. Criação de **bolsas de pesquisa** para projetos envolvendo produtos da sociobiodiversidade, prevendo bolsas específicas para pesquisas nas comunidades
- 6.1.7.2. **Lançamento de editais específicos** para projetos de pesquisa para o aprimoramento de processos, produtos e serviços da sociobiodiversidade
- 6.1.7.3. **Lançamento de editais** de pesquisa envolvendo as ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
- 6.1.7.4. Ampliação das **políticas de desenvolvimento científico e tecnológico** para os produtos da sociobiodiversidade

6.1.8. Ações para o Fortalecimento de Redes de Conhecimento

- 6.1.8.1. Organização de **redes de pesquisa participativa** envolvendo todos os elos da cadeia produtiva, incluindo a participação de jovens pesquisadores das comunidades

6.2. EIXO 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E CAPACITAÇÃO

6.2.1. Articulação e Fortalecimento das políticas e programas existentes:

- 6.2.1.1. **Ampliação e fortalecimento** dos programas de ATER e a Política Nacional de ATER –PNATER, em todas as cadeias de produtos da sociobiodiversidade, em todas as Unidades da Federação, com ênfase das ações em agroecologia, conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental.
- 6.2.1.2. **Integração e coordenação de ações** entre os programas de ATER e os demais órgãos/setores/programas governamentais que trabalham com os PCTAFs

6.2.2. Investimentos em Recursos Humanos e Infra-estrutura:

- 6.2.2.1. **Ampliação do quadro técnico** disponível para os Programas de ATER voltados aos PCTAFs com o foco nos produtos da sociobiodiversidade, agroecologia e extensão agroflorestal
- 6.2.2.2. **Investimentos em infra-estrutura** para ampliar e melhorar a capacidade de trabalho dos Programas de ATER com os PCTAFs
- 6.2.2.3. Composição de **equipes multidisciplinares** nos Programas de ATER, incluindo profissionais da **área de design** com especialidade na área de sustentabilidade socioambiental, para assessorar as cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.2.4. Composição de **equipes multidisciplinares** nos Programas de ATER, incluindo profissionais para **assessorar Cooperativas e Associações** de PCTAFs na área jurídica, organizacional e administrativa

6.2.3. Aperfeiçoamento da estratégia metodológica:

- 6.2.3.1. Incorporação nos programas de ATER de **metodologias participativas** para a formulação, planejamento, implementação e avaliação de projetos voltados à estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade

6.2.4. Fortalecimento de Parcerias

- 6.2.4.1. Ampliação das **parcerias entre órgãos governamentais e organizações da sociedade civil** para implementar os programas de ATER/ATES voltados aos PCTAFs
- 6.2.4.2. Criação de linhas de **fomento para programas de extensão universitária** em ITCPs- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

6.2.5. Ações de Capacitação em Produção e Manejo

- 6.2.5.1. Atividades de capacitação em **manejo sustentável** dos recursos da sociobiodiversidade
- 6.2.5.2. Campanhas e atividades de capacitação contra o **uso do fogo**, em todos os biomas
- 6.2.5.3. Atividades de capacitação em **diversificação da produção** para os diferentes atores das cadeias produtivas

6.2.6. Ações de Capacitação em Beneficiamento e Industrialização

- 6.2.6.1. Atividades de capacitação na área de **pós-colheita**
- 6.2.6.2. Atividades de capacitação para PCTAF na área de **beneficiamento e industrialização** da produção
- 6.2.6.3. Atividades de capacitação sobre **agregação de valor** para os diferentes atores das cadeias produtivas

6.2.7. Ações de Capacitação em Organização e Gestão

- 6.2.7.1. Atividades de capacitação para os PCTAF na organização de empreendimentos de **produção de mudas de espécies nativas**
- 6.2.7.2. Atividades de capacitação para PCTAF na área de **gestão da produção**
- 6.2.7.3. Atividades de capacitação em elaboração, **administração e gestão financeira** de projetos produtivos desenvolvidos por PCTAF
- 6.2.7.4. Atividades de capacitação na área de **informática associadas a um amplo programa de inclusão digital** dos territórios de PCTAFs
- 6.2.7.5. Atividades de capacitação das comunidades na área de **políticas públicas** voltadas aos PCTAFs e produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.7.6. Atividades de capacitação em **elaboração de planos de negócios** para os produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.7.7. Atividades de capacitação sobre **organização e gestão de grupos sociais** envolvendo todos os agentes das cadeias produtivas
- 6.2.7.8. Atividades de capacitação dos agentes das cadeias produtivas para o **associativismo/cooperativismo** respeitando as especificidades culturais dos PCTAFs

6.2.8. Ações de Capacitação sobre Marco Regulatório

- 6.2.8.1. Atividades de capacitação de organizações dos PCTAFs e demais agentes das cadeias produtivas sobre a **legislação** que incide sobre os produtos da sociobiodiversidade
- 6.2.8.2. Atividades de capacitação sobre as especificidades dos PCTAF e produtos da sociobiodiversidade para **técnicos das instituições responsáveis pela elaboração do marco regulatório**

6.2.9. Ações para a Qualificação de Técnicos e Profissionais de Órgãos de Governo

- 6.2.9.1. Atividades de capacitação **de agentes de ATER em temas relacionados à sociobiodiversidade**, agroecologia, agricultura sustentável e extensão florestal
- 6.2.9.2. Atividades de capacitação **em metodologias participativas** para **agentes de ATER**
- 6.2.9.3. Atividades de capacitação **em organização comunitária** para **agentes de ATER**
- 6.2.9.4. Atividades de capacitação **em gestão de empreendimentos** para **agentes de ATER**
- 6.2.9.5. Atividades de capacitação sobre o marco regulatório atual aplicável aos produtos da sociobiodiversidade para **técnicos dos órgãos de fiscalização**
- 6.2.9.6. Atividades de **capacitação de técnicos das instituições financeiras para o uso de coeficientes técnicos** adequados às especificidades das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e ao contexto regional

6.2.10. Ações para o Fortalecimento de Redes de Conhecimento

6.2.10.1. Atividades de capacitação e intercâmbio na **modalidade “produtor/a-produtor/a”**

6.2.11. Ações de Suporte à Capacitação

6.2.11.1. Criação de **bolsas de estudos** para cursos técnicos, de graduação e especialização em áreas relacionadas aos produtos da sociobiodiversidade

6.2.11.2. **Construção e adequação de centros de formação** nos territórios para atender as demandas dos PCTAFs

6.3. EIXO 3: CRÉDITO, FOMENTO & INCENTIVOS FISCAIS**6.3.1. Ações de Apoio à Produção e Manejo Sustentável**

6.3.1.1. **Ampliar e promover o PRONAF Florestal** para a aplicação em projetos com produtos da sociobiodiversidade sob gestão de PCTAFs

6.3.1.2. Ampliação do acesso a linhas de **crédito para o desenvolvimento da unidade produtiva**, com enfoque sistêmico, sem o caráter “safrista por produto”

6.3.1.3. Criação de linhas de **crédito** para a **averbação da reserva legal e licenciamento** de projetos produtivos de PCTAFs

6.3.1.4. Ampliação dos recursos do PAA e das linhas de crédito para os PCTAFs voltadas à promoção da **segurança alimentar e nutricional local** com base em produtos da sociobiodiversidade

6.3.1.5. Criação de linhas de **fomento** para a elaboração de **planos de manejo** em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e outros territórios ocupados por PCTAF

6.3.1.6. Criação de linhas de **fomento para o plantio de espécies nativas** na recuperação e recomposição de áreas degradadas

6.3.1.7. Criação de linhas de **seguro agrícola para sistemas de produção agrobiodiversos** vinculado à assessoria técnica participativa

6.3.1.8. Criação de um **fundo de fomento aos produtos da sociobiodiversidade**, de acesso simplificado e ágil, que contemple todos os elos da cadeia produtiva

6.3.2. Ações de Apoio à Organização Social e Produtiva

6.3.2.1. Ampliação dos recursos e do **acesso das organizações de PCTAFs às linhas de crédito** para os produtos da sociobiodiversidade

6.3.2.2. Criação de linhas de **crédito para equipar cozinhas comunitárias** com a infra-estrutura necessária para a adequação às boas práticas fabricação (BPF)

6.3.2.3. Criação de linhas de **fomento** para custeio de atividades de **organização de cooperativas de crédito**

6.3.3. Ações de Apoio à Comercialização

- 6.3.3.1. Criação de linhas de **crédito para a divulgação comercial e comercialização** dos produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.3.2. **Ampliação dos instrumentos** de política agrícola de **garantia de preços** para os produtos da sociobiodiversidade, incluindo produtos de todos os biomas
- 6.3.3.3. Criação de linhas de **fomento** para implantar **mecanismos de avaliação de conformidade** para os produtos da sociobiodiversidade, incluindo o reconhecimento dos **sistemas participativos de garantia**

6.3.4. Ações de Apoio à Estruturação de Cadeias Produtivas & Arranjos Produtivos Locais (APLs)

- 6.3.4.1. Mapeamento e divulgação das **fontes de financiamento** para a estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.4.2. Ampliação do acesso às linhas de **crédito** que atendem as especificidades regionais das cadeias de **produtos da sociobiodiversidade**, adequando o cronograma de liberação dos recursos ao calendário de atividades produtivas da região
- 6.3.4.3. Ampliar os recursos e o acesso das organizações de PCTAFs às **linhas de micro-crédito para o empreendedorismo** com produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.4.4. Criação de linhas de **fomento** com acesso de forma cooperativa para a **estruturação de arranjos produtivos locais** de produtos da sociobiodiversidade

6.3.5. Ações para ampliação das Fontes de Financiamento

- 6.3.5.1. **Criação de um Fundo de Aval** para os PCTAFs que trabalham com produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.5.2. **Criação de um Fundo Setorial** para apoio à pesquisa em cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.5.3. Revisar os critérios para **alocação dos fundos constitucionais**, destinando 10% para apoiar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.3.5.4. **Inclusão de linhas orçamentárias no PPA** (Plano Plurianual) específicas para o financiamento das ações propostas neste Plano

6.3.6. Ações para o Aprimoramento de Critérios, Procedimentos e Serviços

- 6.3.6.1. Incluir **indicadores socioambientais como critério** para a distribuição de recursos para as cadeias da sociobiodiversidade e para o acesso às linhas de crédito (por exemplo, baixo IDH municipal)
- 6.3.6.2. Criação nas agências bancárias de **balcão de atendimento exclusivo** aos PCTAFs
- 6.3.6.3. Desenvolvimento de pesquisas sobre **coeficientes técnicos** para subsidiar a formulação de políticas de crédito e seguro agrícola e agroextrativista

6.3.7. Ações na área Tributária

- 6.3.7.1. Criação de mecanismos de **isenção de tributos e/ou alíquotas diferenciadas** para os produtos da sociobiodiversidade dos PCTAFs (ICMS, Cofins, outros)

- 6.3.7.2. Criação de mecanismos de isenção de **tributos e/ou alíquotas diferenciadas para empresas** que incorporem critérios de responsabilidade socioambiental
- 6.3.7.3. Criação de linhas de **incentivo fiscal** ao extrativismo sustentável
- 6.3.7.4. Implementação de medidas de **incentivos fiscais para pesquisa** e desenvolvimento de produtos da sociobiodiversidade

6.3.8. Ações para a Integração de Políticas

- 6.3.8.1. **Integração** das diferentes linhas de fomento e crédito voltadas aos produtos da sociobiodiversidade, coordenando com as demais políticas públicas estruturantes

6.4. EIXO 4: DIVULGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

6.4.1. Ações para a promoção do acesso à informação sobre os produtos da sociobiodiversidade

- 6.4.1.1. Criação e manutenção de um **portal sobre os produtos e serviços da sociobiodiversidade** integrando informações sobre: projetos e empreendimentos; oferta e demanda de produtos, cadastro de diferentes agentes das cadeias produtivas; biblioteca virtual com estudos de caso de projetos/cadeias, soluções tecnológicas, pesquisas desenvolvidas, etc.
- 6.4.1.2. **Divulgação de receitas** com ingredientes da sociobiodiversidade para *chefs* de cozinha
- 6.4.1.3. **Difusão de informações** ao setor empresarial e industrial sobre as **oportunidades de parceria e negócios**

6.4.2. Produção de materiais pedagógicos e de divulgação

- 6.4.2.1. Produção de **instrumentos pedagógicos** (livretos, manuais) sobre as cadeias de produtos da sociobiodiversidade, em linguagem e formato acessível
- 6.4.2.2. **Divulgação de experiências bem sucedidas** de cadeias produtivas da sociobiodiversidade através de diferentes meios (impresso, vídeo, etc)

6.4.3. Organização de Campanhas de Divulgação & Marketing

- 6.4.3.1. Organização de **campanhas para sensibilização dos consumidores** e população urbana sobre o valor dos produtos e serviços da sociobiodiversidade
- 6.4.3.2. Elaboração e implementação de **estratégia de marketing** para os produtos e serviços da sociobiodiversidade

6.4.4. Promoção de parcerias

- 6.4.4.1. Articulação de **parcerias para a sistematização e divulgação** de iniciativas/empreendimentos com produtos e serviços da sociobiodiversidade

6.5. **EIXO 5: MARCO REGULATÓRIO**

6.5.1. **Estudos exploratórios**

6.5.1.1. **Sistematização de lacunas e demandas** existentes em relação ao marco regulatório

6.5.1.2. **Levantamento** de projetos/iniciativas que já geraram **jurisprudência**

6.5.2. **Adequação das Normas com incidência sobre a Produção e Manejo**

6.5.2.1. Adequação da **legislação florestal** de maneira a atender as especificidades dos PCTAFs

6.5.2.2. Simplificação de procedimentos para obtenção do **licenciamento ambiental** de empreendimentos voltados aos produtos e serviços da sociobiodiversidade

6.5.2.3. Elaboração de **legislação federal** para a **criação e manejo territorial** de flora, fauna e ictiofauna (peixes) com incentivos a produção e comercialização

6.5.3. **Adequação das Normas com incidência sobre os Processos de Beneficiamento, Industrialização e Comercialização**

6.5.3.1. Desenvolvimento de pesquisas para subsidiar a **definição de normas sanitárias** adequadas aos produtos da sociobiodiversidade

6.5.3.2. Adequação da legislação para **validar a comercialização de plantas medicinais** de uso popular tradicional

6.5.3.3. Revisão do marco regulatório de maneira a ampliar a participação dos produtos da sociobiodiversidade de PCTAFs nas **compras governamentais**

6.5.3.4. Definição de **normas sobre os padrões mínimos dos produtos industrializados** que utilizam matéria prima da sociobiodiversidade (ex: quantidade de óleo de andiroba no sabonete)

6.5.3.5. Adequação das **normas de rotulagem** às especificidades dos produtos da sociobiodiversidade, incluindo a indicação de origem

6.5.3.6. Adequação das **normas para o transporte e escoamento** de produtos da sociobiodiversidade

6.5.3.7. Adequação das **normas de avaliação de conformidade dos produtos da sociobiodiversidade**, reconhecendo a certificação social participativa e sistemas participativos de garantia

6.5.4. **Adequação das Normas com incidência sobre o Acesso, Repartição de Benefícios e Direitos dos PCTAFs sobre a biodiversidade**

6.5.4.1. Adequação da legislação para regular o **acesso de PCTAFs à matéria prima** de produtos da sociobiodiversidade existente em áreas públicas e privadas

6.5.4.2. Consolidação da legislação de **proteção do conhecimento tradicional**

6.5.4.3. Revisão das restrições legais para o **acesso aos recursos genéticos**

6.5.4.4. Adequação da legislação de **sementes e mudas** no sentido de **garantir o direito dos PCTAFs** coletarem, produzirem e comercializarem sementes e mudas

6.5.5. Adequação de normas com incidência sobre o Crédito e Fomento

- 6.5.5.1. Revisão e adequação das **normas de crédito** de maneira a atender as especificidades dos produtos da sociobiodiversidade, como por exemplo, a sazonalidade
- 6.5.5.2. Revisão das **normas do PRONAF Agroecologia** estendendo o **rebate** a esta modalidade
- 6.5.5.3. Adequação das **normas de crédito** de maneira a **contemplar os diversos segmentos** de PCTAFs, incluindo moradores de RESEX, Unidades de Conservação de Uso Sustentável e agricultores sem título da terra
- 6.5.5.4. Simplificar as **normas e procedimentos aplicados pelas instituições** financeiras de maneira a possibilitar o acesso dos PCTAFs às linhas de crédito e fomento
- 6.5.5.5. Adequação das **normas do crédito** de maneira a possibilitar que as **dívidas contraídas pelos PCTAFs** possam ser renegociadas e pagas através da adoção de práticas socioambientais, socioeducacionais e agroecológicas.
- 6.5.5.6. Adequação das **normas, desvinculando a obrigatoriedade de responsabilidade técnica** para os produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.5.7. Revisão dos **critérios para alocação dos fundos constitucionais**, destinando 10% para apoiar as cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.5.8. Revisão das **normas do ICMs Ecológico** de maneira a destinar uma parte dos recursos para a promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade
- 6.5.5.9. Revisão das **normas de compensação ambiental**, destinando parte dos recursos obtidos para a recuperação ambiental de territórios ocupados por PCTAFs, em particular as RESEX
- 6.5.5.10. Alteração da **Instrução Normativa no/1/97** da Secretaria do Tesouro Nacional que dispõe **sobre convênios** e repasse de recursos, facilitando o repasse de recursos para organizações dos PCTAFs para o atendimento de demandas associadas às cadeias produtivas da sociobiodiversidade
- 6.5.5.11. Revisão das **normas do Fundo de Restauração da Mata Atlântica** para que o mesmo receba e apóie projetos voltados aos produtos da sociobiodiversidade

6.5.6. Adequação de normas sobre Tributos e Incentivos Fiscais

- 6.5.6.1. Implementação de **medidas de taxaço progressiva** de atividades agropecuárias causadoras de **degradação e poluição ambiental**
- 6.5.6.2. Revisão da **legislação tributária** de maneira a definir instrumentos de **incentivo fiscal** para os produtos da sociobiodiversidade e **redução** da carga tributária nos diferentes elos da cadeia produtiva

7. EIXOS FINALÍSTICOS: LINHAS DE AÇÃO E ATIVIDADES

As linhas de ação e as atividades dos Eixos Finalísticos serão definidas em mais detalhes no âmbito regional e fazem parte do processo de implementação do Plano. Desta forma, as atividades descritas abaixo tão somente apontam ações já identificadas nas consultas realizadas, não esgotando todas as ações que serão necessárias para a estruturação das cadeias produtivas. São elas:

7.1. EIXO 1: PROCESSO PRODUTIVO

7.1.1. Ações de promoção da produção sustentável

- 7.1.1.1. Promoção de sistemas de produção agroecológicos e biodiversos
- 7.1.1.2. Organização de bancos vivos de sementes e mudas de espécies nativas
- 7.1.1.3. Mapeamento das comunidades e organizações com boas práticas de manejo dos produtos da sociobiodiversidade
- 7.1.1.4. Campanhas de licenciamento para legalização de projetos produtivos
- 7.1.1.5. Macro-zoneamento dos produtos da sociobiodiversidade

7.1.2. Promoção do Acesso à Tecnologia e Serviços

- 7.1.2.1. Facilitação do acesso dos PCTAF a tecnologias na área de energia renovável para o funcionamento de máquinas e equipamentos
- 7.1.2.2. Criação de capacidade nos laboratórios públicos reconhecidos pelo MAPA/SUASA para análises de produtos da sociobiodiversidade de PCTAFs

7.2. EIXO 2: PROCESSO INDUSTRIAL & AGROINDUSTRIAL

7.2.1. Aprimoramento dos serviços de inspeção e vigilância sanitária

- 7.2.1.1. Realização de campanhas junto aos municípios e estados para a adesão ao SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, priorizando os territórios de PCTAFs.

7.3. **EIXO 3: PROCESSO COMERCIAL**

7.3.1. **Ações para promoção comercial dos produtos da sociobiodiversidade**

- 7.3.1.1. Criação de **feiras permanentes** de comercialização de produtos da sociobiodiversidade
- 7.3.1.2. Criação de **centrais de comercialização** com telecentro instalado para facilitar comércio eletrônico
- 7.3.1.3. Criação de **pólos de recepção** de produtos nativos do extrativismo
- 7.3.1.4. Criação de um **sistema integrado de informação** sobre a oferta, demanda e preços dos produtos da sociobiodiversidade nas diferentes praças

7.3.2. **Ações de apoio à infra-estrutura e logística**

- 7.3.2.1. Otimização da **infra-estrutura e logística** disponível para armazenamento, escoamento e comercialização, especialmente nas localidades de difícil acesso
- 7.3.2.2. Investimento em **infra-estrutura** para criação de capacidade nas cooperativas dos PCTAFs para o pré-beneficiamento, beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade

7.3.3. **Ações de apoio à organização para a comercialização**

- 7.3.3.1. Criação e fortalecimento de **redes de comercialização** dos PCTAFs envolvendo os produtos da sociobiodiversidade
- 7.3.3.2. Criação e fortalecimento de espaços e dinâmicas e **redes de economia solidária** envolvendo os produtos da sociobiodiversidade, articulando organizações rurais e urbanas

7.3.4. **Ações para Valorização dos Produtos da Sociobiodiversidade**

- 7.3.4.1. Realização de estudos e articulação para **criação de um selo/marca social** para os produtos da sociobiodiversidade de cada Bioma
- 7.3.4.2. Desenvolvimento de mecanismos e processos para a **avaliação de conformidade** de produtos e serviços da sociobiodiversidade
- 7.3.4.3. Implementar mecanismos de **remuneração dos serviços ambientais** dos produtos da sociobiodiversidade, incluindo no cálculo do custo de produção dos produtos
- 7.3.4.4. **Articulação** com a Política de Sistemas Estaduais de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária (SECAFs/MDA)

7.4. **EIXO 4: ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA**

7.4.1. **Ações de Apoio à gestão**

- 7.4.1.1. Desenvolvimento de pesquisas sobre **instrumentos de gestão e modelos organizacionais** adequados às especificidades das organizações dos PCTAFs
- 7.4.1.2. Difusão de **informações** sobre as exigências legais para a formalização de empreendimentos
- 7.4.1.3. Simplificar as **normas de criação e funcionamento de organizações** e empreendimentos de PCTAFS

7.4.2. **Ações de promoção do associativismo e cooperativismo solidário**

- 7.4.2.1. Criação de **redes de “animadores locais”** envolvendo os próprios produtores
- 7.4.2.2. Apoio à organização de **redes de intercâmbio de sementes** entre PCTAF
- 7.4.2.3. Realização de campanhas sobre os **arranjos produtivos sustentáveis e solidários**

8. **ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO**

A estratégia de implementação tem como principais elementos:

- Evitar a duplicação de estruturas e iniciativas, valorizando e reforçando o que já existe.
- Articular e fortalecer os espaços, políticas e programas já existentes em torno dos produtos da sociobiodiversidade, buscando a complementaridade entre as ações.
- Buscar a gestão compartilhada, articulando os setores governamental, privado e as organizações sociais, nas escalas federal, regional, estadual municipal, local. Ou seja, o Plano não é de responsabilidade exclusiva do Governo Federal, mas de todos os segmentos interessados no fortalecimento das cadeias produtivas de produtos da sociobiodiversidade.
- Dinamizar redes descentralizadas nos diferentes biomas e territórios
- Criar espaços específicos para a formulação, monitoramento e avaliação continuada das cadeias de produtos da sociobiodiversidade

9. ESTRUTURA DE GESTÃO

9.1. Princípios

Tendo como princípio a gestão compartilhada, descentralizada e a co-responsabilidade entre os diversos segmentos – governo, instituições acadêmicas e de pesquisa, instituições financeiras, setor privado, organizações dos PCTAFs e demais organizações da sociedade civil–, a estrutura de gestão proposta busca: (i) estimular a organização de cada setor em torno da temática, nas diferentes escalas – local, municipal, estadual, regional, federal- e; (ii) estabelecer mecanismos para que estes “agrupamentos setoriais” se **conectem e se articulem**, seja no âmbito territorial ou por áreas de interesse.

Desta forma, a estrutura de gestão sugerida aposta em **fortalecer dinâmicas** e não tem a intenção de criar estruturas verticalizadas ou duplicar Fóruns e Conselhos já existentes. No formato proposto, entende-se que o Governo Federal é um dos segmentos fundamentais para a promoção destas dinâmicas, mas não é o único. No âmbito governamental, as esferas Estaduais e Municipais são fundamentais para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a dinamização de arranjos produtivos locais.

As organizações dos PCTAFs, demais organizações da sociedade civil e os agentes privados têm um papel fundamental na promoção de dinâmicas locais, e são estes processos que alimentarão as demais escalas de ação, incluindo a nacional. Não se implementa um Plano Nacional sem processos locais dinâmicos e articulados, com a participação e envolvimento de todos os segmentos.

9.2. Instâncias de Gestão

A estrutura de gestão proposta estabelece responsabilidades para o conjunto de parceiros nos 3 níveis. A tabela 1 detalha as instâncias e respectivas atribuições.

9.2.1. Nível Nacional

- **Câmara Setorial** das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade composta por representações do governo, representações de redes do setor empresarial, redes de organizações sociais, instituições pesquisa, suporte e fomento
- **Comitê Gestor** no âmbito do Governo Federal (MMA, MDA, MDA, MAPA, MDIC, MCT, MTE), tendo como objetivo executar as políticas deliberadas na câmara setorial e em consonância com as atribuições desta escala de governo.

9.2.2. Nível Regional

- **Grupo Articulador Regional** por Bioma, composto por representantes do governo nas escalas municipal, **estadual** e federal; setor empresarial, organizações sociais, instituições de suporte e fomento,

9.2.3. Nível Local

- **Grupos de Ação** por Cadeia ou Arranjo Produtivo, de acordo com as composto por representantes dos diversos segmentos envolvidos na cadeia e/ou arranjo produtivo, de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas pelo Grupo Articulador Regional do bioma.

Tabela 1: Descrição das instancias de gestão propostas para o Plano Nacional de Promoção das CPS

INSTÂNCIA	ABRANGÊNCIA/ ESFERA	CARÁTER	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
CÂMARA SETORIAL	Nacional	Multissetorial com no máximo 50% de representantes do governo na composição	<p>Governo: Comitê Gestor + ANVISA/MS, INCRA, ICMBio, SFB/MMA, FUNAI, SEAP, SEPPIR, ABDI, CONAB</p> <p>Pesquisa: Embrapa, Universidades</p> <p>Setor Empresarial: Associações representativas</p> <p>Agências de Fomento e Suporte: Banco do Brasil, SEBRAE, BNDES</p> <p>Sociedade Civil: representantes indicados por redes/articulações dos PCTAFs (2 por bioma)</p>	5. Formulação e proposição 6. Planejamento, acompanhamento e avaliação do andamento do Plano 7. Definição de prioridades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por Ato Oficial da Presidência da República ▪ Cada segmento indica seus representantes ▪ Coordenada por 1 membro do Grupo Gestor ▪ Reuniões: Ordinárias (2/ano) e extraordinárias ▪ Custeio: recursos do Plano
COMITÊ GESTOR	Federal	Governamental	MMA, MDA, MDS, MAPA, MDIC, MCT, MTE	1. Articulação das ações de Governo na esfera Federal 2. Operacionalização e implementação de ações de sua responsabilidade 3. Elo de ligação entre a Câmara Setorial e outras instâncias de Governo 4. Organização e Viabilização de reuniões da Câmara Setorial	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por Ato Oficial da Presidência da República ▪ Ministérios Indicam representantes ▪ Reuniões periódicas ordinárias (2 a 3/ ano) e extraordinárias

Continuação Tabela 1: Descrição das instancias de gestão propostas para o Plano Nacional de Promoção das CPS

INSTÂNCIA	ABRANGÊNCIA/ ESFERA	CARÁTER	COMPOSIÇÃO	ATRIBUIÇÕES	FUNCIONAMENTO
GRUPO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL POR BIOMA	REGIONAL por BIOMA: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Amazônia Oriental ▪ Amazônia Ocidental ▪ Cerrado ▪ Pantanal ▪ Caatinga ▪ Mata Atlântica (SE) ▪ Mata Atlântica Sul + Pampa 	Multissetorial	<p>Governo: Gov. Estadual, eventuais Prefeituras engajadas na área, Representações de Órgãos Governo Federal presentes na região</p> <p>Pesquisa: Universidades, Embrapa</p> <p>Setor Empresarial: Empresas e Associações representativas do setor</p> <p>Agências de Fomento e Suporte:</p> <p>Sociedade Civil: representantes indicados por redes/articulações locais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular e animar processos regionais ▪ Elaborar Plano de Ação Regional indicando prioridades e metas ▪ Subsidiar a Câmara Setorial ▪ Indicar representantes para a Câmara Setorial 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por iniciativa dos atores regionais ▪ Reuniões periódicas segundo definições dos membros do Grupo de Articulação
GRUPO DE AÇÃO POR CADEIA	LOCAL, ESTADUAL, REGIONAL	Multissetorial	Atores dos diferentes elos da cadeia (organizações dos PCTAFs, empresas) + ONGs + Prefeituras + Órgãos do Governo Estadual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Articular os diferentes elos da cadeia ▪ Tratar das especificidades da cadeia ▪ Apresentar propostas para o Grupo de Articulação Regional e /ou Câmara Setorial ▪ Identificar gargalos e entraves ▪ Elaborar planos de ação com responsabilidades compartilhadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação por iniciativa dos atores interessados

ANEXO I – Matriz síntese dos principais produtos de cada Bioma indicadas nos Seminários Regionais¹⁵ por ordem de frequência.

Produtos e Serviços		Amazônia Oriental	Amazônia Ocidental	Cerrado	Pantanal	Caatinga	Mata Atlântica Sudeste e ZCM	Mata Atlântica Sul e ZCM	Pampa
1	Artesanato								
2	Frutas nativas								
3	Plantas medicinais e aromáticas								
4	Mel de <i>Apis</i> e derivados								
5	Farinha/mandioca								
6	Pesca artesanal								
7	Ecoturismo / Turismo Rural Comunitário								
8	Plantas Ornamentais								
9	Espécies madeireiras nativas								
10	Óleos								
11	Mel de Meliponas								
12	Castanha-do-Brasil								
13	Corantes, pigmentos								
14	Fibras naturais e cipós nativo								
15	Sementes nativas/crioulas								
16	Açaí								
17	Condimentos, pimentas								
18	Animais silvestres								

¹⁵

O documento que consolida os resultados dos Seminários Regionais traz a matriz detalhada de cada Bioma com indicação das espécies potenciais por cada grupo.

Continuação Anexo I

Produtos e Serviços		Amazônia Oriental	Amazônia Ocidental	Cerrado	Pantanal	Caatinga	Mata Atlântica Sudeste e ZCM	Mata Atlântica Sul e ZCM	Pampa
19	Pinhão da Araucária								
20	Cana – derivados de produção familiar								
21	Borracha								
22	Extratos / seivas vegetais								
23	Carvão vegetal (babaçu),								
24	Quelônios - tracajás, tartaruga								
25	Palmitos - pupunha, açaí, outros,								
26	Produtos culturais indígenas (dança, desenhos, pinturas, música)								
27	Algodão – espécies nativas (produção indígena).								
28	Guaraná								
29	Feijão de praia, amendoim (mandubim),								
30	Árvores e arbustos ornamentais								
31	Serviços socioambiental de base comunitária (vegetação nativa, solo, fauna, água, etc).								
32	Juçara (polpa, palmito, sementes e mudas)								
33	Erva mate de SAF ou manejo de floresta nativa								
34	Raízes								
35	Grãos nativos								
36	Variedade cultural e folclore								

Continuação Anexo I

Produtos e Serviços		Amazônia Oriental	Amazônia Ocidental	Cerrado	Pantanal	Caatinga	Mata Atlântica Sudeste e ZCM	Mata Atlântica Sul e ZCM	Pampa
37	Lã bruta								
38	Banana da terra, Cacau e Café orgânico								
39	Bambu nativo, Taioba, Araruta, Piaçava, Candeia, Taboa, bucha, sapê								
40	Madeiras morta e silvicultura de nativas – pau brasil, angico, ipê, pau ferro, abajerú, etc								
41	Sal (produção artesanal)								
42	Mudas de espécies nativas								
43	Ovino/Caprinocultura com espécies tradicionais;								
44	Avicultura de capoeira;								
45	Algodão Moco								
46	Peixes – isqueiros / coletores de iscas, pescadores artesanais, variedades diversas.								
47	Plantas melíferas								
48	Grãos – arroz selvagem, milho selvagem e semente do fruto da vitória régia.								
49	Animais nativos de cativeiro								
50	Boi Tucura e Cavalo Pantaneiro								

ANEXO 2

PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
1	Adriana Kepka Suhodolak	Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais- PR	Condomínio Vivendas Bela Vista - Mod. E Casa 31- TEL: 61- 3595-1993	73070-000	Sobradinho	DF	ks.adriana@gmail.com
2	Adriana Rivera Brusatin	Organizacional Tritado Cooperacion Amazônica - OTCA -Programa Regional Biocomercio	SHIS Qi 9, Cj 3 Casa 12		Brasília	DF	adriana.rivera@otca.org.br
3	Adriana Soares Carvalho	MMA	SQS 412 BL J Apto 108 - Asa Sul- TEL: 61-3214-8468		Brasília	DF	adriana.carvalho@mma.gov.br
4	Adriano Karipuna	Ass: 205 Povo Indigenas Karipuna – Abytoco	Rua Rui Barbosa nº 1407 Bairro Ritolândia- TEL: 69-9223-8973	78902-240	Porto Velho	RO	adrianatongarei@yahoo.com.br
5	Adriano Zeferino Alves da Silva	SEMA	Centro Administrativo da Bahia- TEL: 71-3115-9815/ 9815-6144	41.650-140	Salvador	BA	adriano.zeferino@semarh.gov.br
6	Alexandre Ferrazoli Camargo	FUNBIO	Largo do Ibam 1 - 6º andar- TEL: 21-2123-5310	22010-000	Rio de Janeiro	RJ	-
7	Alexandro Silva Chaves	Terra Viva	Rua 15 de Novembro 433 São João- 73-3294-1963	45970-000	Itanhém	BA	auxterraviva@yahoo.com.br
8	Almir Xavier de Souza	APRUPE	R. João Pires nº 36-TEL: 63-3369-1294	77610-000	Novo Acordo	TO	-
9	Alvamar Costa de Queiroz	IBAMA	Av. Pinheirais 1042-TEL: 84-3201-5840		Natal	RN	
10	Ana Cristiani de Souza		Setor de Chác. Euler Paranhos R. da Floresta Chác. Nº61	73007-994	Sobradinho	DF	marnanacris@hotmail.com
11	Ana de Carvalho Rudge	Rede Mata Atlântica de Sementes Florestais	Av. N.S de Copacabana 664/706- TEL: 21-9762-9533	22050-001	Rio de Janeiro	RJ	anarudge@gmail.com
12	Ana Luiza Miller	SAF-MDA	SBN Palácio do Desenvolvimento- TEL: 61-2191-9788		Brasília	DF	anamuller@consultor.mda.gov.br
13	Andre Rocha de Camargo	AREDE	Av. Tiradentes 224- TEL: 55-9631-7452	98960-000	Tucunduva	RJ	Chibo@ibest.com.br
14	Andreas Springer Heinze	Cooperação Técnica Alemã - GTZ	GTZ Eschborn, Alemanha		Brasília	DF	andreas.springer-heinze@gtz.de

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
15	Andréia Ingrid Michele do Nascimento	Ministério da Ciência e Tecnologia	Esplanada dos Ministérios, Bloco E sala 289-TEL: 61-3317-8038	70.000-000	Distrito Federal	DF	
16	Andressa Liliane Engers Bratz	ASTRF/Ecomissões/Cresol/Cooperativa	R. Pe Anchieta, 415, Anto 02, Centro, Porto Xavier-TEL: 55-9606-8822	98995-000	Porto Xavier	RS	andressa_lili@hotmail.com
17	Andrew Miccolis	Consultor FAO	Ca. 5 Conj. E BL B SLS 03/09-TEL: 69-9979-6622	71510-970	Brasília	DF	andremiccolis@gmail.com
18	Ângela Cordeiro	Consultora	C.P. 10185- TEL: 48-9434-4543	88.062-970	Florianópolis	SC	acordei@uol.com.br
19	Ângela Karinne Fagundes de Castro	ANVISA	SEPN 511 BI A Bettar 2 2º Andar-TEL: 61-3448-6286	70750-020	Brasília	DF	-
20	Anna Margarida de Lima e Silva	Inst. Palmas	R. Cristinápolis, 31- TEL: 82-3686-1907	57.460-000	Piranhas	AL	annamargarida2003@hotmail.com
21	Antenor Augusto da Silva	Assc. Ind. Terena dos apicultores	Aldeia água Branca R. São Francisco,31-TEL: 67-3258-1042	79.206-000	Aquidauana	MS	antenor.augusto@hotmail.com
22	Antônio G. Volochen	COFAECO	Arroio da Cruz Comunidade-TEL: 42-8809-4683	83900-000	São Mateus Sul	PR	cofaeco@yahoo.com.br
23	Antônio Ilson Bezerra Constantino	AMAVIDA	QD I c 1 Jd. Bela Vista -TEL: 98-3246-4485		São Luís	MA	amavida@amavida.org.br
24	Antonio João Mendes	Movimento Quilombola	Salgueiro (Quilombola Conceição das Cridulas)-TEL: 87-3946-1011	56115-000	Salgueiro	PE	antoniocriaulo@yahoo.com.br / antoniocriaulo////////2hotmail.com
25	Antônio Luiz O. Corrêa da Silva	Codevasf-Mi	SQN 308 I 604	70747-090	Brasília	DF	antonio.luiz@codevasf.gov.br
26	Arthur Yamamoto	Banco do Nordeste do Brasil	SCS Qd 2 Bloco C Ed. Paulo Sarasate 2º Andar-TEL: 61-2102-7611	70317-900	Brasília	DF	arthur@bnb.gov.br
27	Augusto de Andrade Oliveira	CONAB	SCRN, 716 Bloco D Entrada 22 – Asa Norte-TEL: 61-3312-2241	70770-640	Brasília	DF	andrade.augusto@gmail.com
28	Auriane da Conceição Dutra da Silva	FETAG	R. Moacir da Silva Mota nº 1495 Tancredo Neves-TEL: 95-3625-3637	69313-488	Boa Vista	RR	silvaauriane@hotmail.com

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
29	Benedita Varjão Barbosa	Cooperativa Agropecuária de Canudos Uauá Curaçá (COOPERCUC)	Uauá - Distrito de Patamutê s/nº-TEL: 74-3673-1428	#####	Curaçá	BA	-
30	Carla Gualdani	Inst. Amb. Brasil Sustentável - IABS	Cond. Entre Lagos 2 A 8	73255-901	Brasília	DF	-
31	Carlos José Machado Menezes	A Casa Verde	N.R.L.O Rua 10 Chácara 233- TEL: 61-8126-1662	70730-120	Sobradinho	DF	manulengomulungu@yahoo.com.br
32	Cássio Ribeiro Leal Silva	ALANAC	R. Sansão Alvos dos Santos 433 8º Andar-TEL: 11-5506-8522	04571-090	São Paulo	SP	tecnica@alanac.org.br
33	Cássio Trovatto	MDA/SAF	SQS 407, Bloco C SI 205-TEL: 61-2191-9605		Brasília	DF	cassio.trovatto@mda.gov.br
34	Celerino A.Carriconde	Centro Nordestino Medicina Popular	Rua Cleto Campelo-255- TEL: 81-3439-5215	53030-150	Olinda	PE	cele2438@yahoo.com.br
35	Cicero Medeiros Brandão	COOPOUPA	Br 364 Km 7 – TEL: 68-9999-7921		Rio Branco	AC	-
36	Clarita G. Rickli	Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário	SQS 407, Bloco C SI 205	70256-030	Brasília	DF	clarita.rickli@mda.gov.br
37	Cláudia Job Schmitt	Articulação Nacional de Agroecologia	Rua das Cachoeiras nº 09 6º andar- 21-2253-8317		Rio de Janeiro	RJ	
38	Claudia Maye	GTZ	SHIS Qi 9, Cj 3 Casa 12				-
39	Cláudia Regina Ataíde de Paula Santana		Quadra 6 Conj. A Lote 9 Apto A-TEL: 61-9697-7378	73025-060	Sobradinho	DF	cradepaula@hotmail.com
40	Claudia Zulmira Cardoso Oliveira	Banco do Brasil	Qd 2 conj. TEL: 61-3879-7776	73015-616	Sobradinho	DF	claupeixe@hotmail.com
41	Cláudio Henrique da S. Lyrio	IBIO	R. Saturnino José Soares 636- Fátima- TEL: 73-8832-2215	45.600-000	Itabuna	BA	chlyrio@yahoo.com.br
42	Cleide Noêmia Amador de Souza	Prog.Pantanal/Reserva Biosfera do Pantanal	Rua Brigadeiro Machado,386 bl6 apto 211 – TEL: 67-8155-4969/3317-2606	79.000-000	Campo Grande	MS	cleide.souza@mm.gov.br
43	Creulúcia Alves da Silva	Banco da Amazônia	SBS, Quadra 02- TEL: 61-4009-7444	70.070-902	Distrito Federal	DF	lualves07@yahoo.com.br

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
44	Dalci José de Carvalho	Articulação Pacari	Rua Paraíba 430 Bairro do Campo Turmaleira	33660-000	Turmalina	MG	-
45	Dalva Rosa Mansur	IPEDS	Rod. Amaral Peixoto Rm 103 Q 21 L 25 Praia Linda- 22-9265-5703	28940-000	São Pedro da Aldeia	RJ	dalvamansur@ipeds.org.br
46	Daniel Carsalape Queiroga	SEBRAE	SQN 515 Bloco C Asa Norte	70.000-000	Distrito Federal	DF	daniel.queiroga@sebrae.com.br
47	Daniela Macedo Jorge	ANVISA	511 SETOX SI 209 B-TEL: 61-3448-6351		Brasília	DF	daniela.jorge@anvisa.gov.br
48	Daniella C. Vasconcelos	MDA	Com. Quintas do Sol Quadra 9 Conj. F Casa 22-TEL: 61-2191-9860	70000-000	Brasília	DF	daniella.vasconcelos@mda.gov.br
49	Dario Alves de Oliveira	Unimontes	Rua Iolanda Almeida, 256A, Bairro Cidade Nova-TEL: 38-3229-8156	39400-470	Montes Claros	MG	dario.oliveira@unimontes.br
50	David Sudario de Lima Silva	ACESA	R. Magalhães de Almeida 959 cx postal 2-TEL: 99-3621-5939	#####	Maranhão	MA	acesa@lokal.com
51	Débora Cristina Castellani	Natura - Inovação e Tecnologia de Produtos	Rod. Anhangüera Km 30,5 S/N Bairro Polvilho- 11-4446-3206	00775-000	Cajamar	SP	deboracastellani@natura.net
52	Djalma Fernandes de Aquino	CONAB	QSD 30 C 29-TEL: 61-3312-6271	72020-308	Taguatinga	DF	djalma.aquino@conab.gov.br
53	Donizete Tokarski	ECODATA	SCN Qd 1 BI -C Ed. Brasília Trade Center SI 309	70711-902	Brasília	DF	donizee@ecodata.org.br
54	Durval Libânio Netto Mello	Inst. Cabruca	R. do Filtro 30 – TEL: 73-9944-9511	45.653-140	Ilhéus	BA	durvalcabruca@gmail.com
55	Edmilson Torres Ferreira	Assc. Pataxó de Ecoturismo-ASPECTUR	BR 367 KM 77 Cj. Cultural Coroa Vermelha-TEL: 73-8823-4813	45.507-000	Cabrália	BA	
56	Edna Marajoara	SEMA	Silva Santos 102-TEL: 91-3223-0782	66180-220	Belém	PA	marajoara.edna@gmail.com
57	Edson Lopes do Couto	ASSAPEC	Rua Parana, 137 -Centro- TEL: 74-3673-1238	48950-000	Uauá	BA	edsoncoto13666@yahoo.com.br
58	Edvalda Pereira Lins Aroucha	Agendha Bodega da Caatinga	Rua California, 12 Quadra C BNH-TEL: 75-3281-5370	48605-180	P. Afonso	BA	valda.aroucha@afendha.org.br

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
59	Elias Antonio Jorge	M. Saude	Anexo Ala Sa 229-		Brasília	DF	elias.jorge@saude.gov.br
60	Elisângela Sanches Januário	SDT/MDA	Cond. Jardim do Lago G H Casa 5-TEL: 2191-9974		Brasília	DF	elisangela.januario@mda.gov.br
61	Elizete Sherinf Siqueira	RMA - IPEMA	Rua Desembargador Sampaio,40 sl 702/701-TEL: 27-3314-2537	29055-250	Vitoria	ES	elizete.siqueira@gmail.com
62	Ernane Mendonça de Jesus	produtor de açaí	TEL 3777-1163		Ponta de Pedra	PA	-
63	Ernestino Duarte Filho	COOPMEL	Av. Manaus 159 Centro-TEL: 92-9143-6236	69195-000	Boa Vista	RR	duarteivr@gmail.com
64	Ezequiel R. Oliveira	COOPEL	Est. Da Floresta nº5300 –TEL: 68-9223-2921		Rio Branco	AC	ezequiel_ac@hotmail.com
65	Fabiana de Fatima Corrêa Barros	Associação Centro de Tecnologia Alternativa	BR 174, Km 05, Zona RuralTEL: 65-9932-0481-9911-3581	78250-000	Pontes-Lacerda	MT	fabiana.cta@hotmail.com
66	Fabiana Gomes Ruas	INCAPER	R. Horacio Andrade Carvalho nº 6 Ilha do Boi -TEL: 27-3137-9849	29052-620	Vitoria	ES	fabianaruas@incaper.es.gov.br
67	Fabio Chicuta Franco	Agro extrativismo/Dex/Sedr/MMA	SHS 1 27 Conj. 19 Casa 18-TEL: 61-3214-8457	71675-190	Brasília	DF	fabio.franco@mma.gov.br
68	Fábio José dos Reis Oliveira	Associação de Moradores do Campinho - AMOC	Br 101 Km 589 Quilombo do Campinho- TEL: 21-9589-2514	23970-000	Paraty	RJ	fabio_reis27@yahoo.com.br
69	Fábio Pedro Bandeira	UEFS	KM 3 BR 116, CAMPUS UNIVERSITÁRIO S/N- TEL: 75-3224-8292	#####	Feira de Santana	BA	fpbandeira@gmail.com
70	Fabiola Assis de Abreu	ICMBIO	Vila Wesliam Quadra I Casa 4-Granja do Torto	70636-045	Brasília	DF	fabiola.abreu@icnbio.gov.br
71	Fernada F. C. Marques	FUNBIO	Largo do Ibam 1 - 6º andar	22271-070	Rio de Janeiro	RJ	fmarques@funbio.org.br
72	Fernado Coutinho Pimentel Tatajiba	FUNBIO	SQN 415 K 108		Brasília	DF	-
73	Fernando Vieira Pereira	Secretaria de Educação/GDF	QI 03 conj 06 casa 11-TEL: 61-3912-2347	70.000-000	Distrito Federal	DF	ambientarh@yahoo.com.br

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
74	Flávia Perpetua Barbosa	UFU	Av. Israel Pinheiro, Casa 10A		Brasília	DF	flavinhageo@yahoo.com.br
75	Francisca Lustosa	Sind. Dos Trab. Rurais de Tanque do Piauí	Av. Polo Nordeste S/N-TEL: 89-3427-0070	64.512-000	Tanque do Piauí	PI	
76	Francisca Ribeiro de Jesus	Assoc.Mulheres Andirobeiras	TEL: 65-3223-4615/3774-1167		Ponta de Pedra	PA	-
77	Francisco de Assis Silva	ACS Amazônia	Rua dos Girassóis nº20 Vila Humaitá-68-8414-5763	69921-000	Porto Acre	AC	assiscastanha@hotmail.com
78	Francisco dos Anjos Damasceno	CONAB	R. 14 Conj. 02 Casa 2-TEL: 61-3312-2241		Brasília	DF	francisco.damasceno@conab.gov.br
79	Frederico Soares Machado	Secretaria de Florestas - SEF	R. Vesturano Henrique Julião,133 C 4-TEL: 68-9972-0228	69.907-120	Rio Branco	AC	fredericosm@ufla.br
80	Geane de Souza Rodrigues	Ruraltis	Rua Araguaia nº310 Paraíso do Tocantins- TEL:63-3602-1228	77600-000	Paraíso	TO	jeane-to@hotmail.com
81	Gelsí Rosa Siviero	Cooperagrepa	Av. Manoel Ramos s/n-TEL: 66-3534-1884	78505-000	Terra Nova	MT	bioagrepa@gmail.com
82	Gilmar do Amaral	INCRA	SBN Qd 1 ED. Palácio do Desenvolvimento Sala 1511-TEL: 61-3411-7105	70057-900	Brasília	DF	gilmar.amaral@incra.gov.br
83	Gunter Viteri	GTZ	QI 15 Cj 16 Cs 15 Shis -		Brasília	DF	guiteri2003@yahoo.com
84	Gustavo Martins	Ação Nascente Maquiné	Rua Vigário José Inácio, 817 Apto 1-TEL:51-9908-6448	90100-020	Porto Alegre	RS	gustavo.martins@ufrgs.br
85	Heike Friedhoff	Serv.Alemão de Cooperação Téc.e Social	R.Proj. Gondim Filho 71 / TEL: 81-3221-0075	51111-720	Recife	PE	heike.friedhoh@dedbrasil.org.br
86	Henry de Novion	Instituto SocioAmbiental.	SCLN 210 Bloco C Sala 112- TEL: 61-3035-5114		Brasília	DF	henry@socioambiental.org.br
87	Ianelli Sobral Loureiro	CONAB	SGAS 402- TEL: 61-3312-6262	71010-164	Brasília	DF	ianelli.lourenro@conab.gov.br
88	Igor Simdni Homem de Carvalho	Autônomo	Hi 65-712-F-04- 61-8173-9543	70361-756	Brasília	DF	igorshe@yahoo.com

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
89	Igor Teixeira	SAF/MDA	SBN Palácio do Desenvolvimento- 61-9118-1219		Brasília	DF	igor.teixeira@consultor.mda.gov.br
90	Ilma Joaquina do Nascimento	IBAMA	QE 13, Conj D, Casa 43, Guará II- 61-3316-1815	71.050-040	Distrito Federal	DF	ilma.nascimento@ibama.gov.br
91	Iluska Lobo Braga	ADA-AÇAI	Rua Carlos Gomes 2350 São Cristovão-TEL: 69-3229-7180	78902-100	Porto Velho	RO	institucional@kntacai.org.br
92	Inês Claudete Burg	MDA-SAF	SQS Q 1 Ed. Palácio do Desenvolvimento Sala 901-61-2191-9860		Brasília	DF	ines.burg@consultor.mda.gov.br
93	Ingrid Ramos de Farias	Cooperação Técnica Alemã - GTZ/SFB	SCEN Trecho 4 Ed. Sede do Ibama, Bloco H-TEL: 61-3307-7285		Brasília	DF	ingrid.ramos@gtz.de
94	Iracema Pedraça dos Santos	Grupo Amiga da Fronteira	Acentamento Corixinha- TEL: 3223-4615	78200-900	Cáceres	MT	-
95	Iran Farias Mendes	Banco da Amazônia	R. Barão de Mamoré Pass. Jambú 152 Bairro Guamá- TEL: 91-4008-3851	66073-300	Bélem	PA	liranmendess@yahoo.com.br
96	Isabel Beneditti Figueiredo	Instituto Sociedade, População e Natureza	SHIN, QI 1 Conj.1 Casa20- 61-3327-8087		Brasília	DF	isabel@ispn.org.br
97	Isabella Ferreira	SAIC/MMA	SHIW QL 04 Conj. 01 C 08-TEL:	71510-215	Brasília	DF	isabella.ferreira@mma.gov.br
98	Isidoro Salomão	Rede de Comunidades Rurais Senhora do Pantanal - Paroq. C.T	Chácaras Tuiuiú - Beira Rio Abaixo- TEL: 65-9989-1485	78200-000	Cáceres	MT	isidorosalomao@terra.com.br
99	Ivan André Alvarez	Embrapa Semi - Árido	R. Santa Cecilia,65 apto 101-TEL: 87-3862-1711	56304-470	Petrolina	PE	ivan.alvarez@cpatsa.embrapa.br
100	Ivana Silva Sobral Oliveira	Inst. Bio Terra UFS	Av. Dep. Sílvio Teixeira, 1120 ap 403 bl A-TEL: 79-3217-0810	49.025-100	Aracaju	SE	ivanasobral@yahoo.com.br
101	Jácomo Divino Borges	Universidade Federal de Goiás	Rua 1.031 nº 76 Apto 804 Ed. Itapuã Setor Pedro Ludovico-TEL: 62-3521-1536	74823-160	Goiânia	GO	jacomoborges@gmail.com
102	Jane Simoni Silveira	UNB	SGN 415 Bloco D aptº 305- TEL: 61-8173-9543	70.787-040	Distrito Federal	DF	jane_simoni@hotmail.com

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
103	Jean Fernandes dos Santos Júnior	ECOIA	Rua 14 de Julho, 3169-TEL: 67-3324-3230	79.002-333	Miranda	MS	jean@riosvivos.org.br
104	Jeane Ferreira da Silva	Associação das Artesãs de Massarandela	Rua do Campo nº192 Massarandela S. Gonçalo do Amarante-TEL: 84-9920-2973	59290-000	Natal	RN	jeaneartmar.massarandela@gmail.com
105	João Dagoberto dos Santos	ESAIQ – USP (NACE - PTECA)	Rua Tico-Tico 33- TEL: 19-9626-6842	13405-112	Piracicab a	SP	idsantos@esaiq.usp.br
106	João Kninert	ECOCITRUS	São José Maratá – TEL: 51-9958-4667		São José do Sul	RS	-
107	João Luís Homem de Carvalho	UNB	HIGS -712 -F-4-	70361-756	Brasília	DF	-
108	João Matos	BERACA	Rod. Br 316 Km 8 Q 3 L 3-TEL: 91-8802-4946	67030-000	Ananinde ua	PA	joao.masos@beraca.com
109	João Paulo Morita	MMA - CEX	SCLN - 210 Bloco C Apto 217- TEL: 61-8141-7320	70862-530	Brasília	DF	joaomorita@hotmail.com
110	João Saraiva S. Neto	FASER	R. 4 , 116 Bairro Duro- TEL: 82-9993-1704-61-3322-3661	57.046-040	Maceió	AL	saranakm@hotmail.com
111	Jorcelina Ferreira da Conceição	ANSA	Av. Governador José Fragebi. 1050, Vila Nova- TEL: 66-3522-2081/3522-1638	78670-000	São Félix Araguaia	MT	gestararaguaia.com.br
112	Jorg Zimmermann	Cnpq	Av. W3 Norte Q 509 Bl. A-TEL: 61-9983-6546	70000-000	Brasília	DF	zininio@brturbo.com.br
113	Jorge Augusto de Souza Oliveira	Universidade de Brasília	QSF 10 Casa 402	72025-600	Taguat ga	DDF	jorgercc@yahoo.com.br
114	Jorge Getúlio da Silva	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais de Poconé	Av. dos Trabalhadores s/nº Bairro Santa- TEL: 65-9957-1353	78175-000	Poconé	MT	jorgegetulio@hotmail.com
115	Jorge Izidro dos Santos	Mov. Minha Terra	R. Dr. Milton Ramires 18 Trapiche-82-3221-6816		Maceió	AL	
116	José Ademar Batista	SAF/MDA	SQSW 320, BI E Apto 102- 61-2191-9946	70673-205	Brasília	DF	josé.batista@mda.gov.br

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
117	José Airton Mendonça de New	Banco do Nordeste do Brasil	SCS Qd 2 Bloco C Ed. Paulo Sarasate 2º Andar-TEL: 61-2102-7611	70317-900	Brasília	DF	jamendonea@bnb.gov.br
118	José Antônio Alves dos Santos	COOPJAP	Rua Brasília,257 Centro de Japovar TEL: 38-3231-9310		Japonvar	MG	coopjar@ig.com.br
119	José Ivan Mayer de Aquino	Serviço Florestal Brasileiro	SCEN Trecho 4 Ed. Sede do Ibama Bloco H- TEL: 61-3307-7171		Brasília	DF	jose-luan.aquino@florestal.gov.br
120	José Jorge Urpia Lima	SEMA - BA	Cab 3ª AV Plataforma IV, nº 390, Ala Norte, 4º Andar-TEL: 71-3115-6994	#####	Salvador	BA	jorge.urpia@semarh.gov.br
121	José Luiz Vieira da Cruz Filho	Associação Plantas do Nordeste (APNE)	Rua Dr. Nina Rodrigues,265 - Iputinga- 81-3217-4256	50731-280	Recife	PE	jlvieira@gmail.com / suporte@plantasdo-nordeste.org
122	José Valdo Rosa	Associação de Artesãos de Santa Brígida	Povoado Morada Velha Santa Brigida – 75-9116-9854	48570-970	Santa Brigida	BA	-
123	Juliana Almeida Noletto	Centro de Trabalho Indigenista	Condomínio Solar da Serra Quadra 17 Lote 03- 61-3349-7769		Brasília	DF	juliana@trabalhoindigenista.org.br
124	Juliana Elisa Napolitano	CEX/MMA	SQN 316 Bloco J Apto 201-61- 3214-8479	70775-100	Brasília	DF	-
125	Juliano de O. e Silva	UNB -Enfº Florestal	CRS 515 bl B entrda 41 Apto 104	70381-520	Brasília	DF	juja_413@yahoo.com.br
126	Jussara Souza Oliveira	Sema	Av. Boesque da Saude, 841 , ap 94- 65-3613-7327	78050-070	Cuiabá	MT	jussaraoliveira@sema.mt.gov.br
127	Katia Cristina Favilla	MMA	SCRS 514 Bloco B Loja 69 Sala 201		Brasília	DF	katia.favilla@mma.gov.br
128	Katia Gerdzijauskas	APOEMA	Rua Cuiabá nº1-19 Centro	19470-000	Presid. Epitacio	SP	apoema@uol.com.br
129	Kelma Christina Melo dos Santos Cruz	CONAB	SGAS 901		Brasília	DF	kelma.cruz@conab.gov.br
130	Leonel Graça Generoso Pereira	MMA – SBF Dptº Florestas	Espl. Ministérios-BI.B Sala 738- TEL: 61-3317-1095	70068-900	Brasília	DF	leonel.pereira@mma.gov.br
131	Lia Krucken	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais	R. Gonçalves Dias 2319,202- TEL: 31-3291-0341	30140-092	Belo Horizonte	MG	lia.kruper@gmail.com
132	Ligia Nara Vendramin	Sema	Av. Italia q:05 c:09 Jd. Tropical-TEL: 65-3613-7333	78065-120	Cuiabá	MT	lignara@pop.com.br

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
133	Lindolfo Abdalla Jr.	Instituto Chico Mendes	SECN L4 Ed. Sede IBAMA sala 66 – DIUSP-TEL: 3316-1906	70.000-000	Brasília	DF	abdallajra@gmail.com
134	Lucely Moraes Pio	Articulação Pacari	2º Avenida nº113 Centro-TEL: 64-8113-1685	75830-000	Mineiros	GO	
135	Lúcia Fernanda Inácio Belfort	EMBRAPA	SCS Q1 Bloco C Ed. Antenio Venâncio da Silva-TEL: 61-3033-7019	70301-000	Brasília	DF	inbrapi@yahoo.com.br
136	Lucia Lopes	ICMBIO	SHTN Trecho 1 Lote 2 Bloco E/Apto 402- 61-3316-1909	70800-200	Brasília	DF	lucia.lopes@icmbio.gov.br
137	Luciana Soares de Sousa		SHIS QI 28 Conj. 11 Casa 09-		Lago Sul	DF	-
138	Luis Eduardo Sobral Fernandes	Fundação Cepem	Rua Republica do Libano, 630, Ap 420 -TEL: 58-9944-1229/3223-8005	60160-140	Fortaleza	CE	luiseduardosobral@gmail.com
139	Luis Fernando Feijó	Fundação Florestal de São Paulo	Rua do Horto nº 931-TEL: 11-2997-5014	02377-000	São Paulo	SP	lffeijo@fflorestal.sp.gov.br
140	Luiz levi Tomachesni	Fundação Rureco	Bm 277 Rm 348 -TEL: 42-3627-5349	85230-030	Guarapuava	PR	tomacheski@rureco.org
141	Luiz Carlos Rebelatto dos Santos	GTZ	SQSW 101 BI J Apto 301-Sudoeste-TEL: 61-2191-9860	70670-110	Brasília	DF	luiz.rebelatto@gtz.de
142	Luiz Humberto da Silva	SAF/MDA			Brasília	DF	luiz.humberto@consultor.mda.gov.br
143	Maíra Magalhães Lopes	IBENS	Rua Artur de Azevedo,555 Pinheiro-TEL: 62-8147-9922		São Paulo	SP	lopes@ibens.org
144	Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho	Associação Comunitaria Quilombola do Povoado de São Tomé	Rua Meireles nº 138, Centro-TEL: 74-3552-6016(RECADO)/74-8806-7932	44790-000	Campo Formoso	BA	ailtonlagoa@hotmail.com
145	Manoel Alves de Oliveira	APA-TO	Rua João Heitor da Costa 116 Centro-TEL: 63-3456-1407	77960-000	Augustinópolis	TO	apatobico@uol.com.br/manoelprotoger@hotmail.com
146	Manoel Ferreira de Souza	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Rua Antônio Carlos Ribeiro de Andrade nº 194 Bairro: Jardim Liberdade-TEL: 38-9154-4342	39403-298	Montes Claros	MG	agromanoel@yahoo.com.br

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
147	Manoel Francisco Xavier	Assc.de Pesc.rtes.de Iscas de Miranda	R.Rio Grande do Sul, 208-TEL: 67-9936-1427	79.380-000	Miranda	MS	jean@riosvivos.org.br
148	Marcelo Drugg Barreto Vianna	Câmara de Comércio Internacional	Av. Geraldo Justo, 307, 8º Andar-TEL: 11-5186-6259	20021-130	Rio de Janeiro	RJ	marcelovianna@deloitte.com/icc@cn.com.br
149	Marcelo Lacerda	Patri Políticas Publicas	SCN Ed. Libert Mall-Torre A Sala 701-TEL: 61-3327-2606	70712-903	Brasília	DF	marcelo.lacerda@patri.com.br
150	Márcio Mortari	ACEVAM	R. Nascente do Rio Vermelho-TEL: 48-3233-4564	88.060-329	Florianópolis	SC	reciclabs@yahoo.com.br
151	Marco Antônio Corrêa Mota	Centro de Estudos, Formação e Pesquisa dos Trabalhadores do Baixo Amazonas	Av. Tropical nº 496 Bairro da Prainha-TEL: 93-9142-4472	68010-420	Santarém	PA	marquinhomota@yahoo.com.br
152	Marco Antônio R. Pinto	CONAB	Lago Oeste Ruas nº80- 61-3312-6293		Sobradinho	DF	marco.antonio@conab.gov.br
153	Marcos Andrade de Souza	COOPERUNA	TEL: 73-3680-5021/8817-4176	#####	Itabuna	BA	-
154	Marcos José de Arruda Garcia	APEMB Ass.dos Prod. Do Maciço do Baturité	Tvm F Café -TEL: 85-3223-8005	62764-000	Fortaleza	CE	marcosadae@hotmail.com
155	Maria Alves Miranda	Av. Manoel Ramos s/n	Rua 6, Quadra 3, Casa 18 - Bairro Monte Verde- TEL: 65-3223-4615	78200-000	Mirassol D' Oeste	MT	grupodasmargaridas@terra.com.br
156	Maria Antonia Narcisa	SAF/MDA	SBN, Quadra 1 Ed. Palácio do Desenvolvimento 6º Andar Sala 610-61-2191-9860		Brasília	DF	maria.antonio@mda.gov.br
157	Maria Aparecida dos Reis Leondowski	S.T.R	P.A Nossa Senha Apº Gitia 118-TEL: 65-9956-7108	78110-000	Varbeagro	MT	cidinhapresidente@hotmail.com
158	Maria Celeste Emerick	MMA	TEL: 61-3307-7103/3307-7118		Brasília	DF	celeite.emerick@mma.gov.br
159	Maria Consolacion Udry	Ministério da Agricultura - MAPA	Esplanada dos Ministérios Bloco K-Anexo 1 Sala 004A-TEL: 61-3218-2273		Brasília	DF	sol.udry@gmail.com.br

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
160	Maria Denise Barbosa Leal	Centru -MA	Rua Brasil, 794, Nova Imperatriz- TEL:99-3075-7321/8128-4298	65.907-330	Imperatriz	MA	centru@jupiter.com.br
161	Maria Emilia de Barros e Silva	IPA - Instituto de Pesquisas Agronômicas	Av. Gal. San Martim, 1371 – Baugi- TEL: 81-3184-7227/9609-3870	50761-000	Recife	PE	ipa-emilia@ipa.br / milagbarros@hotmail.com
162	Maria Eugenia Ortiz Escobar	Universidade Federal do Ceará - UFCE	Campus do Pici, Dept. Ciência do Solo Bloco 807- 85-8764-1797/3366-9693		Fortaleza	CE	mariaeugenia@ufc.br
163	Maria Fernanda Fonseca	PESAGRO	Rua Euclides Ponte,30-TEL: 21-9176-6417		Nova Friburgo	RJ	mfernanda@pesagro.rj.gov.br
164	Maria Inês da Silva Bento	Associação Mico Leão Dourado	Caixa Postal 109968 TEL: 22-2778-2025/9987-0887	28860-000	Casimiro de Abreu	RJ	assentamento@micoleao.org.br
165	Maria Jocicleide Lima de Aguiar	Rede GTA	Conjunto Universitário 3 Q R Casa 03-TEL: 68-8403-0173	69915-300	Rio Branco	AC	joci@gta.org.br / joci.aguiar@gmail.com
166	Maria Teresinha Ritzmann	AOPA - Rede Ecovida de Agroecologia	RuaGov. Agamenoes Magalhães,nº 173 Ap.1203 B-TEL: 41-8826-5010	80050-510	Curitiba	PR	ma.teresinha@gmail.com
167	Mariella Uzêda	Embrapa Agrobiologia	Rodovia RJ/SP-TEL: 21-2682-1500	23970-000	Seropédica	RJ	mariella@cnpab.embrapa.br
168	Marilene de Campos Almeida	Universidade Federal do Acre	Rua Machado de Assis 218 Floresta Rio Branco -TEL: 68-3901-2680/2681	69906-370	Rio Branco	AC	marilenepz@yahoo.com.br
169	Marilú Milanez Alves	Serviço Florestal Brasileiro/MMA	SQN 415 K 158-TEL: 61-3307-7274		Brasília	DF	marilu.alves@florestal.gov.br
170	Martinho Alves de Anomade Júnior	FUNAI	SEPS 702/902 Ed. Lex-tel: 61-3313-3704		Brasília	DF	martinho.andrade@funai.gov.br
171	Maurício Ferreira Mendes	FASER	Rua 06, Quadra 03, Casa B- Monte Verde-TEL: 65-3223-4615	78200-000	Cáceres	MT	mauricio.fase@terra.com.br
172	Maurício Lins Aroucha	PROJETO MMA/PNUD/EGEF CAATINGA	AV ANDRADE FALCAO, 399 CENTRO-TEL: 75-9191-7896	#####	PAULO AFONSO	BA	linsaroucha@uol.com.br
173	Mauro Corrêa da Costa	Natura Cosméticos	Br 316 Km 20 Itaperucu-TEL: 91-3724-9013	63795-000	Renevide	PA	maurocosta@natura.net
174	Mauro de Bonis Almeida Simões	UDESC	R. Laurindo Januário da Silveira, 5282 02-TEL: 48-3234-4228/8833-1657		Florianópolis	SC	maurodebonis@yahoo.com.br

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
175	Mayk Honnie Gomes de Arruda	ASSEMA	R. da Prainha,551 São Benedito-TEL: 99-3642-2152	65.725-000	Pedreiras	MA	assemacomercio@assema.org.br
176	Miguel Zorgo Hauatelias	SAMBAZON	Rod.Salvador Diniz 1500-TEL: 96-8115-0013	68.925-000	Santana	AP	miguel@sambazon.com
177	Moacir Haverroth	Embrapa	Av. Cerejeira 83 Quadra 25 Casa 31 Loteamento Novo Horizonte -TEL: 68-3212-3219	69918-420	Rio Branco	AC	moacir.haverroth@cpafac.embrapa.br kotanh@gmail.com
178	Mônica Correia D. Araújo	ASSOCENE	R. Leão Coroado 45 - Boa Vista- 81-9915-6000/3465-1467		Recife	PE	monica@assocene.org.br
179	Mônica Martins de Melo	Instituto Chico Mendes Conservação da Biodiversidade	SECN L4 Ed. Sede IBAMA sala 66 – DIUSP-61-3316-1905	70.000-000	Brasília	DF	monica.melo@icmbio.gov.br
180	Mônica Nogueira	A Casa Verde/ Rede Cerrado	CLN 312 BL D Apto 108-TEL: 61-3037-7790	70730-120	Brasília	DF	monica@a-casa-verde.org.br
181	Muriel Saragoussi	MMA-DEX	Esplanada dos Ministérios Bloco B 7º Andar- TEL: 3214-9282		Brasília	DF	muriel.saragoussi@mma.gov.br
182	Oraida Maria Urbanetto de Souza Parreiras	MDA	TEL: 61-2191-9860		Brasília	DF	oraida.parreiras@mda.gov.br
183	Oscar Pardinãs Borreani	ICMBIO	Saain -lh SEE 13141-TEL: 61-3316-1909		Brasília	DF	oscarbxy@yahoo.com.br
184	Pamela Cristina de Mattos Lopes	Projeto Reca	Br 364 Km 1071 S/N Nova California-TEL: 69-3253-1007		Porto Velho	RO	pamela.cristina@gmail.com
185	Patricia a Mie Matsuo	Bio Bras	Rua Coronel Souza Franco 240 Sala 6-TEL: 11-4799-8199		Mogi das Cruzes	SP	biobras@biobras.org.br
186	Paul Joseph Dale	Reserva da Biosfera Da Mata Atlântica	Rua Dos Miranhas 317-11-3918-9014	05434-040	São Paulo	SP	pauldale@uol.com.br
187	Paula Romão de Oliveira	Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação	Qd 12 Conj. J Casa 21 Setor Sul-TEL: 61-2104-4444/8490-1864	72415-610	Gama	DF	pearpaula@gmail.com
188	Paulo Bezerra	AGROTEC	Vereda dos Buritis-Estrada se Pariquera 113-TEL: 64-3689-1165/11-9567-8893	11920-000	Iguapi	SP	phxtobrasil@hotmail.com

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
189	Paulo Brasil Paez	Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais	SAS Quadra 6 Ed. Órgãos Centrais Bloco O 2º Andar-TEL: 61-3414-5445	70070-912	Brasília	DF	paulo.paez@integracao.gov.br
190	Paulo César Nunes	PNUD	Av. Filinto Muiler, 1095-TEL: 65-3025-4331	78000-000	Cuiabá	MT	paulojuruema@hotmail.com
191	Paulo Gabeto	MMA	Esplanada dos Ministérios Bloco B 7º Andar Sala 725	70060-900	Brasília	DF	paulo.martinez@mma.gov.br
192	Paulo Robson de Souza	UFMS	R.Lago Paranoa,160-TEL: 67-3345-7329	79.070-340	Campo Grande	MS	paulorobson.souza@gmail.com
193	Plácido Costa Júnior	PNUD	Rua 15 Casa 06 Quadra 23 Ed. Universitario -TEL: 65-3025-4331	73075-950	Cuiabá	MT	-
194	Poliana de Almeida Francis	ICMBIO	N.R Lago Oeste Rua 18 Ch. 24-TEL: 61-9189-2538	73100-000	Sobradinho	DF	poliana.tapojos@yahoo.com.br
195	Rachel Cossich Furtado	INCRA	S.Bn 15º Andar Sala 1514 - Ed. Palácio do Desenvolvimento-TEL: 61-3411-7471		Brasília	DF	rachel.cossich@incra.gov.br
196	Rafaella Silva de Carvalho	MMA	SQS 107 Bloco D Apto 405-TEL: 3214-8437	70346-040	Brasília	DF	rafaella.carvalho@mma.gov.br
197	Raphael Medina Ribeiro	INCRA	Av. Israel Pinheiro, Casa 10A		Brasília	DF	raphatequila@yahoo.com.br
198	Rejane Maria Sales Andrade	MDA			Brasília	DF	-
199	Renata Daniella Vargas	IBAMA	R.Padre João Crippa,753-TEL: 67-3317-2605	79.002-320	Campo Grande	MS	renata.vargas@icmbio.gov.br
200	Ricardo Russo	GTZ/CEX	QE 3 Conj. E Casa 25-61-3307-7285	71020-053	Guara 1	DF	rrussobsb@uol.com.br
201	Roberto Antônio Maia	AMBIG	Rua Salomão Rezende 560-TEL: 24-9948-3235	23900-000	Angra dos Reis	RJ	ambig-angra@ig.com.br
202	Roberto de Lara Haddad	IPE	R. do Trabalho 171-11-7121-3658	13418-220	Piracicaba	SP	roberto_haddad@hotmail.com

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
203	Rogério de Oliveira Costa	Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários Sustentável/ Unemat	R. Santo Antonio, 607 Cavalhasa 2 - TEL: 65-9989-7729	78200-000	Cárceres	MT	rogeriobiologia13@yahoo.com.br
204	Rogério Nevway	CONAB	61-3312-6374		Brasília	DF	rogerio.nenway@cone.gov.br
205	Ronaldo de Souza Viana	COOPERMAR	R. Jose Sebastião nº 60 Marina-TEL: 24-9817-3400/3365-3110	23900-000	Angra dos Reis	RJ	ambig.angra@ig.com.br
206	Ronaldo Silva Sousa	AAPPC	R. São José 139 Alto da Colina-TEL: 99-8125-7194/3531-8222	#####	Carolina	MA	aappe.ma@gmail.com
207	Rosana Aparecida Cândido Pereira	IBAMA/MS	Rua Firmo de Matos, 479-TEL: 67—3231-6096	79.331-070	Corumbá	MS	rosanacandidopereira@yahoo.com.br
208	Rosana Claudino da Costa Sampaio	CEPPEC	Assentamento Andalucia,It 36-TEL: 67-9605-0038	79.220-000	Nioaque	MS	contatoceppec@org.br
209	Rosane Juraci Bastos Gomes	CEPPEC	R. Bertoga,208-TEL: 67-3347-3130	79.080-690	Campo Grande	MS	rosane-b@uol.com.br
210	Rosilene Oliveira da Silva	Associação de Mulheres	Rua Alvaro Costa nº 303 Distrito de São Carlos Baixo Madeira-TEL: 69-234-1204		Porto Velho	RO	-
211	Rozangela Batista Rodrigues	ECOIA	Rua 14 de Julho, 3169-TEL: 67-3324-3230	79.002-333	Campo Grande	MS	rozangela@riosvivos.org.br
212	Sandra Regina Afonso	MMA -Consultora	SHCEN 703 Bloco I Apto 202-TEL: 61-3214-8400	70710-730	Brasília	DF	afonsandre@gmail.com
213	Sérgio Alberto de Oliveira Almeida	Serviço Florestal Brasileiro/LPF	Ed.Sede Ibama-TEL: 61-3316-1523		Brasília	DF	seralm44@hotmail.com
214	Sérgio Cantuária	MMA/DEX	SQN 408 Bloco B 307- TEL: 3214-8401/21-8189-3313		Brasília	DF	scantuarua@yahoo.com.br
215	Sérgio Gonçalves	IDAM	Av. Buriti, 5060 Distrito Industrial-TEL: 92-9996-3142	-	Manaus	AM	sgoncalves@ufam.edu.br
216	Sergio Luiz Camargo	Natura Cosméticos	Rod. Anhangüera Km 30,5 S/N -TEL: 11-4446-3142	07750-000	Cajamar	SP	sergiocamargo@natura.net

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
217	Sérgio Torocchi	Natura Cosméticos	Aor Anhanguera 30,5 Km -TEL: 11-4446-2485		Cajamar	SP	sergiotolocchi@hotmail.com
218	Silvana Bastos	Associação Serra Acima	R. Cel Macedo 340 Centro- TEL: 12-3111-1744	12530-000	Conha	SP	silvana.bastos@serraacima.or.br
219	Sílvia Barguil	INCRA Sede	TEL: 3411-7200		Distrito Federal	DF	silvia.barguil@incra.gov.br
220	Sílvia Helena de Souza Ferrari	Ater Indígena/MDA	SBN Quadra 1 Bloco D Palácio do Desenvolvimento-TEL: 61-2191-9942		Brasília	DF	silvia.ferrari@mda.gov.br
221	Silvia Luciane Basso	Fundação de Tecnologia do Estado do Acre - FUNTAC	Trav. Tapagós 97-TEL: 68-8406-6077	67200-000	Rio Branco	AC	silvia.bassos@ac.gov.br
222	Sílvio José Rossi	INSA	R. Antônio Barbosa de Menezes, 307 apto 604 TEL: 83-3247-1523/8845-8812	58.104-280	Campina Grande	PB	silviojrossi@yahoo.com.br
223	Sílvio Porto	CONAB	61-3312-6379		Brasília	DF	silvio.porto@conab.gov.br
224	Simone L. Machado	Ins. Jardim Botânico	Estancia dos Colibris s/nº Vila Nova-TEL: 27-3259-1182/9819-8657	29.650-000	Sta Teresa	ES	silimachado@gmail.com
225	Simone Yuri Ramos	CONAB	TE: 3312-6250	-	Distrito Federal	DF	simone.ramos@conab.gov.br
226	Sokaia Knez	GTZ	Tv. do Chaco 2232 Tv. Lomas Valentinas 2717-TEL: 99-3276-2208	66095-770	Belém	PA	-
227	Sonja Mayra Riqlehi	MMA	SQN 216 BI C Apto 501-TEL: 61-9977-8893/3307-7120	70875-030	Brasília	DF	-
228	Stefano Ilha Dissiuta	Instituto Morro da Cutia de Agroecologia	Rua 06, Quadra 03R. Carlos Gustavo 19hm 71-TEL: 51-3649-6087	95780-000	Monte Negro	RS	stefano@morrodacutia.org
229	Thiago Martins Bosch	Ibama	SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama, Bloco H-TEL: 61-3316-1258	70818-900	Brasília	DF	thiago.bosch@ibama.gov.br
230	Thomas Jaeschhe	Serviço Alenão de Cooperação Técnica e Social - DED	Rua Joaquim Felipe 101-TEL: 85-9905-3233	50050-340	Fortaleza	CE	thomas.jaeschhe@dedbrasil.org.br
231	Ticiano Rodrigo Almeida Oliveira	Universidade do Estado da Bahia	Avenida Bahia,482, Bairro Alves de Souza-TEL: 75-3281-6585	48608-171	Paulo Afonso	BA	ticiano.rodrigo@gmail.com

NUM.	NOME	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO	CEP	MUNIC.	UF	E-MAIL
232	Vandite Suely D. Guimarães	Ibama	SHIS QI 3 Conj. 6 Casa 11-61-3316-1813		Brasília	DF	vandite@pop.com.br
233	Vandré Geraldo Monteiro	DEMA-MMA	Esplanda dos Ministérios Bloco B Sala 924-TEL: 61-3317-1976		Brasília	DF	vandre.monteiro@mma.gov.br
234	Vânia Maria Lourenço Sanches	ITCP/COOP/UFRJ	R. Pedro II, 1468-Centro-86-3323-0357	64.200-420	Parnaíba	PI	vania.sanches@gmail.com
235	Vincenzo M. Lauriola	FUNAI - CGPMA	SEPS 702/902		Brasília	DF	vincenzo.lauriola@funai.gov.br
236	Wellington Rebgekil		R. Souza 73-TEL: 11-6643-5026	03707-000	São Paulo	SP	-
237	Yandra Fontis Bastos	PDA/MMA	SQS 103 Bl. E Apto 31 – Asa Sul-61-3214-8443	70342-050	Brasília	DF	-
238	Zelita Maria Santos Rocha	Fitovida – ONG	Rua Arueira nº356-TEL: 84-3208-2150		Natal	RN	zelrocha@yahoo.com.br
239	Zenilda Medeiros Brandad	COOPHPNPA	Q 05 Rua 125 Casa 2		Rio Branco	AC	-
240	Zilma Patrícia Dias do Nascimento	IDEFLOR	Av. Boa Ventura da Silva 1591 Umarizal-TEL: 91-3226-8720	66060-060	Belém	PA	zilma.nascimento@ideflor.pa.gov.br

ANEXO 3

IMAGENS DO SEMINÁRIO NACIONAL











ANEXO 4

PALESTRAS NIVELADORAS



Estratégia Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

Cláudia Calório – DEX/MMA

Brasília, 18 de julho de 2008

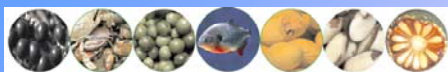
Ministério do Meio Ambiente
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Ministério do Desenvolvimento Social



Por que uma política específica para os produtos da sociobiodiversidade ?

Somos um país megadiverso que não utiliza seu potencial:

- Maior riqueza de espécies do globo (cerca de 20%)
- Ca. de metade do território coberto por vegetação nativa
- Sociodiversidade – Povos e Comunidades Tradicionais com vocação para o uso sustentável do recursos naturais



Importância

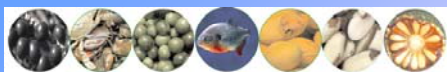
Possibilidade de atendimento de necessidades básicas do país, que integrada às várias dimensões do Desenvolvimento Sustentável:

- Crescimento econômico
- Conservação dos recursos naturais por meio do seu bom uso
- Inclusão social
- Respeito às especificidades culturais



Produtos da Sociobiodiversidade Definição em construção

Bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.



Produtos da Sociobiodiversidade Exemplos:

- ✓ Produtos finais: cosméticos, fitoterápicos, fármacos, artesanatos, alimentos...
- ✓ Matérias primas de diversas naturezas: resinas, látex, fibras...
- ✓ Madeiras de manejo comunitário;
- ✓ Turismo de base comunitária;
- ✓ Serviços ambientais gerados nos territórios de Povos e Comunidades Tradicionais.



Estratégia Nacional para Promoção de Produtos da Sociobiodiversidade

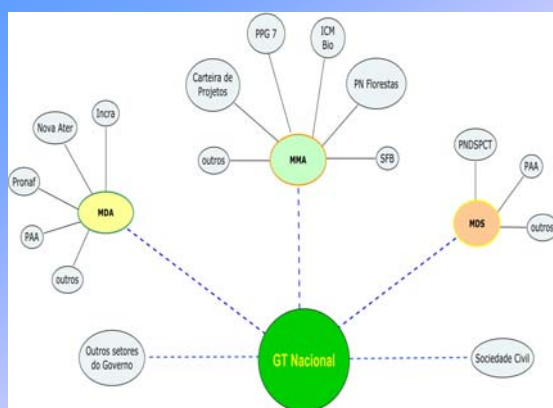
- Promoção de parcerias multiinstitucionais com atores públicos e privados
- Enfoque sistêmico e participativo: promoção de ambientes de diálogo para articulação nos níveis nacional, regional e local
- Execução descentralizada
- Estratégia nacional integrada considerando as especificidades regionais



Nível Macro: políticas públicas

- 7 Seminários Regionais: consulta aos atores para discussão e aperfeiçoamento da estratégia nacional (cerca de 800 pessoas)
- Diálogo com setor empresarial
- PN baseado em propostas dos atores nos 7 SRs: infraestrutura, financiamento, informação, comunicação, capacitação, marco regulatório, apoio em todas as etapas das cadeias.

Instrumento de articulação nível macro: Câmara Setorial/Comitê Gestor do Plano



Nível meso: promoção de ambiente institucional favorável (ATER, PD&I, apoio/fomento/crédito, capacitação etc)

- Identificação de parcerias para apoio/fomento
- Foco em formação de competências em metodologias participativas para apoio/fomento a cadeias

→ **Instrumento de articulação do PN no nível meso:** Grupos de articulação regionais - formados pelos gov estados, ONGs, instituições de apoio/fomento, ICTs, etc)

- Execução do Plano e identificação de cadeias/APLs prioritários

Integração do Nível nacional com as regionais



Nível micro: arranjos produtivos locais

- Análise/intervenção em cadeias e APLs prioritários
- Ações de apoio/fomento sistemático e articulado com atores regionais
- Convergência das políticas/programas existentes nos territórios

→ **Instrumento de articulação do PN no nível micro:** Grupos de Gestão formados principalmente pelos operadores das cadeias (setor produtivo comunitário e empresarial)

Integração do Nível regional com os APLs



Seminário Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade:
Agregação de Valor e Consolidação de Mercados
Sustentáveis



Maria Cecília Martins Brito
Diretora da Anvisa
Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Vigilância Sanitária e Saúde Pública

Poder de Polícia – Direito Sanitário

A saúde das coisas que interferem na saúde das pessoas.

“CONSCIÊNCIA ÉTICA DA SAÚDE” “O BRAÇO AVANÇADO DO DIREITO À SAÚDE” DALMO DALLARI



Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

DESASTRE, ACIDENTE OU CRIME?

“Crime culposo”

(Dalmo Dallari)

Imprudência, negligência ou imperícia

Vigilância Sanitária

- Prevenir, reduzir e eliminar riscos à saúde
- Tem natureza preventiva, prioridade constitucional
- É estratégia para um modelo de atenção
- Tem caráter intersetorial
- Interfere em 25% do PIB
- Sua história esta ligada a função reguladora do Estado X mercado e consumo de bens e serviços

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Complexidade e abrangência

- População de 187.017.118
- Área de 8.514.876,599Km²
- 27 Unidades da Federação
- 5.560 Municípios

Fonte: IBGE, 2008. www.ibge.gov.br. Acesso em 10 de junho de 2008.



Fonte: Imagem de Felipe Mearns, disponível em http://commons.wikimedia.org/wiki/Arquivo:Brasil_01.jpg#/media/Arquivo:Brasil_01.jpg. Acesso em 10 de junho de 2008.



Natureza do Trabalho

- Avaliação do Risco:**
 - Natureza científica,
 - Uso de base de dados para definir efeitos de uma exposição,
 - Mede o risco associado.
- Gerenciamento do Risco:**
 - Caráter político-administrativo; decide o que fazer com o risco avaliado.
 - Pondera alternativas e soluciona a ação regulatória;

Comunica o risco

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Princípio da Subsidiaridade

Responsabilidade Solidária

Responsabilidade Complementar

Responsabilidade Local

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

ATIVIDADES REGULADAS PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RISCO AO MEIO AMBIENTE

RISCO AO TRABALHADOR

RISCO AO CONSUMIDOR

PARA CADA GRUPO DE RISCO ANALISAR E PONDERAR

COMPORTAMENTO DO FENÔMENO

AMPLITUDE EPIDEMIOLÓGICA

MAGNITUDE SÓCIO-AMBIENTAL

TRANSCENDÊNCIA DO RISCO NO IMPACTO COLETIVO

GOVERNABILIDADE TÉCNICA

GOVERNABILIDADE METODOLÓGICA

EMERGÊNCIA

GOVERNABILIDADE EPISTEMOLÓGICA

Instrumentos de Atuação

- Regulamentação
- Inspeção Sanitária
- Monitoração de Qualidade
- Educação Sanitária
- Comunicação em Saúde

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

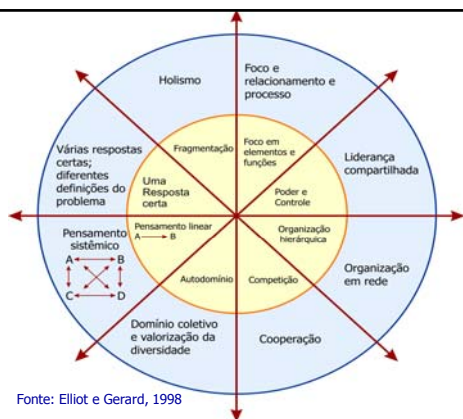


ABATE CLANDESTINO



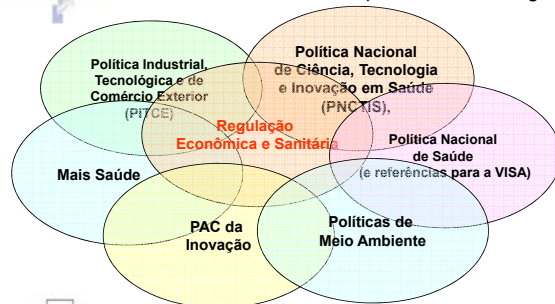
- ICMS
- Contratação de RT
- O couro

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa



Anvisa

Complexidade e abrangência



Anvisa

Objetivos estratégicos



EM 2007, TRÊS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS CONDUZIRAM AS AÇÕES DA ANVISA: O FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO DO SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, A MELHORIA DO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO DA AGÊNCIA E O FOMENTO À PRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório de Atividades - 2007. Brasília, Anvisa, 2008.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Anvisa

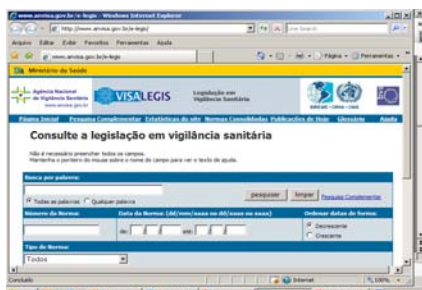
Processos de produção e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade: Exigências legais

- Existência de competências compartilhadas com outros órgãos;
- Legislação e competências de Vigilância sanitária: Sistema Nacional de Vigilância Sanitária;
 - ✓ Estabelecimentos: Alvará ou licença sanitária (vigilância sanitária estadual/municipal e Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE (exceto para estabelecimentos produtores de alimentos)
 - ✓ Produtos: alimentos processados/industrializados – comunicação ou registro; medicamentos, cosméticos e saneantes: notificação ou registro.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Anvisa

Legislação



Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Anvisa

Legislação



Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Anvisa

Legislação

Participação da Anvisa:

- Redação do Decreto que regulamenta a Lei nº. 10.831, de 23 de dezembro de 2003 - **Lei da Agricultura Orgânica**, de forma a alcançar concordância entre os setores de agricultura e saúde especificamente no condizente a insumos para a agricultura orgânica, inclusive os agrotóxicos permitidos.
- Participação, desde 2005, nos grupos de trabalho para elaboração de **Instruções Normativas sobre produtos orgânicos e pequenos cultivos**, junto ao MAPA, visando a regulamentação e incentivo deste tipo de agricultura no país por meio da simplificação as exigências legais para os processos de certificação desses produtos.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Anvisa

Regulamentação



A REGULAMENTAÇÃO OU O ESTABELECIMENTO DE NORMAS SANITÁRIAS ORGANIZA O MERCADO E INDUZ COMPORTAMENTOS EM BENEFÍCIO DA COLETIVIDADE, RESPEITANDO OS LIMITES DA LEI E OS COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS.



PARA APRIMORAR A ATIVIDADE DE REGULAMENTAÇÃO, A DIRETORIA COLEGIADA DA ANVISA APROVOU, EM DEZEMBRO DE 2007, O PROGRAMA DE MELHORIA DO PROCESSO DE REGULAMENTAÇÃO.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório de Atividades - 2007. Brasília, Anvisa, 2008.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Anvisa Regulamentação

Ganhos institucionais esperados com o Programa:

- melhor gerenciamento do processo de elaboração normativa, por meio de sete etapas: identificação do problema, elaboração da solução, avaliação do impacto, escolha de alternativas, elaboração da norma, divulgação e implementação;
- melhor articulação das áreas técnicas relacionadas ao processo e aproveitamento do potencial institucional;
- avaliação do impacto interno e externo da produção normativa;
- instituição do debate interno antes da publicação e divulgação das propostas da Agência;
- fortalecimento das consultas e audiências públicas, com maior participação da sociedade;
- institucionalização do procedimento de proposição de normas à Diretoria Colegiada; e
- racionalização da produção normativa.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Anvisa Regulamentação

Etapas do novo processo:

- Iniciativa (proposição)
- Elaboração da proposta
- Consulta Prévia (interna)
- Avaliação Impacto Regulatório (AIR)
- Análise jurídica
- Deliberação preliminar da DICOL
- Consulta Pública
- Audiência Pública
- Proposta final
- Deliberação final da DICOL
- Publicação
- Divulgação, implementação e acompanhamento
- Compilação e consolidação

Anvisa Farmacopéia Brasileira

Proposta de trabalho:

- Elaboração de marcadores de substâncias fitoterápicas: padrões de plantas medicinais cujas propriedades podem ser de relevante atuação farmacêutica no país e integrante das políticas nacionais de práticas integrativas e complementares do SUS;
- Revisão de monografias de plantas medicinais.

ALIMENTOS

- AÇAÍ
- BERI-BERI
- PREBAF
- PANVET
- TRANSPORTES
- EDUCAÇÃO POPULAR
- COMIDA DE RUA
- SALMONELA
- RCVISA

Anvisa Toxicologia

- Priorização da análise dos pleitos de registro de produtos agrotóxicos de baixa toxicidade tais como os produtos biológicos e outros que são utilizados na agricultura orgânica, assim como a simplificação das exigências técnicas para o registro dos mesmos (Instruções Normativas Conjuntas nº 1, nº 2 e nº 3).

Programa de Análise de Resíduos de Alimentos (PARA)

Alcance Nacional

- 2001 – 4 estados
- 2005 – 16 Estados
- 2007 – 25 Estados
- 2008 – todo o país

Recursos investidos

De 2001 a 2006: cerca de 10 milhões de reais

Resultados

De 2002 a 2007: Realizou mais de 600 mil Análises de 92 princípios ativos de Agrotóxicos em cada uma das amostras coletadas em 16 estados.

<http://www.anvisa.gov.br/toxicologia/residuos/index.htm>

Anvisa Toxicologia

- Realização do **Seminário Nacional e Agrotóxicos, Saúde e Ambiente**, que promove um debate sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde humana notadamente sobre trabalhadores rurais e consumidores, com ampla participação da sociedade civil organizada, com o objetivo de orientar as ações do Setor Saúde neste campo.
- Participação com um representante e um suplente no **Grupo da Terra** coordenado pelo Departamento AGEP/SGEP/MS cujo objetivo é elaborar e implantar uma **Política de Saúde para os Povos do Campo e da Floresta**.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Anvisa Participação Social

consultas públicas

Nos seus nove anos de atuação, a Anvisa realizou 838 consultas públicas, que envolveram os mais diversos temas e todas as áreas reguladas pela Agência, como Alimentos, Laboratórios e Medicamentos. Isso inclui desde propostas de regulamento para agrotóxicos até o comércio em farmácias e drogarias. As consultas públicas permitem que a sociedade se manifeste e contribua para a definição dos atos regulatórios da Vigilância Sanitária e que a Anvisa obtenha informações atualizadas sobre as necessidades sociais.

Audiências públicas

As audiências públicas realizadas pela Anvisa são reuniões abertas à população. Representam uma oportunidade de ampliar a discussão de assuntos de grande destaque ou impacto sócio-econômico, como propostas de regulamentos que tiveram participação expressiva em consultas públicas. Por meio desse espaço, a instituição recebe sugestões e críticas, e promove a reflexão e a troca de informações. Esse instrumento aperfeiçoa a gestão pública, na medida em que colabora para aproximar a Agência dos interesses coletivos.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório de Atividades - 2007. Brasília,

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Audiências Públicas realizadas no Congresso Nacional, em 2007, com a participação da Anvisa

- Adulteração do leite
- Risco do álcool líquido para o consumidor
- Boas Práticas Farmacêuticas em farmácias e drogarias
- Educação alimentar
- Fracionamento de medicamentos
- Importação de medicamentos similares
- Marco regulatório em vigilância sanitária
- Medicamentos de alto custo
- Obesidade infantil
- Procedimentos terapêuticos e dispensação de medicamentos pelo SUS
- Ouvidorias
- Propaganda de medicamentos
- Propriedade intelectual e patentes
- Relatório de Atividades da Anvisa
- Saúde músculo-esquelética

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório de Atividades - 2007. Brasília, Anvisa, 2008.

Anvisa

Participação Social

Câmaras setoriais

As câmaras setoriais estão entre os canais de diálogo e transparência criados pela Anvisa com o intuito de intensificar o debate acerca de seu processo regulatório. As dez câmaras instaladas (Tabela 17) constituem espaços de participação social em que representantes de órgãos públicos, da sociedade civil e do setor produtivo reúnem-se para debater assuntos estratégicos e subsidiar as decisões da Diretoria Colegiada da Agência.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório de Atividades - 2007. Brasília, Anvisa, 2008.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Anvisa

Participação Social

Tabela 17: Câmaras setoriais e número de reuniões realizadas

Câmara Setorial	2005	2006	2007
Alimentos	-	1	2
Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados	-	1	3
Saneantes	-	1	1
Sangue, Outros Tecidos, Células e Órgãos	-	1	1
Medicamentos	1	3	2
Toxicologia	1	2	1
Propaganda e Publicidade	1	2	2
Produtos para a Saúde	1	2	1
Serviços de Saúde	1	2	1
Cosméticos	1	2	1
Total	6	17	15

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa

Anvisa

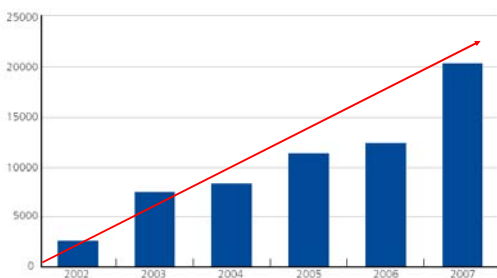
Participação Social

Ouvidoria

A Ouvidoria da Anvisa existe desde 1999 e atua de forma independente, sem subordinação hierárquica à Agência, contando, porém, com amplo apoio institucional. O ouvidor é indicado pelo ministro da Saúde e nomeado pelo presidente da República para um mandato de dois anos, sendo possível uma recondução.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório de Atividades - 2007. Brasília, Anvisa, 2008.

Gráfico 16: Demandas anuais da Ouvidoria



Para aprimorar o acesso às informações e estreitar o relacionamento com a sociedade, a Ouvidoria da Anvisa desenvolveu, em 2007, uma série de estratégias envolvendo as Vigilâncias Sanitárias estaduais e municipais e as Ouvidorias do SUS e de outros órgãos públicos, como as agências reguladoras e a Controladoria Geral da União.

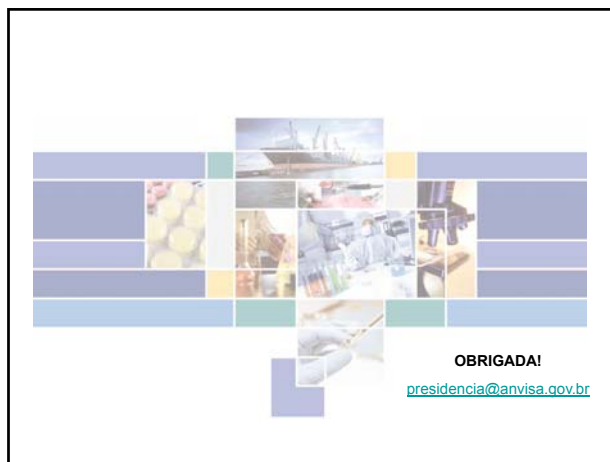
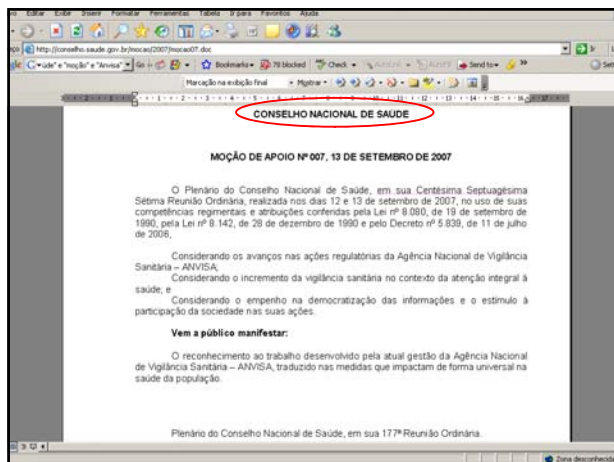
Anvisa

Participação Social

Conselho Consultivo

É um órgão colegiado formado por representantes de instituições da administração pública, da sociedade civil organizada, da comunidade científica, de entidades de classe e dos secretários estaduais e municipais de saúde (ver a atual composição do Conselho Consultivo no Quadro 7). O Conselho acompanha e aprecia o desenvolvimento das atividades realizadas pela Agência, solicitando informações e propondo ações. Em 2007, seus integrantes, que iniciaram novo mandato, reuniram-se em dezembro (27ª Reunião Ordinária) para definir a agenda de temas estratégicos, com foco no SNVS. As reuniões acontecem a cada três meses, sob a presidência do ministro da Saúde ou de seu representante legal.

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório de Atividades - 2007. Brasília, Anvisa, 2008.



Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

LEGISLAÇÃO DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO DE BENEFÍCIOS: SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS.

O ESTADO DA ARTE DAS POLÍTICAS REGULATÓRIAS INCIDENTES NAS CADEIAS DE PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE
Brasília- DF, 16/07/2008.

Maria Celeste Emerick
Diretora do Departamento do Patrimônio Genético

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Roteiro

- Contextos: Internacional e Brasileiro;
- Arcabouço Legal Vigente;
- Anteprojeto de Lei de Acesso e Repartição de Benefícios.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Contexto Internacional

- ✓ Novas tecnologias, último quartel do século XX: **impacto nas regulamentações**: propriedade intelectual, biossegurança, bioética, biodiversidade, inovação. Discussões no âmbito da OMC, TRIPS, OMPI, CDB, FAO, UNESCO.
- ✓ **Fortalecimento** do Sistema Internacional de Propriedade Intelectual.
- ✓ **Construção** de um arcabouço internacional sobre biodiversidade: Convenção da Diversidade Biológica.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Biodiversidade e Economia

- Mercado mundial de **produtos farmacêuticos**
US\$ 400 bilhões/ano (40% derivados da biodiversidade)
- Mercado mundial de **enzimas industriais**
US\$ 3.6 bilhões/ano
- Mercado mundial de **cosméticos**:
US\$ 167 bilhões/ano

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Grupo de Países Megadiversos X Endemismo

País	Endemite species (approx.)
Brazil	18000
Indonesia	16000
South Africa	15000
Colombia	14000
Australia	13000
PNG	12000
Mexico	11000
China	10000
Philippines	9000
Madagascar	8000
India	7000
Malaysia	6000
Venezuela	5000
Peru	4000
Ecuador	3000
USA	2000
DRC	1000

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

A Megadiversidade do Brasil

- ✓ Entre os países de Megadiversidade, o Brasil possui **15 a 20% da biodiversidade terrestre**.
- ✓ Brasil contribui com **três das Grandes Regiões Naturais**: Amazônia, Pantanal e Caatinga.
- ✓ **Megadiversidade cultural** (conservação e uso sustentável dos recursos naturais): mais de 220 povos indígenas (180 linguagens) e mais de 20 comunidades tradicionais não indígenas.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Like Minded Megadiverse Countries - LMMC

Brasil é o atual presidente do grupo!

Nota: não contém EUA e Austrália!

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Roteiro

- Contextos: Internacional e Brasileiro;
- Arcabouço Legal Vigente;
- Anteprojeto de Lei de Acesso e Repartição de Benefícios.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Antecedentes:

Objetivos:

- Conservação
- Uso sustentável
- Repartição de benefícios

> Decreto Legislativo nº 2/94 – Aprova texto CDB.
 > Decreto nº 2.519/98 – Promulga a CDB.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Conservação, Uso Sustentável e REPARTIÇÃO BENEFÍCIOS

Artigo 3 → SOBERANIA NACIONAL
Artigo 15 → RECURSOS GENÉTICOS
Artigo 8j → CONHECIMENTOS TRADICIONAIS ASSOCIADOS

Legislação Nacional

PATRIMÔNIO GENÉTICO

Plantas, animais, fungos e microorganismos

Genes
 Biomoléculas
 Extratos

Produtos comerciais

Fármacos
 Cosméticos
 Cultivares

Valor estratégico

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente

Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Marco Legal vigente no Brasil:

Medida Provisória 2.186-16 (2001)

- Escopo/Conceitos
- Normatização
- Resultados da Implementação

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Trata de:


- ✓ Acesso e a Remessa de Componente do **Patrimônio Genético**;
- ✓ Acesso a **Conhecimento Tradicional Associado** ao Patrimônio Genético;
- ✓ **Repartição** justa e equitativa dos **benefícios** gerados na exploração de ambos.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Prevê autorização para 3 finalidades:

- ✓ Pesquisa científica
- ✓ Bioprospecção
- ✓ Desenvolvimento tecnológico

Conceitos fundamentais:
Patrimônio Genético (PG)



→ É a informação de origem genética contida em amostras do todo ou de parte de espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, **na forma de moléculas ou substâncias** provenientes do metabolismo destes seres vivos e de extratos obtidos destes organismos vivos ou mortos (art. 7º, inciso I da MP).

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Conceitos fundamentais:

Conhecimento Tradicional Associado (CTA)

Informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, **associada ao patrimônio genético** (art. 7º, inciso II da MP).

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Conceitos fundamentais:

Comunidade Local

Grupo humano, incluindo remanescentes de comunidades de quilombos, **distinto por suas condições culturais**, que **se organiza, tradicionalmente**, por **gerações sucessivas** e costumes próprios, e que conserva suas instituições sociais e econômicas (art. 7º, inciso III da MP).

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Comunidades Tradicionais



- Açorianos
- Caiçaras
- Babaqueros
- Jangadeiros
- Pataneros
- Pastoreiros
- Pescadores praieiros
- Quilombolas
- Ribeirinhos
- Sertanejos
- Caipiras
- Sitiantes, dentre outros.

Direitos dos Detentores de CTA

- ✓ Decidir sobre o uso de seus CTAs;
- ✓ Ter indicada a **origem** do acesso em publicações, explorações, divulgações;
- ✓ Impedir terceiros não autorizados;
- ✓ Receber **benefícios**.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Conceitos fundamentais:

Bioprospecção

É a atividade exploratória que visa identificar componente do patrimônio genético e informação sobre conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial (art. 7º, inciso VII da MP).

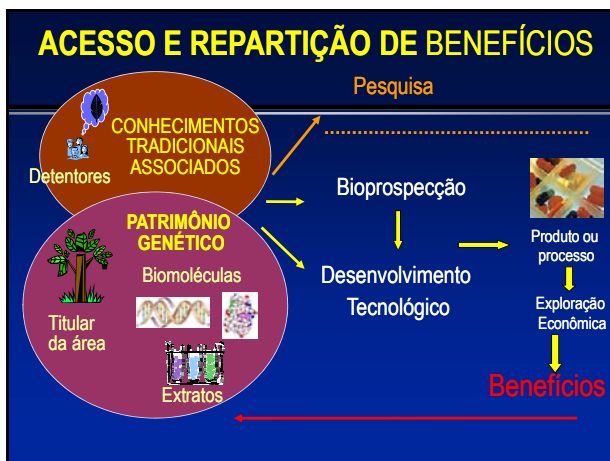
↓

Desse modo, a pesquisa científica é entendida como uma atividade **sem potencial de uso comercial/econômico** previamente identificado.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Desenvolvimento Tecnológico

É o trabalho sistemático, decorrente do conhecimento existente, que visa à produção de inovações específicas, à elaboração ou à modificação de produtos ou processos existentes, **com aplicação econômica** (Orientação Técnica nº 04/2004).



Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Tipos de benefícios

➤ **Não-monetários:**

- ✓ Participação em pesquisa, treinamento, transferência de tecnologia, projetos de conservação e uso sustentável, dentre outros.

➤ **Monetários:**

- ✓ Percentual sobre o lucro (bruto ou líquido), royalties, etc.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN

- ✓ Implantado em abril de 2002 com apenas **representantes do governo federal** (reuniões ordinárias mensais);
- ✓ Abertura à **participação de entidades civis**: representação da academia (SBPC), povos indígenas e comunidades locais, entidades ambientalistas e setor privado;
- ✓ Incremento da **regulamentação** da MP;
- ✓ Elaboração de um **anteprojeto de lei** para substituir a MP.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

CGEN

NORMATIVO

- Resoluções
- Orientações Técnicas
- Propõe minutas de Decreto

DELIBERATIVO

- Autorizações
 - Pesquisa
 - Bioprospecção
- Desenvolvimento tecnológico
- Credenciamentos
 - Fiel depositária - **SECEX** (Del. nº 203 e 209)
 - Terceiros – Autorizações

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Regulamentação da MP 2.186-16/01

- ✓ Decreto 3.945/2001, atualizado pelos Decretos 4.946/2003, 5.439/2005 e 6.159/2007
- ✓ Decreto 5.459/2005 (sanções administrativas, regulamenta o artigo 30 da MP)
- ✓ 32 Resoluções
- ✓ 219 Deliberações
- ✓ 5 Orientações Técnicas

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Orientações Técnicas - CGEN

- ✓ OT nº 01 – Esclarece os **conceitos de acesso e de remessa** de amostras de composição do patrimônio genético.
- ✓ OT nº 02 – Estabelece o **conceito de sub-amostra**.
- ✓ OT nº 03 – Especifica as atividades sujeitas à autorização do órgão responsável pela política nacional de pesquisa científica e tecnológica (artigo 12 da MP).
- ✓ OT nº 04 – Esclarece o significado da expressão "**desenvolvimento tecnológico**".
- ✓ OT nº 05 – Esclarece os **conceitos** de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico para a finalidade de **melhoramento genético vegetal**.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Medida Provisória 2.186-16/2001 – Implementação

Resoluções

De 2002 a 2008: 29 resoluções. Destacam-se as seguintes:

Nº	Assunto	Data
17	Dispõe sobre os procedimentos para a bioprospecção e o desenvolvimento tecnológico de produtos ou processos resultantes de acesso anteriormente autorizado.	30/09/04
21	Dispensa pesquisas e atividades científicas (especificadas no art.10/itens 1 a 4) da obtenção de autorização de acesso ao patrimônio genético.	31/08/06
23	Estabelece a forma de comprovação da observância da MP 2186-16 para fins de concessão de patentes de invenção pelo INPI.	10/11/06

21/45

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Resolução nº 21, de 31 de agosto de 2005

➢ Retirou do **escopo da MP** determinados tipos de pesquisas que utilizam ferramentas metodológicas moleculares para a execução do projeto de modo **circunstancial** e não por ter objetivo relacionado ao acesso ao patrimônio genético. Exemplos:

- ✓ Filogenia;
- ✓ Diversidade genética;
- ✓ Identificação de espécies;
- ✓ Diagnóstico;
- ✓ Pesquisas que visem a formação de coleções de DNA.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Implementação do artigo 31

- ✓ **Resolução nº 23 (CGEN):** o requerente do pedido de patente de invenção ou processo resultante de acesso realizado desde 30/06/00, depositado a partir de 02/01/07, deverá declarar ao INPI que cumpriu com as normas da MP e informar o nº e data da autorização de acesso.
- ✓ **Resoluções nºs 134 e 135 (INPI):** campo no formulário para informar se houve acesso, caso afirmativo, informar nº e data da autorização e origem PG e/ou CTA. Os depósitos já existentes em 02/01/07 deverão preencher formulário específico.

Para Bioprospecção
(Decreto nº 6.159, de 17 de julho de 2007)

- CGEN pode **postergar** o momento da **assinatura do CURB**, desde que:
 - ✓ Requerente declare não haver perspectiva de uso comercial imediato.
 - ✓ Provedor concorde expressamente no TAP.
 - ✓ CURB deve ser apresentado antes de solicitação de patente ou início do desenvolvimento tecnológico.
 - ✓ **Não** envolva acesso a CTA.
- Autorização especial para bioprospecção **sem** envolver acesso a CTA (portfólio de projetos).

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Resultados

Processos	**2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Total
*Autuados	66	61	43	44	80	41	8	343
*Autorizados	0	6	60	111	77	27	2	283
Renovados	-	-	0	0	1	4	-	5
Credenciados	8	11	28	12	9	6	4	78

*Inclui as solicitações de credenciamento.
**Inclui as solicitações de autorização simples e especial para acesso a patrimônio genético para fins de pesquisa científica que, após a Del. nº 40, de 23/09/2003, passaram a ser da competência do IBAMA.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Resultados

CGEN: Processos Autorizados de Acesso ao Patrimônio Genético	Nº
Pesquisa Científica com acesso ao conhecimento tradicional	26
Pesquisa Científica com acesso ao CT e PG	07
Bioprospecção com acesso ao PG	09
Desenvolvimento Tecnológico com acesso ao PG	04
Bioprospecção e desenvolvimento com acesso ao PG	08
Bioprospecção com acesso ao PG e CT	01
Desenvolvimento Tecnológico com acesso ao PG e CT	00
Bioprospecção e desenvolvimento com PG e CT	00
Constituição de coleções ex situ com potencial de uso econômico	03
Total autorizado	58

Fonte: Boletim Interno – DPG maio 2008

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Principais problemas na implementação da MP:

- ✓ **Burocratização** excessiva das atividades de pesquisa e bioprospecção;
- ✓ Dificuldades de **interpretação** de conceitos imprecisos e procedimentos confusos;
- ✓ **Indefinição quanto aos detentores** de direitos à repartição de benefícios, especialmente no que diz respeito aos conhecimentos tradicionais associados;
- ✓ Mecanismo deficiente de repartição de benefícios (contratos), com **alto custo de transação**, não garante que os recursos serão destinados à conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Patentes Oriundas da Biodiversidade: Alguns Dados

Universo de 278 Plantas Brasileiras

186 são objetos de pelo menos um pedido de patente ou de uma de patente concedida

Foram encontrados 738 pedidos de patente ou de patentes concedida

Usos Terapêuticos

- 89,3% são empregados em tratamentos de doenças
- 10,7% são relacionadas a outras propostas, como (suplementos alimentares de humanos e animais, repelentes de insetos, etc)

Titularidade

- ✓ **94,2% são estrangeiros**
- ✓ **5,8% são nacionais**

Fonte: Moreira, A.C. A Propriedade Intelectual Aplicada à Pesquisa e Desenvolvimento de Plantas e Seus Derivados: Modelo para a Análise e Solicitação de Proteção dos Resultados. Dissertação (Doutorado em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Química, Rio de Janeiro, 2005.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Roteiro

- Contextos: Internacional e Brasileiro;
- Arcabouço Legal Vigente;
- Anteprojeto de Lei de Acesso e Repartição de Benefícios.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Cenário desejado com o APL:

- ✓ Aumento das pesquisas, da conservação e uso sustentável da biodiversidade;
- ✓ Estímulo ao uso dos recursos genéticos;
- ✓ Valorização dos conhecimentos tradicionais associados;
- ✓ Desenvolvimento de produtos a partir da biodiversidade;
- ✓ Repartição de benefícios gerados a partir do desenvolvimento de produtos.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Desafios:

- ✓ **Desonerar** a pesquisa e a bioprospecção;
- ✓ Definir os **detentores** de direitos à repartição de benefícios;
- ✓ Definir **mecanismo eficiente de repartição** de benefícios que gere recursos para a conservação e o desenvolvimento sustentável, com baixo custo de transação;
- ✓ Definir **qual uso** reparte benefícios e qual uso não reparte benefícios;
- ✓ Definir **regras claras** e garantir segurança jurídica para o uso dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Anteprojeto de Lei de Acesso

PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a coleta de material biológico, o acesso aos recursos genéticos e seus derivados, para pesquisa científica ou tecnológica, bioprospecção ou elaboração ou desenvolvimento de produtos comerciais, a remessa e o transporte de material biológico, o acesso e a proteção aos conhecimentos tradicionais associados e aos direitos dos agricultores, e a repartição de benefícios, e dá outras providências.

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Consulta Pública:

Total de Respostas Recebidas (dezembro de 2007 a junho de 2008):

60 Respostas de Conteúdo!

- Órgãos de Governo – 18;
- Comunidade Científica – 19;
- Empresas/Associações Empresariais e de PI – 21;
- Comunidades tradicionais e ONG's – 2 (1 assinada por 44 Instituições).

Meio Ambiente
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Principais Pontos Abordados nas Respostas:

- ✓ Cadastros: unificação;
- ✓ Conceitos: aperfeiçoamento e inclusão de novos conceitos;
- ✓ Composição do CGEN: participação da sociedade civil;
- ✓ Comunidades Tradicionais e Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade (disseminado): conceitos e repartição de benefícios;
- ✓ Sistema paralelo para a agrobiodiversidade (Agrobio);
- ✓ Propriedade Intelectual;
- ✓ Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE);
- ✓ Regras para a regularização de acessos anteriores e novos.

 **Meio Ambiente**
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

DESAFIOS

Escopo MP 2.186/01 – Marco Legal Vigente complexo/complicado.

↓

Dificulta a implementação!
Exige extrema habilidade!


 **Meio Ambiente**
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

DESAFIOS

Assunto novo / conceitos novos sendo criados permanentemente.

↓

Exige tempo para a elaboração, difusão e decisão!

 **Meio Ambiente**
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

DESAFIOS

Atores variados e interesses diversos.

↓

Dificulta os consensos e atrasa a decisão!

 **Meio Ambiente**
Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas – Departamento do Patrimônio Genético

Obrigada!

<http://www.mma.gov.br/cgen>

(61) 3307-7110


celeste.emerick@mma.gov.br



**SECRETARIA DE DEFESA
AGROPECUÁRIA**

**A DEFESA AGROPECUÁRIA NO
BRASIL**


Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



CONTEXTO

*NA AGROPECUÁRIA, O BRASIL NÃO É MAIS
APENAS O PAÍS DO FUTURO, É DO **AGORA**
E DO FUTURO*


Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



CONTEXTO

*A MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DESSE
PAPEL DEPENDE NÃO SÓ DA PRODUÇÃO
MAS TAMBÉM DA SANIDADE, INOCUIDADE
E QUALIDADE DOS PRODUTOS, BEM
COMO DA CREDIBILIDADE DOS SISTEMAS
DE CERTIFICAÇÃO*

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento




DEFESA AGROPECUÁRIA

*Lei Complementar nº 8.171/92, modificada pela Lei nº
9.712/97:*

Art. 27-A. São objetivos da defesa agropecuária assegurar:

- I - a sanidade das populações vegetais;*
- II - a saúde dos rebanhos animais*
- III - a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;*
- IV - a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores."*


Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



**RESPONSABILIDADES DA
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA**

- ☐ *Prevenção, controle e erradicação de doenças animais e pragas vegetais de interesse econômico e de saúde pública*
- ☐ *Assegurar a sanidade, conformidade e segurança alimentar de produtos de origem animal e vegetal*
- ☐ *Assegurar a sanidade e conformidade de insumos agrícolas e pecuários*

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



**FORMAS DE ATUAÇÃO DA DEFESA
AGROPECUÁRIA**

- ☐ *ATUAÇÃO NA CADEIA PRODUTIVA*
- ☐ *PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO*
- ☐ *CERTIFICAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA*

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PADRÕES E REFERÊNCIAS PARA A DEFESA AGROPECUÁRIA

❑ **SAÚDE PÚBLICA** (MINISTÉRIO DA SAÚDE, ANVISA)

❑ **ACORDOS INTERNACIONAIS:**

❑ **FAO/OMS - CODEX ALIMENTARIUS**

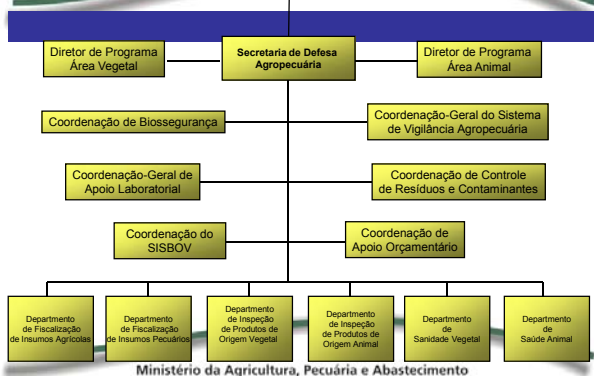
❑ **CIPV - CONVENÇÃO INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS VEGETAIS**

❑ **OIE - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL**

❑ **OMC - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PRINCIPAIS ÁREAS DE AÇÃO DA SDA

- ❑ **DSV e DSA** – sanidade vegetal e saúde animal
- ❑ **DIPOV e DIPOA** – produtos de origem vegetal e animal
- ❑ **DFIA e DFIP** – insumos para agricultura e pecuária

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

ÁREAS DE SUPORTE DA SDA

- ❑ **Apoio laboratorial**
- ❑ **Inspeção dos pontos de entrada e saída**
- ❑ **Biossegurança – OGMs**
- ❑ **SISBOV**
- ❑ **Controle de resíduos e contaminantes**
- ❑ **Rastreabilidade**
- ❑ **Apoio orçamentário e financeiro**

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SDA

Organizações Nacionais/Supra nacionais

Superintendência FEDERAL

Âmbito Estadual

Secretarias de Agricultura

Unidades Regionais

Setor Privado

Participação nos processos de tomada de decisão
Organização de Comitês Estaduais/Municipais
Organização de fundos privados
Execução de atividades específicas

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUASA

SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Lógica da Lei 9.712/98

SUASA:

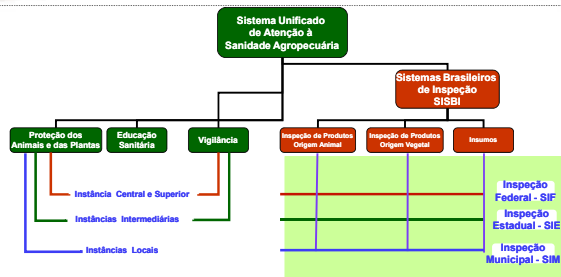
- Obrigações Gerais;
- Três Instancias:
 - Central e Superior;
 - Intermediárias;
 - Locais;
- Competências e Atividades;
- Órgãos Colegiados;
- Planos Plurianuais.



Lógica da Lei 9.712/98

Os produtores são responsáveis pela garantia de inocuidade e qualidade de seus produtos

Controles não isentam os produtores da obrigação de garantir a sanidade, a qualidade, e que cumpram os requisitos da legislação sanitária agropecuária, nem impedem a realização de novos controles oficiais



Lei 7.889 de 1989

Responsabilidade da Inspeção



Sistemas Brasileiros de Inspeção

MAPA



Coordenador dos Serviços de Inspeção

Serviços de Inspeção dos Estados, Distrito Federal e Municípios



Adesão Voluntária ao SISBI mediante reconhecimento de equivalência

EQUIVALÊNCIA É:

Não ser necessariamente igual



mas atingir os mesmos objetivos



PARA OBTER CERTIFICADO DE EQUIVALÊNCIA

1. Solicitar ao MAPA iniciar o processo de reconhecimento de equivalência;
2. Comprovar, por documentos e auditoria no local, se o solicitante tem condições para executar os mesmos serviços das instâncias superiores;
3. Os requisitos relacionados com infra-estrutura administrativa serão avaliados mediante as seguintes condições:
 - Recursos Humanos suficientes;
 - Estrutura Física adequada;
 - Sistemas de Informação operacionais;
 - Infra-estrutura para desenvolvimento dos trabalhos.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



CASOS ESPECÍFICOS DE PROBLEMAS SANITÁRIOS E DE AGREGAÇÃO DE VALOR

- ☐ Castanha do Brasil (aflatoxina)
- ☐ Açaí – polpa (doença de Chagas)
- ☐ Garapa de cana (doença de Chagas)
- ☐ Palmito (botulismo)
- ☐ Arroz (beribéri e micotoxinas)
- ☐ Milho importado (micotoxinas)
- ☐ Amendoim (certificação)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



CONCLUSÕES SOBRE O PAPEL DA DEFESA AGROPECUÁRIA NA AGREGAÇÃO DE VALOR

- ☐ Agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade depende da adoção de padrões de sanidade, inocuidade e qualidade aceitos e reconhecidos pelos consumidores e diferentes mercados;
- ☐ A "flexibilização" desses padrões tende a resultar em perda de mercados e em prejuízos para os produtores, suas localidades, suas regiões e para o País;
- ☐ As políticas públicas de apoio aos segmentos envolvidos devem, portanto, auxiliar os produtores a alcançarem esses padrões e a tirar proveito deles;

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



CONCLUSÕES SOBRE O PAPEL DA DEFESA AGROPECUÁRIA NA AGREGAÇÃO DE VALOR

- ☐ Nesse sentido, uma das medidas mais eficazes seria os potenciais beneficiários e suas organizações exigirem que as instâncias intermediárias e locais adiram ao SUASA;
- ☐ É também importante ampliar a interação operacional entre as instituições públicas de defesa agropecuária e de vigilância sanitária com as responsáveis pelo provimento de assistência técnica e extensão rural e com organizações de produtores, como forma de facilitar a adoção de "boas práticas" de produção e transformação dos produtos.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



Obrigado!

Carlos Bicalho Schlottfeldt

Engenheiro Agrônomo, PhD
Fiscal Federal Agropecuário

carlos.schlottfeldt@agricultura.gov.br

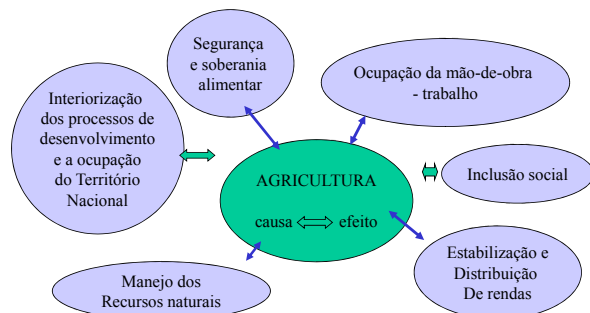
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Agricultura familiar & Sociobiodiversidade



PRONAF

Funções da Agricultura

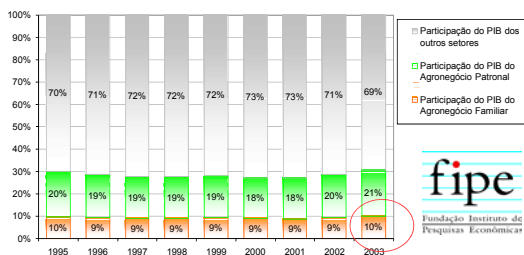


Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - **PRONAF**

É um programa de fortalecimento da agricultura familiar, mediante **apoio técnico e financeiro**, visando o desenvolvimento rural sustentável.

Impacto da Agricultura Familiar

Participação do PIB do Agronegócio Familiar e Empresarial no PIB do Brasil



fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Impacto do Pronaf

Análise de indicadores nas economias locais no período 2001-2004 Universidade Federal de Santa Catarina

O estudo analisou a evolução de indicadores econômicos nos **100 municípios com maior volume de crédito** aplicado e identificou:

- ✓ 86 municípios com aumento significativo da produção agropecuária;
- ✓ 69 dos municípios tiveram aumento do PIB agropecuário e 20 do PIB municipal total;
- ✓ O estoque de emprego formal cresceu em 69 municípios;
- ✓ Houve elevação da arrecadação tributária própria em 89 municípios;
- ✓ Os testes de correlação mostram **significância estatística entre o volume de crédito e o aumento de emprego e arrecadação municipal.**

Público do Pronaf

Lei 11.326 de 24 de julho de 2006: Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.


Observações:

- **Beneficiários** - Agricultores, pescadores artesanais, extrativistas, aqüicultores, quilombolas, indígenas, silvicultores.
- **Direção do estabelecimento exercida pela família:**
 - Predomina o trabalho familiar;
 - Área não superior a 4 módulos fiscais;
 - Renda originária, predominantemente, da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
 - Residência no estabelecimento ou em local próximo

Identificação do Público

Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



O que identifica a família “Pronafiana”?


✓ **Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP**
✓ **A função da DAP é atestar o enquadramento do beneficiário no Pronaf e no grupo.**

Enquadramento da DAP

Grupos	Área	Renda Bruta Anual	Mão de Obra	Renda Familiar
A e A/C		Famílias Beneficiárias do PNRA e PNCF		
B	4 mód.	até R\$ 5 mil	familiar	30%
Agrie.				
Familiar	4 mód.	R\$ 5 - R\$ 110 mil	até 2 contratados	70%

Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário




CRÉDITO RURAL

Legislação do Crédito

Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 187. **A política agrícola será planejada e executada na forma da lei**, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:


I - os instrumentos creditícios e fiscais;
II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
III - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
IV - a assistência técnica e extensão rural;
V - o seguro agrícola;
VI - o cooperativismo;
VII - a eletrificação rural e irrigação;
VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º - Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agro-industriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.
§ 2º - Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

Histórico do crédito Pronaf

Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário




✓ **PRONAF:**

- 1995 – Custeio e Investimento;
- 1996 – Decreto nº. 1.946 Institui o Programa;
- 1998 – AGREGAR;
- 1999 – Instituição dos Grupos (inclusive Grupo “A”);
- 2003 – Linhas e modalidades especiais / crescimento no orçamento, nas famílias atendidas e no volume contratado;
- 2006 – Lei 11.326, cria a categoria de AF;
- 2008 – Simplificação - Fim dos Grupos “C”, “D” e “E”;
- 2009 – Crédito Sistêmico

Legislação do Crédito x Pronaf

Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



O Pronaf na legislação do crédito rural

Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964 – Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, **Cria o Conselho Monetário Nacional** e dá outras providências.

Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965 – institui o Sistema Nacional de Crédito Rural (SCNR):


- ✓ Atribuição do CMN (legisla) e do BACEN (publica);
- ✓ Instituiu o Manual de Crédito Rural – MCR (MCR tem força de Lei).

- **Decreto 58.380/66** - Regulamenta a Lei 4.829 / SNCR;
- **Decreto-Lei 167/67** – Dispõe sobre os títulos e garantias no crédito rural.

MCR

Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



- 1 – Disposições preliminares.
- 2 – Condições básicas;
- 3 – Operações;
- 4 – Finalidades especiais;
- 5 – Créditos a cooperativas;
- 6 – Recursos;
- 8 – Proger
- 9 – Funcafê;
- 10- **Pronaf**;
- 12- Programas especiais; (FTRA, Prodecir, Prog. Rec. Lav. Cacaueira Baiana)
- 13- Programas com recursos do BNDES;
- 16- Proagro e **SEAF**;
- 18- Renegociação;
- 19- Normativos não codificados

Documentos

Crédito Rural definido no MCR

- ✓ Suprimento de recursos financeiros para aplicação nas finalidades do MCR – **imóvel rural**;
- ✓ Finalidades e modalidades (custeio, investimento, comercialização);
- ✓ Beneficiário(a): produtor rural (pessoa física e jurídica) e cooperativas;
- ✓ Objetivos: O que pode/não pode ser financiado;
- ✓ Assistência Técnica – Plano, Projeto, proposta;
- ✓ Garantias: aval, fiança, penhor, hipoteca,...;
- ✓ Instrumentos: Contrato, cédulas,...

Seção 1: Disposições Gerais;

Seção 2: Beneficiários(as);

Seção 3: Finalidades dos Créditos;

Seção 4: Créditos de Custeio;

Seção 5: Créditos de Investimento;

Seção 6: Agroindústria;

Seção 7: Floresta;

Seção 8: Semi-Árido;

Seção 9: Mulher;

Seção 10: Jovem;

Seção 11: Custeio Agroindústria;

Seção 12: Cotas-Parte;

Seção 13: Microcrédito – Grupo B

Seção 14: Agroecologia;

Seção 15: PGPAF;

Seção 16: ECO.

Seção 17: Créditos p/ PNRA e PNCF

Seção 18: Mais Alimentos

Formas de concessão do crédito

- ✓ **Pessoa Física:**
 - Crédito individual;
 - Crédito coletivo.
- ✓ **Pessoa Jurídica:** agroindústria, cota-parte coop. produção.

Incentivos do crédito para a Agricultura Familiar

- ✓ Taxas de juros mais baixas – de 0,5% até 5,5% ao ano
- ✓ Bônus de adimplência – incentivo ao pagamento em dia
- ✓ **SEAF**
- ✓ **PGPAF**
- ✓ **Garantia Safra**

Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar – PGPAF

Garante aos agricultores familiares, que têm financiamento de custeio no âmbito do Pronaf, a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo de produção e nunca menor que o Preço Mínimo do Governo Federal.

Objetivos:

- ✓ Garantir a sustentação de preços dos produtos da agricultura familiar.
- ✓ Estimular a diversificação da produção agropecuária da agricultura familiar.
- ✓ Articular as diversas políticas de crédito e de comercialização agrícola.

O limite fixado para o bônus do PGPAF para cada agricultor(a) familiar é de até R\$ 3.500,00, para cada safra.

Produtos: Milho, Feijão, Soja, Mandioca, Arroz, Leite, Caju, Café, Inhame, Cará, Tomate, Cebola, Trigo, Pimenta do Reino e Mamona. **Produtos da PGPM entrarão no programa, inclusive os da Sociobiodiversidade.**

Seguro da Agricultura Familiar – SEAF

Objetivo: garantir a cobertura de 100% do financiamento mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado pelo agricultor familiar, até R\$2.500,00.

Eventos cobertos: seca, granizo, tromba d'água, vendaval, chuva na fase de colheita e as geradas por doença fúngica ou praga sem método difundido de combate, controle ou profilaxia.

Observações: Zoneamento (ampliação para NO; ZEE); Irrigação; SAF's/Consórcios

Garantia Safra

Ação do PRONAF que visa possibilitar um ambiente de tranquilidade e segurança para o exercício da atividade agrícola no caso o agricultor **perca a safra por motivo de seca ou excesso hídrico**.

Sua área de atuação são os municípios localizados na **região Nordeste**, no norte do **Estado de Minas Gerais (Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha)** e no **norte do Estado do Espírito Santo**.

A adesão deve ser feita pelos Estados (6%), pelos Municípios (3%) e pelos Agricultores (1%). A União complementa o % restante do Fundo.

Os agricultores que aderiram e perderam pelo menos 50% da produção (**laudo**) de arroz, feijão, milho, algodão e mandioca terão direito a receber um benefício, pago em até cinco parcelas mensais (R\$ 110,00), que possibilite o sustento da família neste período difícil de seca.

Instituições x Projetos

Atribuições do Técnico

- ✓ Definir o projeto com a família, grupo, comunidade;
- ✓ O projeto é da família, grupo, comunidade;
- ✓ O técnico assessora; indica caminhos - cenários;

1º MOMENTO

Entender a realidade local, regional:

- Quem somos ?
- O que temos ?
- Onde estamos ?
- Onde queremos chegar ?
- O que temos para chegar lá ?
- **Com quem e com o que podemos contar para chegar lá ?**
- O que mais precisamos para chegar lá ?

ATER x Projetos Técnicos

2º MOMENTO

Construir o melhor projeto:

- Estudo agroecofoclimático,
- Mercado,
- Aptidão das pessoas,
- Ambições,
- **Participativo – Homens, Mulheres, Jovens, Crianças,**
- Definir módulo segurança alimentar,

ATER x Projetos Técnicos

Quando envolver: crédito / recursos externos / apoio financeiro

3º MOMENTO

- Dimensionar o projeto economicamente - R\$?
- Pode ser implantado em módulos ?

4º MOMENTO

Apresentar e discutir o projeto com: o agente financeiro; órgão financiador; coeficientes técnicos...

5º MOMENTO

Finalizar o projeto com a comunidade, grupo ou família e apresentar ao agente financeiro

OBRIGADO!

Alexandre A. J. Gomes

Consultor / PNUD

alexandre.gomes@mda.gov.br

0800 728 7000

pronaf@mda.gov.br

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

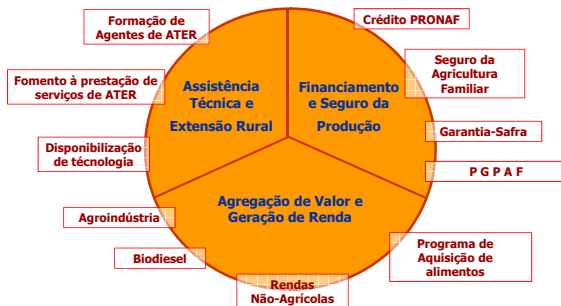


Secretaria da Agricultura Familiar

Secretaria da Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário



POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR



Secretaria da Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário



EIXOS DA SAF PARA O PERÍODO 2007/2010

- Atuar na Redução da Pobreza Rural
- Incentivar o uso de sistemas de produção sustentáveis
- Promover a segurança alimentar e nutricional
- Apoiar iniciativas de geração de renda e agregação de valor

Secretaria da Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário



PRINCÍPIOS DA PNATER

1. Garantir a prestação de serviços continuada as diversas categorias de agricultores familiares
2. Promover do desenvolvimento rural sustentável
3. Utilizar abordagem multidisciplinar e interdisciplinar
4. Estabelecer uma gestão que permita controle social
5. Desenvolver processos educativos permanentes e continuados

Secretaria da Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário



DIRETRIZES 2008

- Fortalecer as Relações Institucionais com os Parceiros do DATER
- Dinamizar a ação do Comitê de ATER
- Universalizar e qualificar o Credenciamento da entidades de Ater
- Participação da Ater nas Conferências de DRSS
- Implementar sistema de Indicadores de Ater
- Consolidar e qualificar as ações das Redes Temáticas de Ater
- Universalizar a oferta de serviços de Ater nos Territórios da Cidadania
- Fortalecer e qualificar a relação da Ater com a Pesquisa Agropecuária

Secretaria da Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário



PRONATER NO PPA 2008/2011

- Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares
- Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural
- Assistência Técnica e Capacitação de Assentados
- Fomento à Produção de Tecnologias e de Conhecimento Apropriados para a Agricultura Familiar
- Assistência Técnica Especializada para Mulheres Rurais
- Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas
- Apoio a Projetos de Inovação Tecnológica da Agricultura Familiar no Semi-Árido

Secretaria da Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário



INSTRUMENTOS PARA REPASSE DE RECURSOS

Termo de Referência para Redes de Ater:

- Não concorrencial (Valores pré-estipulados)
- Com metas obrigatórias (com base nos Eixos e Diretrizes do MDA e PNATER)
- 11 Redes de Ater – 159 organizações de Ater (existe a solicitação para inclusão de 5 novas Redes envolvendo aproximadamente 40 organizações de Ater)

Secretaria de Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTRUMENTOS PARA REPASSE DE RECURSOS

Chamadas para Projetos:

- Concorrencial (seleção com base no mérito)
- Ações prioritárias (com base nos Eixos e Diretrizes do MDA e PNATER)
- Organizações que não participam das Redes parceiras do DATER

Secretaria de Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário

Pressupostos para Apoio Financeiro do MDA

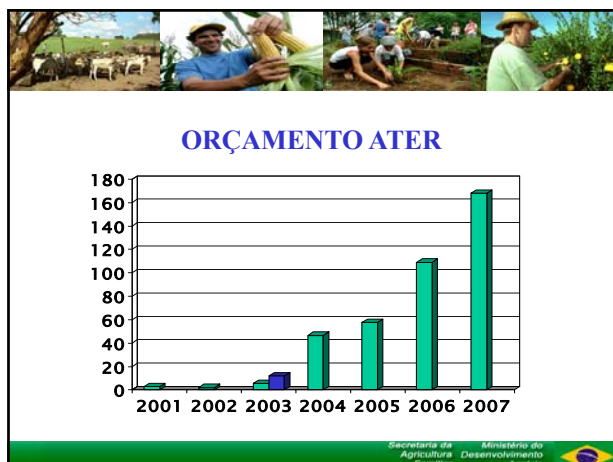
- Estar credenciada junto ao SIBRATER
- Atuar em Rede ou participar da Chamada para Projetos
- Não possuir projetos em execução com recursos do DATER
- Projeto cuja finalidade seja Ater/Capacitação de Agentes de ATER

Secretaria de Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário

MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE ATER

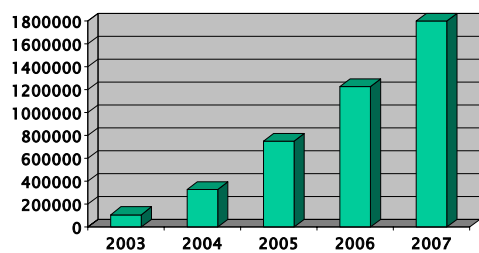
- Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Acompanhamento “on line”
- Estabelecimento de indicadores para avaliação de resultados e impactos das ações de Ater
- Realização de visitas “in loco” pelo menos uma vez durante a execução do projeto

Secretaria de Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário





Agricultores Atendidos



Secretaria de
Agricultura
Familiar

Ministério do
Desenvolvimento
Agrário



OBRIGADO

marcio.hirata@mda.gov.br
61 - 21919916

www.mda.gov.br/saf

Secretaria de
Agricultura
Familiar

Ministério do
Desenvolvimento
Agrário



Trabalho
Ministério do Trabalho e Emprego

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PRIORIDADES.

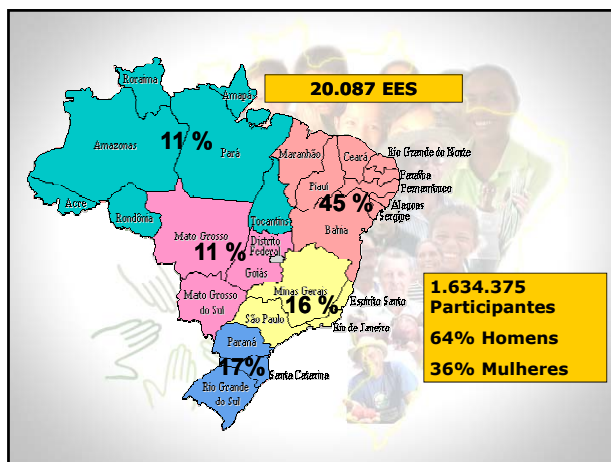
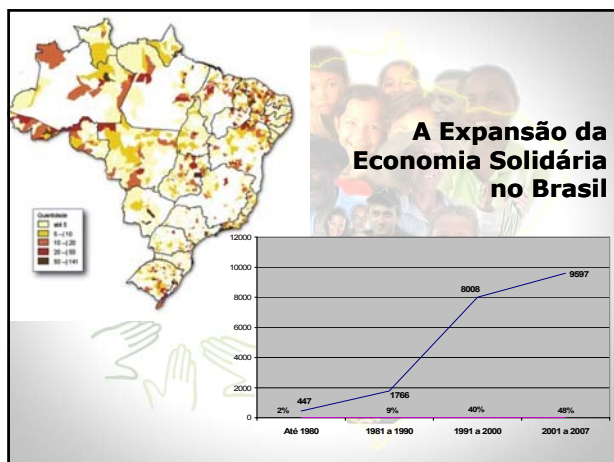
Secretaria Nacional de Economia Solidária

Economia Solidária:

O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente de forma coletiva e autogestionária.

Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros.

Características da Economia Solidária:



MOTIVOS DE CRIAÇÃO DOS EES

- 1 - Alternativa ao desemprego (31%)
- 2 - Complementar a renda (14%)
- 3 - Ganhos em atividade associativa (16%)
- 4 - Acesso a financiamento (14%)

Múltiplas Respostas

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS EES

Associação	Informal	Cooperativa	Outra
52%	36%	10%	2%

ATIVIDADES ECONÔMICAS

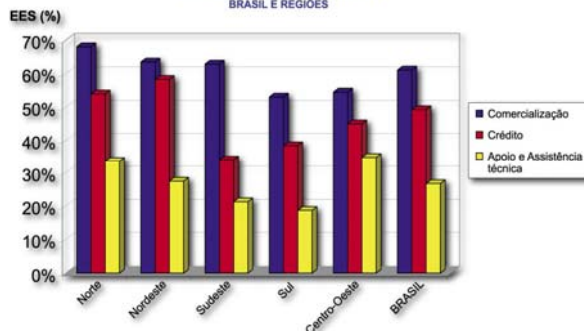
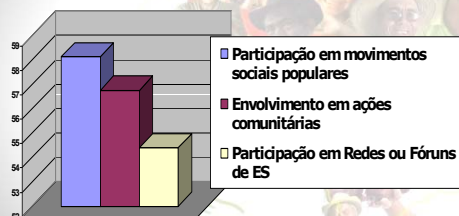
PRODUTOS AGRUPADOS POR TIPO DE ATIVIDADE	% EES
AGROPECUÁRIA, EXTRATIVISMO E PESCA	42%
ALIMENTOS E BEBIDAS	18%
ARTEFATOS ARTESANAIS	14%
TÊXTIL E CONFECÇÕES	10%
SERVIÇOS (DIVERSOS)	5%
ATIVIDADES INDUSTRIAIS (DIVERSAS)	4%
COLETA E RECICLAGEM DE MATERIAIS	2%
FITOTERÁPICOS, LIMPEZA E HIGIENE	2%
CRÉDITO E FINANÇAS SOLIDÁRIAS	1%
OUTROS (PRODUÇÃO E SERVIÇOS)	1%
TOTAL	100%

UMA ECONOMIA QUE RESPEITA A NATUREZA

6.635 EES reaproveitam os resíduos que gera na atividade produtiva

MAPA 39
EMPREENHIMENTOS POR MUNICÍPIO QUE REALIZAM
PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

COMPROMISSO POLÍTICO



FOMENTO, INCUBAÇÃO E APOIO TECNOLÓGICO

- Incubação de empreendimentos econômicos solidários - EES;
- Fomento à constituição de EES como estratégia emancipatória integrada aos demais programas sociais;
- Desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais apropriadas à economia solidária;
- Assistência técnica e organizativa para o desenvolvimento local e economia solidária;
- Bases de serviços de apoio e assessoria tecnológica e organizativa para os EES em processo de constituição e consolidação.



APOIO AOS PROCESSOS DE COMERCIALIZAÇÃO

- Mecanismos de inserção no mercado interno e de acesso e proteção no mercado externo;
- Acesso às compras governamentais de produtos e serviços da ES;
- Implantação e multiplicação de espaços de comercialização: feiras, centrais de comercialização, lojas e mercados solidários;
- Apoio a Bases de Serviço e aos Sistemas Territoriais de Comercialização da ES.



RECONHECIMENTO LEGAL E INSTITUCIONAL

- Reconhecimento legal, facilitando o registro e com regime tributário adequado;
- Mecanismos de participação e controle social (conselhos, conferências, etc.);
- Implantação de planos, programas, projetos e ações governamentais de ES;
- Reconhecimento da transversalidade da ES nas políticas de desenvolvimento;
- Fortalecimento das organizações (fóruns e redes) da ES.



FORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DISSEMINAÇÃO

- Formação sistemática para a vivência da cidadania, da autogestão e viabilidade dos EES;
- Qualificação social e profissional apropriada às características e demandas dos EES;
- Elevação da escolaridade de trabalhadores/as da ES (da alfabetização ao ensino superior);
- Inserção da ES (práticas e valores) nos conteúdos e pedagogias no ensino formal;
- Incentivo à produção de conhecimentos (SIES, estudos, pesquisas e tecnologias);
- Promoção de campanhas educativas e de afirmação e disseminação de valores e práticas da ES.



FINANÇAS SOLIDÁRIAS

- Promoção do acesso ao crédito apropriado às características, diversidades e necessidades dos EES;
- Implementação de Fundos de Desenvolvimento da ES;
- Apoio, assessoria e assistência organizativa e tecnológica na constituição e fortalecimento das organizações de finanças solidárias:
 - Bancos comunitários
 - Fundos rotativos solidários
 - Cooperativas de crédito



APOIO E APOIO NA CONSTITUIÇÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

- Identificação de cadeias produtivas territoriais (atuais e potenciais);
- Estudos de elos e fluxos de produção, comercialização e consumo de produtos e serviços;
- Apoio e assessoria na constituição de redes de cooperação entre empreendimentos;
- Investimentos em infra-estrutura e logística para beneficiamento da produção, armazenamento e distribuição das redes de cooperação.

Contatos e informações:

Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria Nacional de Economia Solidária
Departamento de Estudos e Divulgação
(61) 3317-6308

Acesso ao SIES:

www.sies.mte.gov.br



Plano Nacional para Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade

Seminário Nacional de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade: Agregação de Valor e Consolidação de Mercados Sustentáveis
Brasília, 15 a 18 de julho de 2008

DIRETRIZES

- Conservação e uso sustentável da biodiversidade.
- Reconhecimento do direito dos PCTAFs de acesso aos recursos da biodiversidade e à repartição justa e equitativa de benefícios.
- Valorização e respeito da diversidade cultural e conhecimento tradicional.
- Promoção da segurança alimentar e nutricional a partir da alimentação diversificada.
- Agregação de valor socioambiental, com geração de emprego, renda e inclusão social.

DIRETRIZES

- Mercados regidos por valores de cooperação, solidariedade e ética.
- Abordagem de cadeias e arranjos produtivos, com enfoque participativo, territorial e sistêmico.
- Promoção do empoderamento e controle social.
- Articulação intra e interinstitucional, e intersetorial.
- Compartilhamento de responsabilidades entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações integradas para a promoção e fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade.



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a conservação, o manejo e o uso sustentável dos produtos da sociobiodiversidade.
- Fortalecer cadeias produtivas em cada um dos biomas agregando valor aos produtos da sociobiodiversidade.
- Fortalecer a organização social e produtiva dos PCTAFs.
- Ampliar, fortalecer e articular instrumentos econômicos necessários à estruturação das cadeias produtivas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fortalecer redes de conhecimento integrando as ações de pesquisa, assistência técnica e capacitação.
- Fortalecer a articulação intra / interinstitucional e intersetorial.
- Adequar o marco legal de maneira a atender as especificidades dos produtos da sociobiodiversidade.

EIXOS ESTRUTURANTES

- **Eixos Transversais** incluem as linhas de ação e respectivas atividades relacionadas aos diferentes meios necessários para o fortalecimento e estruturação das cadeias produtivas;
- **Eixos Finalísticos** incluem as linhas de ação e respectivas atividades finalísticas relacionadas à estruturação de cadeias e arranjos produtivos, considerando todas as etapas.

EIXOS TRANSVERSAIS

- **Eixo 1:** Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (8)
- **Eixo 2:** Assistência Técnica, Extensão Rural e Capacitação (11)
- **Eixo 3:** Crédito, Fomento e Incentivos Fiscais (8)
- **Eixo 4:** Divulgação e Comunicação (4)
- **Eixo 5:** Marco regulatório (6)

Obs: () No. de Linhas de Ação / Eixo

EIXOS FINALÍSTICOS

- **Eixo 1:** Processo produtivo (2)
- **Eixo 2:** Processo industrial (1)
- **Eixo 3:** Processo comercial (4)
- **Eixo 4:** Organização Social e Produtiva (2)

MECANISMOS DE GESTÃO

Nível Nacional

- Câmara Setorial das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade
- Comitê Gestor

Nível Regional

- Grupo Articulador Regional

Nível Local

- Grupos de Ação por Cadeia ou Arranjo Produtivo

CÂMARA SETORIAL

Abrangência: Nacional.

Caráter: Multissetorial (máximo 50% de representantes do governo).

Composição: Governo: Comitê Gestor + Anvisa/MS, Incra/MDA, ICMBio, SFB/MMA, Funai/MJ, SEAP/PR, SEPP/PR, ABDI/MIDC, CONAB/MAPA.

Pesquisa: Embrapa, Universidades, Institutos.

Setor Empresarial: Associações representativas.

Agências de Fomento e Suporte: Banco do Brasil, SEBRAE, BNDES.

Sociedade Civil: representantes indicados por redes / articulações dos PCTAFs (2 por bioma) e 3 representantes de organizações nacionais da agricultura familiar.

CÂMARA SETORIAL

Atribuições: formulação e proposição; planejamento, acompanhamento e avaliação do andamento do Plano; definição de prioridades

Funcionamento:

- Criação por Ato Oficial da Pres. da República.
- Cada segmento indica seus representantes.
- Coordenada por 1 membro do Grupo Gestor.
- Reuniões: Ordinárias (2/ano) e extraordinárias.
- Custeio: recursos do Plano.

COMITÊ GESTOR

Abrangência: Nacional

Caráter: Governamental

Composição: MMA, MDA, MDS, MAPA, MDIC, MCT, MTE

Atribuições:

- Articulação das ações de Governo na esfera Federal
- Operacionalização e implementação de ações de sua responsabilidade
- Elo de ligação entre a Câmara Setorial e outras instâncias de Governo

COMITÊ GESTOR *(Continuação)*

Atribuições *(Continuação)*:

- Organização e Viabilização de reuniões da Câmara Setorial.

Funcionamento:

- Criação por Ato Oficial da Presidência da República.
- Ministérios indicam representantes.
- Reuniões periódicas ordinárias e extraordinárias.

GRUPO ARTICULADOR REGIONAL

Abrangência: Regional (por Bioma).

Caráter: Multissetorial.

Composição: Governo: Estadual e eventuais Prefeituras, Repres. Gov. Federal na Região.

Pesquisa: Embrapa, Universidades.

Setor Empresarial: Empresas e Associações representativas do setor.

Agências de Fomento e Suporte: Bancos, Sebrae Ematers.

Sociedade Civil: representantes indicados por redes/articulações locais.

GRUPO ARTICULADOR REGIONAL *(Continuação)*

Atribuições:

- Articular e animar processos regionais.
- Elaborar Plano de Ação Regional indicando prioridades e metas.
- Subsidiar a Câmara Setorial.
- Indicar representantes para a Câmara Setorial.

Funcionamento:

- Criação por iniciativa dos atores interessados.

GRUPO DE AÇÃO

Abrangência: Local, Estadual, Regional.

Caráter: Multissetorial.

Composição:

- Atores dos diferentes elos da cadeia (organizações dos PCTAFs, empresas);
- ONGs;
- Prefeituras;
- Órgãos do Governo Estadual;
- Outros atores relevantes.

GRUPO DE AÇÃO *(Continuação)*

Atribuições:

- Articular os diferentes elos da cadeia
- Tratar das especificidades da cadeia
- Apresentar propostas para o Grupo de Articulação Regional e /ou Câmara Setorial
- Identificar gargalos e entraves
- Elaborar planos de ação com responsabilidades compartilhadas

Funcionamento:

- Criação por iniciativa dos atores interessados